

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Eduarda Manoela do Nascimento Souza
Luana Maria Barros Costa

**TENDÊNCIA E DESAFIOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO
GOVERNO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO**

Maceió – AL
2023

Eduarda Manoela do Nascimento Souza
Luana Maria Barros Costa

**TENDÊNCIA E DESAFIOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO
GOVERNO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Josimeire de Omena Leite

Maceió – AL
2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Jone Sidney A. de Oliveira – CRB-4 - 1485

S719t Souza, Eduarda Manoela do Nascimento
Tendência e desafios da política de educação superior
no Governo de jair messias Bolsonaro / Eduarda Manoela do
Nascimento Souza, Luana Maria Barros Costa. - Maceió:
AL, 2023.
100f.: il.

Orientador: Josimeire de Omena Leite.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço
Social) - Universidade Federal de Alagoas. Faculdade
de Serviço Social. Maceió, 2023.
Inclui bibliografia: 94-100.

1. Educação. 2. Ensino Superior. 3. Covid-19 I. Costa, Luana
Maria Barros. II. Título.

CDU: 364:37



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL

DISCENTE: EDUARDA MANOELA DO NASCIMENTO SOUZA

DISCENTE: LUANA MARIA BARROS COSTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 22/05/2023

Título: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. JOSIMEIRE DE OMENA LEITE (ORIENTADORA)

Profa. Dra. Edivânia Francisca de Melo

Assistente Social e especialista Danielle Marinho Barros da Silva Moura

“Amanhã há de ser outro dia [...]” (Chico Buarque)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que nada do que fizemos e conquistamos é um processo individual, mas fruto de uma coletividade. Por isso, agradecer se faz extremamente necessário, pois torna visíveis os sujeitos e as instituições que nutriram o sentimento de gratidão em nós.

A Deus, que nos proporcionou fé e esperança. Agradecemos às nossas mães Adriana e Elania, que sempre nos incentivaram e cercaram de cuidados e afetos, apoiando nos momentos em que os obstáculos surgiam e nos encorajou a superá-los.

Agradecemos a nossa família, pais, padrasto: Ivaldo Manoel; José Francisco. Aos nossos avós: Sr. Ananias Caetano, Dona Lourdes e Sr. Manoel de Souza; Dijane e Elcio Nicolau. Aos nossos queridos manos: André Vinícius; Elisa Victória; Luan Costa. Italo Douglas e Larissa Maria. Gratidão aos amigos, aqueles que se tornaram nossa família: João Lima; Márcia Silva; Gersio Fernandes; Yamim Rodrigues; Luana Maria; Eduarda Manoela; Luana Nunes; Albenia Santos; Júlia Araújo e Leonilson da Silva.

Às instituições onde realizamos estágios: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes - HUPAA; Unidade Docente Assistencial Prof. Gilberto de Macedo (UDA) - UFAL e Colmeia Arquitetura e Engenharia LTDA. Aos grandes profissionais que agregaram a nossa formação: Mayara Inácio; Carlos Santos; Sevi Veloso; Nívea Leopoldino; Wilzacler Rosa; Elysane Guedes; Vinicius Matos; Drº Oneide; Ana Katia; Ana Lúcia; Francielle Alves e Zenaide Siqueira. Às professoras que marcaram a nossa trajetória acadêmica: Edivânia Melo; Márcia Iara; Telma Sasso; Adriana Torres; Maria Holanda; Alcina Lins; Elaine Nunes e Célia Porto (in memorian).

À nossa querida orientadora, professora Dra. Josimeire de Omena Leite, por quem nós temos uma grande estima e carinho. Agradecemos a sua compreensão, o respeito, disponibilidade, sensibilidade, empenho, constância e destreza para a concretização deste trabalho.

E, como canta Belchior: “A minha história é talvez, é talvez igual à tua, jovem que desceu do norte [...] E que ficou desnordeado, como é comum no seu tempo. E que ficou desapontado, como é comum no seu tempo.” Entretanto, apesar disso, acreditamos em novos amanhã e em outra forma de sociabilidade, onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos.

“O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas [...]
Não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes
A vida presente.” (Mãos Dadas, Carlos Drummond de Andrade).

RESUMO

O presente trabalho, de caráter qualitativo, estuda a política de educação superior na contemporaneidade brasileira. Visa analisar a tendência e os desafios da política de educação superior no governo de Jair Messias Bolsonaro. Utilizou-se como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica - recorrendo a autores clássicos e contemporâneos, dentre eles: Marx; Engels (1848); Mészáros (2008); Anderson (1995); Pereira (2003); Leher (2020); Farage (2021) e Behring; Boschetti (2017), dentre outros -, e pesquisa documental, tendo como material empírico que constituiu o *corpus* da pesquisa, a análise de documentos que compõem o arcabouço sócio jurídico, a saber: a Constituição Federal de 1988, as emendas EC 95, EC 93; Documento *Uma ponte para o Futuro* e o Plano de governo (2018) de Jair Messias Bolsonaro (fontes primárias). Como fontes secundárias, foram utilizados jornais, a exemplo do jornal online Uol, G1, Brasil de Fato e Universidade à esquerda. Para mais, utilizamos a página online do ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Tratou-se, no primeiro capítulo, sobre a gênese e trajetória histórica da política social, sobre a política social na Contemporaneidade Brasileira, sendo feita, também, uma análise da política de educação e a contrarreforma do ensino superior no Brasil. No segundo capítulo, discorreu-se sobre o descaminho do ensino superior no governo de Jair Messias Bolsonaro, sobre a pandemia do Covid-19 e as formas de enfrentamento por parte do governo, além da análise do ensino superior no Brasil contemporâneo no contexto da pandemia de Covid-19 (2020-2021) e da Política de Educação Superior no Governo de Jair Bolsonaro, buscando identificar os desafios e a tendência. Conclui-se que a tendência da política de educação superior brasileira, no contexto ultraneoliberal, é de subsunção à lógica financeira do grande capital, sendo submetida a um processo de precarização e mercantilização, com vista a uma educação elitista e excludente. O presente estudo também chama a atenção para um importante desafio que é o fortalecimento da luta por uma educação superior como direito, sendo esta laica, gratuita, pública, de qualidade e socialmente referenciada. Neste horizonte, torna-se fundamental a organização e luta por meio dos movimentos das/os trabalhadoras/res da educação superior e do movimento estudantil universitário, em uma ampla frente de resistência contra as retiradas de direitos, precarização, desmonte e mercantilização da educação superior pública, decorrentes da ofensiva neoliberal, que ganha forma e expressão na década de 1990 e que se aprofunda no governo ultraneoliberal de Jair Messias Bolsonaro.

Palavras-chave: Educação. Ensino Superior. Covid-19.

ABSTRACT

The present work has a qualitative character. It studies the politic of higher education in Brazilian contemporaneity. It aims to analyze the tendency and the challenges of politics in higher education in the government of Jair Messias Bolsonaro. Bibliographic research was used as a methodological procedure – resorting to classic and contemporary authors, among them: Marx; Engels (1848); Mészáros (2008); Anderson (1995); Leite (2008); Pereira (2003); Leher (2020); Farage (2021) and Behring; Boschetti (2017) - and documental research, based on empirical material that constitutes the corpus of the research, the analysis of documents that make up the social, legal framework, namely: The Federal Constitution of 1988, amendments EC 95, EC 93; Document: A bridge to the future and the Government Plan by Jair Messias Bolsonaro (primary sources). Newspapers were used as secondary sources, following the example of online newspapers like Uol, G1, Brasil de Fato, and Universidade à Esquerda. For more, we use the online webpage ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. The first chapter was about the genesis and the historical trajectory of social policy. It was about the social policy in Brazilian contemporaneity, analysis of education policy and the counter-reform of higher education in Brazil was also made. The second chapter discoursed the detour of higher education during the government of Jair Messias Bolsonaro. It is also about the covid-19 pandemic and the forms of confrontation made by the government beyond the analysis of higher education in the context of the covid-19 pandemic (2020 - 2021) and the Politics of Higher Education during the government of Jair Bolsonaro, seeking to identify the challenges and the tendency. It concludes that the tendency of Brazilian higher education policy, in the ultra-neoliberal context, is subsumption to the financial logic of the big financial capital, undergoing a process of precariousness and commodification towards an elitist and exclusive education. The present study also draws attention to an important challenge which is the strengthening of the struggle for higher education as the right, which is secular, free, public, of good quality, and socially referenced. In this context, it becomes essential to organize and fight through the higher education workers' movement and the university student movement on a broad front of resistance against the withdrawal of rights, precariousness dismantling, and commodification of public higher education resulting from the neoliberal offensive that took shape and expression in the 1990s and that deepened in ultra-neoliberal governments, namely: Temer and Jair Messias Bolsonaro.

KEYWORDS: Education, Higher Education, Covid-19.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes Das Instituições de Ensino superior
BNCC	Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAP	Caixas de Aposentadorias e Pensão
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE	Conselho Nacional de Educação (CNE)
CFE	Conselho Federal de Educação
CF	Constituição Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DRU	Desvinculação dos Recursos da União
EAD	Educação à distância
EC 95	Emenda Constitucional 95
FAT	Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT)
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FUTURE-SE	Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras
IAP	Instituto de Aposentadorias e Pensões
INPSO	Instituto Nacional de Previdência Social
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MP	Medida Provisória
OS	Organizações Sociais

PPP	Parcerias Público Privada
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PL	Projeto de Lei
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINPAS	Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNIASSELVI	Associação Educacional Leonardo da Vinci
USP	Universidade de São Paulo
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNILAB	Universidade da Integração Nacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UNESSPA	Universidade do Sul e Sudeste do Pará
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNB	Universidade de Brasília
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. POLÍTICA SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	16
2.1 Política social: gênese e trajetória histórica.....	16
2.2 A política social na Contemporaneidade Brasileira	25
2.3 Política de educação e a contrarreforma do ensino superior no Brasil.....	34
3. SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO JAIR MESSIAS BOLSONARO	49
3.1 “Balbúrdia?”... O descaminho do ensino superior no governo de Jair Messias Bolsonaro.....	57
3.2 “É só uma gripezinha?”: a pandemia do Covid-19 e as formas de enfrentamento no governo de Jair Messias Bolsonaro.	64
3.3 A Política de Educação Superior no Governo de Jair Messias Bolsonaro: Tendência e desafios.....	72
CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS	96

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata sobre a política de educação do ensino superior na contemporaneidade brasileira. Objetiva analisar a tendência e os desafios da política de educação superior no Brasil no Governo de Jair Messias Bolsonaro. A relevância do estudo se faz pela importância em darmos visibilidade à contrarreforma da educação superior no governo de Jair Messias Bolsonaro e como se dá a subsunção dessa política à lógica do capital em tempos ultraneoliberais.

A motivação em pesquisar a temática deu-se pelo fato de vivenciarmos, em nossa trajetória acadêmica, um contexto marcado pela presença de governos com posicionamento político de ultradireita, atacando explicitamente a classe trabalhadora e implementando uma contrarreforma universitária, cujo fim era o sucateamento e desmonte da Universidade Pública Brasileira e a consequente privatização desse sistema. Vislumbramos, ainda, um processo de ataques às instituições federais de ensino superior no Brasil, onde o então Ministro da Educação Abraham Weintraub, referiu-se às universidades como “espaços de balbúrdia”, adotando uma narrativa para desqualificar a universidade pública brasileira e a ciência, além do desrespeito à autonomia universitária. Também vivenciamos um difícil momento para toda a sociedade brasileira que foi a pandemia de Covid-19, onde o governo federal, através do MEC, adotou nesse período de isolamento social o ensino remoto que, por sua vez, trouxe vários desafios ao processo de ensino-aprendizagem e ao trabalho docente. A partir dessa experiência, sentimos que era necessário um olhar para além da aparência, buscando apreender os desafios e a tendência da Política de Educação Superior no governo Jair Messias Bolsonaro.

No processo de elaboração do presente trabalho, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica recorremos, no primeiro capítulo, ao estudo centrou-se em autores como Behring (2000, 2020, 2021); Lima (2019); Leitão (2012); Boschetti (2007, 2011, 2017); Marx; Engels (1848, 2008); Montaña; Duriguetto (2010); Mészáros (1998, 2008); Brettas (2017); Anderson (1995); Pereira (2012); Lombardi (2010); Lusa (2019); Léda; Sousa (2018); Séki (2020); dentre outros. No segundo capítulo, o estudo centrou-se sobre o governo de Jair Messias Bolsonaro no ano de 2019 e no contexto da pandemia de COVID-19, buscando responder a seguinte indagação: quais os desafios do ensino superior no Brasil e sua tendência no contexto do Governo de Jair Messias Bolsonaro. Neste capítulo, recorremos a autores como Cavalcante (2020); Vieira (2019); Chediak (2022); Braga (2019); Leher (2020); Filho (2019); Farage (2019, 2021); Ventura

(2021); ACCORSI (2015); Melim (2021), dentre outros. Na pesquisa documental foram utilizados, como fontes primárias, os documentos que compõem o arcabouço sócio jurídico, como a Constituição Federal de 1988 (artigos: 205, 206 e 207); as emendas EC 95, EC 93; Documento “Uma ponte para o Futuro” e o “Plano de governo (2018) de Jair Messias Bolsonaro.” Como fontes secundárias, foram utilizados o Jornal UOL; Documentário: 40 horas na memória 2016; ANDES Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; Jornal Universidade à Esquerda; Jornal Brasil de Fato; Revista ISTOÉ; Jornal Correio Brasiliense; Jornal Terra; Jornal Brasil 247; Jornal Agência pública; Jornal Esquerda Online; Revista Fórum; Painel Coronavírus; Jornal G1; ABEPSS; CUT- Central Única dos Trabalhadores.

Este trabalho está sistematizado em dois capítulos: o primeiro, intitulado ‘Política social e a política de educação superior no Brasil contemporâneo’ faz uma breve abordagem acerca da gênese e trajetória histórica da política social, discorrendo sobre a política social na contemporaneidade brasileira, como também, fazendo uma análise da política de educação e da contrarreforma do ensino superior no Brasil.

Ao tratar da origem e desenvolvimento da política social, o estudo remete à emergência da questão social, das lutas de classes e do antagonismo entre capital e trabalho, à manutenção da sobrevivência da classe trabalhadora e às novas formas para administrar as atuais crises do modo de produção capitalista. No Brasil, o processo de conquista das políticas sociais e dos direitos sociais se gesta a partir das lutas. Assim, com um olhar crítico sobre a realidade brasileira percebe-se, em um contexto neoliberal, uma forte tendência de desresponsabilização do Estado no que tange às políticas sociais, que, por sua vez, se materializam em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. Assim, pois, a educação superior não pode ser entendida e analisada a partir dela mesma, de maneira endógena, mas deve ser remetida ao embate entre projetos antagônicos de educação e universidade que permeia a história da sociedade brasileira na contemporaneidade.

Já o segundo capítulo, intitulado “Sobre a Política de Educação Superior no Governo Jair Messias Bolsonaro”, trata sobre o descaminho do ensino superior nesse governo. Em seguida, aborda sobre a pandemia de Covid-19 e as formas de enfrentamento no governo Bolsonaro, além da análise do ensino superior no Brasil contemporâneo no contexto da pandemia de Covid-19 (2020-2021). Por fim, analisa a política de educação superior no governo de Jair Messias Bolsonaro, apreendendo as tendências e os desafios. Esse segundo capítulo demonstra, entre outros, que com o golpe e o consequente *impeachment* de Dilma

Rousseff, vislumbrou-se a posse e eleição de governos ultra conservadores no Brasil, a saber: Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. O então presidente Bolsonaro elegeu a educação pública superior como um de seus principais alvos de ataques, dessa forma, com o seu programa de governo nas eleições de 2018, o mesmo delineia sua agenda conservadora para o ensino superior, caracterizando-se por um simplismo e um desconhecimento da magnitude política e importância social das universidades públicas, onde se produz 95 % da ciência do país. A Pandemia de COVID-19 corroborou para escancarar a crise do capital. No Brasil, a população vivenciou uma grave crise econômica, política, social, ambiental e cultural onde, no âmbito do ensino superior, o ensino remoto foi naturalizado pelo governo como a única solução para os problemas educacionais enfrentados.

O presente estudo analisa como a tendência da política de educação superior brasileira, no contexto do ultraneoliberalismo, se apresenta como de subsunção à lógica financeira do grande capital, sendo submetida a um processo de precarização e mercantilização, com vista a uma educação elitista e excludente, que visa atender a uma parte da população que pode arcar com mensalidades, materiais de estudos, dentre outros. Por outro lado, busca baratear o ensino por meio da abertura da educação para o Ensino a Distância - EAD, fenômeno histórico com consequências e efeitos que potencializam a desigualdade social. Nesta perspectiva, as grandes empresas privadas vêm investindo para o crescimento e expansão dos cursos de ensino à distância, com o objetivo de reduzir os custos e aferir lucros. Essa educação pela via do mercado se gesta por meio da desqualificação de conteúdos, redução de investimentos em todos os âmbitos da educação, na intensificação do trabalho docente e na má qualidade da formação.

Nesse cenário, o principal desafio é o fortalecimento da luta por uma educação superior como direito, sendo esta laica, gratuita, pública, de qualidade e socialmente referenciada. Neste horizonte, torna-se fundamental a organização e luta por meio dos movimentos das/os trabalhadoras/res da educação superior e do movimento estudantil universitário, em uma ampla frente de resistência contra as retiradas de direitos, precarização, desmonte e mercantilização da educação superior pública, decorrentes da ofensiva neoliberal, que ganha forma e expressão na década de 1990 e que se aprofunda no governo ultraneoliberal de Jair Messias Bolsonaro.

2 POLÍTICA SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

2. 1 Política Social: Gênese e Trajetória Histórica

Historicamente vemos que o surgimento e implantação das políticas sociais como mecanismo de resposta do Estado às demandas universais da classe trabalhadora, far-se-á mediante a contradição capital e trabalho. Assim, pois, sua origem e desenvolvimento remete à emergência da questão social¹, à manutenção da sobrevivência da classe trabalhadora e às novas formas para administrar as atuais crises do sistema de produção capitalista. Dessa forma, não se pode considerar a política social como produto fixo, independente e a-histórico. Behring (2000, p.01) afirma que “a existência de políticas sociais é um fenômeno associado ao contexto e constituição da sociabilidade burguesa, isto é, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se”.

Neste item, iremos discorrer sobre a gênese da política social no modo de produção capitalista, compreendendo que a política social para o sistema capitalista age na garantia de novas formas de manutenção e recuperação dos lucros, diante da dicotomia entre a desigualdade social e as crises do sistema capitalista. Bezerra et al (2021), ao enfatizarem a importância de se pensar as políticas sociais numa perspectiva histórico-crítica, entendem que,

Para pensar as políticas sociais na perspectiva histórico-crítica é imprescindível refutar análises que se reduzem a legislações sociais e ao seu cumprimento ou descumprimento, sendo imperativo associar tal discussão ao Estado e ao processo de acumulação capitalista, entendendo o papel das classes fundamentais e as demandas que essas impõem ao Estado, imprimindo sua dinâmica contraditória. (BEZERRA et al, 2021. p.10).

A partir da consolidação do modo de produção capitalista no século XIX e a violenta separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, houve uma imensa pressão cada vez mais acelerada para obtenção de lucros. Dessa forma, no modo de produção capitalista, os trabalhadores se encontram livres e, como já sinalizava Marx, “livres como pássaros”²,

¹Segundo Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

²Essa expressão se encontra no capítulo 24 do O CAPITAL.

trabalhadores livres em um duplo sentido, pois não pertencem diretamente aos meios de produção, como era no caso dos escravos e, também, não têm acesso a suas próprias ferramentas de trabalhos, como os servos no período feudal. Assim, são trabalhadores despossuídos, expropriados e desprovidos de tudo, contando apenas com a venda de sua força de trabalho.

É no processo que Marx chamou de acumulação primitiva que a burguesia começa a se expandir e, ainda no século XVIII e XIX, o desenvolvimento das forças produtivas possibilitará a Revolução Industrial (1776-1830), atingindo, assim, a sua maturidade, não abolindo as contradições de classe, mas colocando na ordem do dia novas contradições de opressão, novas formas de luta e duas classes fundamentais e antagônicas: a burguesia e o proletariado. O modo de produção capitalista é pautado, apesar da sua abundância, por uma determinada liberdade, a do comércio, pela exploração e tudo se torna mercadoria. Para mais, a riqueza é produzida socialmente, mas a sua apropriação se dá de maneira privada pelos capitalistas.

Com a já citada Revolução Industrial, surge a expressão “questão social” para dar conta do fenômeno do próprio processo da sociabilidade burguesa e dos impactos da industrialização, a saber: o pauperismo, fenômeno que se apresenta mais imediatamente no capitalismo em seu estágio industrial e concorrencial, apresentando-se como um fenômeno novo na sociedade. Ainda, o desemprego e o exército industrial de reserva constituem algumas das expressões primeiras, que se considerou denominar expressões da questão social. De acordo com Netto (2011, p.153), trata-se de uma nova forma de pobreza, pois “[...] a pobreza justamente crescia na razão direta que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”.

Neste momento histórico, a classe trabalhadora estava sucumbida a intensas jornadas de trabalho, a baixos salários, a falta de assistência à saúde, as formas de alimentação e moradias precarizadas, além disso, toda a família precisava se inserir no mercado de trabalho com o propósito da garantia das condições de sobrevivência. A partir desse preâmbulo, com todas as condições de vida e da miserabilidade da classe trabalhadora, emergem movimentos operários de reivindicações para cobrar respostas de melhores condições de vida e trabalho a partir de uma dimensão política e organizativa dos sindicatos e dos partidos políticos. (LIMA; LEITÃO, 2012). De acordo com Behring e Boschetti “A mobilização e organização da classe trabalhadora foram determinantes para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século XIX e início do século XX” (2007. p.63).

As respostas às mobilizações da classe trabalhadora fez com que o Estado interviesse não apenas de forma coercitiva e repressiva no seu estágio concorrencial, mas a partir do capitalismo monopolista surgiram as primeiras políticas sociais³, entretanto, tais políticas foram, em sua grande maioria setorializadas e segmentadas. De acordo com Lima e Leitão:

Essas medidas estreitadas do Estado, foram implementadas a reduzidas categorias profissionais, nas formas de seguros obrigatórios contra as enfermidades abarcando três maneiras de riscos: doença, velhice e desemprego. No entanto, essas medidas de amparo social não possuíam um caráter universal. (2012 p.33).

A Alemanha e a Inglaterra, ainda no final do século XIX, são países em destaque no que se refere à criação e multiplicação das primeiras legislações e medidas de proteção social (BEHRING, 2000). Com isso, a partir de fins do século supracitado, os trabalhadores se encontram mais organizados e fortalecidos, “[...] combinado ao processo de monopolização do capital, quando se inicia a construção do Estado Social em seus formatos diversos a partir de Bismarck” (BEHRING, 2021, p.252). Com as guerras mundiais e, sobretudo, com a maior crise⁴ até então conhecida dos anos de 1929 a 1932, a chamada grande depressão, o liberalismo enfrentou abalos e uma crise de legitimidade no que se refere aos seus ideais defendidos de não intervenção do Estado na economia. Diante dessas diversas crises e do avanço dos pressupostos liberais para a sua superação, o economista John Maynard Keynes (1883)⁵ reformula a superação da crise do capitalismo liberal.

Keynes pensava na criação de um Estado intervencionista como solução para o que ele

³Vale destacar, de acordo com Lima e Leitão (2012), às políticas sociais não surgem de maneira homogênea em todos os países, isto é, as políticas sociais surgem de forma gradual e diferente, isso se interliga com o processo tanto de organização e pressão da classe trabalhadora, bem como ao nível de desenvolvimento dos meios de produção e das correlações de força no âmbito do Estado.

⁴Marx e Engels, de maneira embrionária no Manifesto Comunista, já haviam sinalizado para as crises no modo de produção capitalista. “Basta mencionar as crises comerciais que, repetidas periodicamente e cada vez maiores, ameaçam a sociedade burguesa. Nessas crises, grande parte não só da produção, mas também das forças produtivas criadas, é regularmente destruída. Nas crises irrompe uma epidemia social que em épocas anteriores seria considerada um contrassenso – a epidemia da superprodução. A sociedade se vê de repente em uma situação de barbárie momentânea: a fome e uma guerra geral de extermínio parecem cortar todos os suprimentos de meios de subsistência, a indústria e o comércio parecem aniquilados, e por quê? Porque a sociedade possui civilização demais, meios de subsistência demais, indústria e comércio demais.” (MARX; ENGELS [1848], 2008, p.20).

⁵O pensamento e a prática política de John Maynard Keynes são fortemente influenciados pelo contexto e o momento histórico no qual ele viveu e presenciou. Destarte, Keynes conviveu num momento com fortes crises e duas guerras mundiais. Seu pensamento e sua intensa ação política, na concepção dos autores, influenciaram toda uma época

denominava de crises de subconsumo. Para o autor, o Estado deveria estimular o investimento na produção e no consumo tanto dos principais capitalistas como da população em geral, por meio da intervenção do Estado na economia, buscando investimentos na atividade produtiva visando a geração de emprego e renda, bem como impulsionando o consumo.

Segundo Keynes, cabe ao Estado o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. Dessa política resultaria um déficit sistemático no orçamento. Nas fases de prosperidade, ao contrário, o Estado deve manter uma política tributária alta, formando um superávit, que deve ser utilizado para o pagamento das dívidas públicas e para a formação de um fundo de reserva a ser investido nos períodos de depressão (SADRONI, 1992, p.85).

Como nos períodos de crise, de acordo com Keynes, o “livre mercado” pode não gerar a demanda (ou consumo de mercadorias) suficiente para garantir o lucro do capitalista e o pleno emprego dos trabalhadores, seria necessário e aconselhável que, nesses contextos e ocasiões, o Estado interviesse, levando em consideração o aumento do investimento público e criando o déficit fiscal, tendo em vista e em função “do seu gasto ser maior que sua arrecadação para ampliar a demanda efetiva (consumo), a taxa de lucro e procurar o “pleno emprego” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 56). Além disso, o Estado teria que criar as condições econômicas dando importância para reduzir as incertezas e ampliar as expectativas de venda e lucro, bem como redução de juros, aumentando o capital circulante, promovendo o consumo e incentivando o capitalista a investir na atividade produtiva, gerando, desta forma, um “efeito multiplicador” nas rendas.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), a expansão das políticas sociais pode ser identificada a partir do período de 1929 a 1932. Entretanto, a intensificada generalização das políticas sociais se gesta após a segunda guerra mundial, nos considerados 30 anos gloriosos, quando se adentrou a fase madura do capitalismo. Vale destacar que nesse período histórico, o modo de produção capitalista, com a intervenção estatal e a intensificação dos investimentos nas políticas sociais, ocasionou o aumento da lucratividade do capital e minimamente as melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora⁶.

⁶Nas palavras de Behring e Boschetti (2011. p.89), “houve, naquele momento, uma melhoria efetiva das condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acessos ao consumo e ao lazer que não existiam no período anterior, bem como uma sensação de estabilidade de pleno emprego keynesiano, diluindo a radicalização das lutas e levando a crer na possibilidade de combinar acumulação e certos níveis de desigualdade” (BEHRING E BOSCHETTI, 2011. p.89).

Nesse ínterim, os 30 anos gloriosos só foram possíveis por meio das articulações do pacto Taylorismo-Fordismo e com as ideias keynesianas. Desta forma, a produção das indústrias cresceu de forma vertiginosa com a produção em massa para o consumo em massa. Essa mudança se deu não apenas no setor econômico, mas também agregou uma nova forma de regulamentar as relações sociais. Dessa maneira:

Trata-se do padrão baseado na produção em massa de mercadorias, a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada. Na indústria automobilística taylorista e fordista, grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. [...] Esse padrão produtivo estourou-se com base no trabalho parcelado e fragmentado, na composição das tarefas que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos (NETTO e BRAZ, 2012, p. 210- 211).

Sendo assim, o Welfare State, durante o período dos 30 anos gloriosos, configura-se como uma saída das crises do capital naquele momento histórico, espelhado no Plano Beveridge⁷ sob a crítica do modelo de seguros sociais Bismarckianos que não tinham um caráter universal das políticas sociais. De acordo com Behring e Boschetti (2011), os princípios que estruturam o Welfare State e são apontados no Plano Beveridge são:

1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços Sociais universais como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma ‘rede de segurança’ de serviços de assistência social (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 94).

Há a necessidade sempre crescente do mercado, tendo em vista a proclamação do objetivo exclusivo da burguesia, isto é, o lucro, impelindo, assim, o estabelecimento da conquista de todo o globo terrestre e da exploração. Contudo, o esgotamento do período dos 30 anos gloriosos começa a ser sentido na década de 1960. Netto e Braz sinalizam que “[...] a profundidade da crise que, na transição da década de sessenta e setenta, pôs fim aos “anos dourados” levou o capitalismo monopolista a um conjunto articulado de respostas que

⁷Segundo Behring e Boschetti (2011), o Plano Beveridge se organiza por meio da fusão e ampliação das medidas já existentes, por exemplo: abono familiar; seguro desemprego; auxílio maternidade; benefícios para esposas abandonadas; auxílio funeral; seguro acidente de trabalho entre outros.

transformou largamente a cena mundial: mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais ocorreram”. (2012. p.223).

Vale ainda ressaltar que as crises no modo de produção são, necessariamente, parte da sua dinâmica, ou seja, não existe capitalismo sem crises. Entretanto, como aponta Mészáros (1998), na passagem da década de sessenta à de setenta, vivenciamos uma crise histórica sem precedentes, “Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital”. Tem-se, assim, no plano econômico a reestruturação produtiva do capital, o neoliberalismo no plano político e a pós-modernidade, no campo das ideias.⁸

A reestruturação produtiva teve sua origem no ano de 1970, face ao esgotamento do padrão de desenvolvimento fordista. Referenciando Busnello (2000, S.p.), "o sistema de produção flexível baseia-se em pelo menos dois princípios organizacionais de funcionamento, com vistas à economia de tempo e gestão de estoques”. Diferentemente do pacto taylorista-fordista-keynesiano e sua produção em massa e divisão social e técnica do trabalho bem delimitada entre os trabalhadores, o processo de reestruturação produtiva do capital faz com que esse trabalhador seja polivalente, e multifuncional. Isto é, o trabalhador tem uma jornada de trabalho de oito horas, porém, em contrapartida, faz várias tarefas diferenciadas que, na realidade, deveria ser feita não apenas por uma pessoa, mas por diversos trabalhadores.

Assim, o toyotismo japonês, enquanto novo padrão de acumulação, tem como marco referencial o contexto da crise do modelo de acumulação taylorista/fordista no decorrer dos anos 70, o qual representou o ciclo de expansão do capital desde o pós-guerra. Emerge no Ocidente, a partir dessa época, como alternativa à reestruturação do capital na perspectiva de recompor seu processo de reprodução ampliada, fundamentado, historicamente, nas formas de exploração, dominação e controle social". Neste sentido, frente aos problemas de acumulação e dos desafios no mundo do trabalho, foram gestadas transformações, no campo da produção,

⁸Para saber mais sobre a pós-modernidade, ver texto as expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política, da autora Ivete Simionatto. SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico política. 2009. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/51731407/4 - Expressoes ideoculturais da crise capitalista na atualidade de e sua influencia teorico-pratica-libre.pdf?1486730857=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DAs_expressoes_ideoculturais_da_crise_cap.pdf&Expires=1685021269&Signature=JMYI3j00Tgqbon3vAvgrjOyoZcVbrLw3EaxMSHNNR4Taco0yKgnsOrwhR0ciM2FUsBfrcZ54m1EP1RmWIBOIzfuKViGtpQ4uLdXv6tSqU0YnrKQxhXcXbEbemOxqH6pgzBCD6hJtByYEnQWefDd6LGZ2BjMuVRBMuiuAvTiOtg2s8-mczOOyL6h805-MelgFNOOACMoVEUKnjOoYoIlg~snKJH~v6AAW6PfLx-ZOSF0CIF5OaolWe22-qvYrX9he2hXmJld1zunzOISgk~Osbi~GTc91mm0bGYZfNh37ka6TfcYX4No~yP0LD2o8Yt1Rd3-MO5fgPHmNTE7cMPTXQw_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

constituídas como formas de acumulação flexível e de gestão organizacional, bem como de desenvolvimento tecnológico. (LEITE, 2003, p. 40).

Quanto ao Neoliberalismo, “[...] esse deve ser visto como uma estratégia do poder burguês e de enfrentamento aos movimentos contestatórios que se fortaleciam como possibilidade de superação da crise do capital nos anos 1970” (BRETTAS, 2017, p.60). Segundo Perry Anderson, no seu conhecido e brilhante texto “Balanço do Neoliberalismo”, o neoliberalismo nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial, e seu propósito consistia, em especial, combater o Keynesianismo, além do “solidarismo reinante e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p.1). Nessa direção, Anderson assinala que a evolução para o neoliberalismo:

Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p.1).

Todavia, ainda na análise do autor, as ideias do neoliberalismo só vão começar a ganhar um verdadeiro terreno e se espalhar tendo em conta a chegada da crise estrutural do capital. No contexto da “[...] grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973” (ANDERSON, 1995, p.2). Para Hayek⁹, considerado o fundador do neoliberalismo e, também, para outros intelectuais, a crise que se instaura no Estado, nesse contexto histórico,

[...] estava localizada no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p.2).

Para mais, Hayek acreditava que a presença da desigualdade social no modo de produção capitalista era um ponto positivo para o estímulo da economia, “[...] na verdade, ele defende a necessidade da desigualdade, como mecanismo (‘natural’) estimulador do desenvolvimento social e econômico.” (MONTAÑO, 2010. p. 62). Assim, o capitalismo se

⁹Hayek foi também o idealizador e fundador da Sociedade de Mont Pèlerin, uma associação internacional, criada em 1947, na Suíça, composta por "notáveis" — Mises, Hayek, Popper, Friedman, Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros —, com a propósito de estabelecer as bases do (hoje chamado) "neoliberalismo" e combate ao Estado intervencionista.” (MONTAÑO, 2010 p. 60).

via livre para normalização das expressões da questão social advindas da sociabilidade burguesa.

Netto (2012, p.417) contribui bastante ao pautar o mote do projeto do neoliberalismo, quer dizer, a “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal)”. Apesar dos governos de Margaret Thatcher, em 1979, e de Ronald Reagan, em 1980, serem lembrados como pioneiros ao que se refere a um neoliberalismo “mais puro”, é importante destacar, também, que a América Latina, mais especificamente o Chile, foi pioneiro e testemunha “da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo” (ANDERSON, 1995, p. 09). Nas palavras do autor:

Tudo isso começou no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. No Chile, naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas. Mas é de se notar que a experiência chilena dos anos 70 interessou muitíssimo a certos conselheiros britânicos importantes para Thatcher, e que sempre existiram excelentes relações entre os dois regimes nos anos 80. O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse (ANDERSON, 1995, p. 9).

A razão do mundo neoliberal é materializada na Constituição Chilena de 1980 sob o governo ditatorial de Augusto Pinochet. De acordo com Santos (2019), a Constituição Chilena ofereceu o marco legal para uma profunda mercantilização dos direitos sociais, além disso, “A noção de direitos sociais é subsumida à garantia de liberdade econômica, o que implica modificar o sentido da intervenção do Estado” (SANTOS, 2019, p. 331).

Nesse contexto de crise estrutural do capital e tardo-capitalismo, "A política social altera-se ao longo do ciclo do capital" (BEHRING, 2021, p. 253). No intitulado anos de ouro do modo de produção capitalista foi comemorada, enquanto que “[...] também foi execrada na hegemonia neoliberal, apontada como perdulária, quando as classes dominantes não mais apontam para o pacto dos anos de crescimento e criticam os impostos excessivos para manter supostos privilégios” (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, p.57).

Em seus estudos, Behring (2021) sinaliza que, na atualidade, as políticas sociais se concentram na administração a baixo custo da superpopulação relativa voltadas, especialmente, ao “combate à pobreza” de políticas e programas sociais focalizados: “São políticas sociais que encontram seu eixo no empoderamento, no fortalecimento da resiliência, na vigilância social, na inclusão e tantas outras criações e marcas da novilíngua e das medidas concretas de uma proteção social à imagem e à semelhança do neoliberalismo” (p.253). Fazendo referência ao neoliberalismo, a autora supramencionada destaca:

O neoliberalismo fala muito de Estado mínimo, dizendo que o ‘Estado é pesado, o Estado é um elefante, e que é necessário modernizar e diminuir o Estado’. O neoliberalismo talvez tenha diminuído o Estado do ponto de vista das privatizações [...] a carga tributária na maior parte dos países capitalistas no período pós 1979-1980 não caiu em praticamente em quase nenhum lugar do mundo, isso significa que os Estados ou se mantiveram do mesmo tamanho do ponto de vista tributário ou ampliaram, inclusive, a carga tributária de uma maneira geral. Com isso, eu quero desfazer essa ideia de que o neoliberalismo propunha um Estado mínimo. Não, o neoliberalismo não propõe um estado mínimo, na verdade, o que vários autores, inclusive o Ernest Mandel, que é uma referência importante, vai mostrar que o neoliberalismo e as respostas à crise do capital que se abre no início dos anos 70, vão requisitar mais Estado, um Estado forte, um estado fortemente interventivo, porém redirecionado para uma intervenção tendo em vista os interesses do capital [...] o papel do Estado de administrar as crises vai crescer bastante após a crise de 70, e especialmente a partir de 2008-2009, o imenso aporte de recursos dos Estados para segurar a crise da subprime e seu espraiamento ao redor do mundo, e os Estado nacionais injetaram bilhões, trilhões de dólares, euros e reais para segurar os impactos da crise (BEHRING, 2021)

Essa direção de focalização, psicologização e pontualidade das políticas sociais relaciona-se com o que Fontes diz sobre a racionalidade da sociabilidade do capital, que é “metódica e abstrata, calcada quase exclusivamente no cálculo (de maneira simplificada, mas não falsificada, limita-se à... ‘maior benefício com menor custo’) (FONTES, 2018, p.02)”.

Ainda na perspectiva da supracitada autora, ao lembrar do capítulo 24 d’O Capital, assinala que Marx “[...] ironiza a estranha suposição da existência de uma ‘acumulação prévia’, através da qual alguns teriam economizado – os capitalistas – enquanto a grande maioria não o fez, restando-lhe, portanto, assujeitar-se como trabalhadores aos primeiros”. Isso nos remete a culpabilização, por parte da ideologia dominante burguesa, de que a classe trabalhadora se encontra nas condições atuais de vida por vontade e querer, ou seja, a completa naturalização das relações sociais e de produção. Se, como diz Marx e Engels, a burguesia fez o mundo a sua imagem e semelhança e que, além disso, “As ideias dominantes

de uma época sempre foram as ideias da classe dominante” (MARX; ENGELS, [1948], 2008. p.40), o que analisamos com o neoliberalismo é a ênfase na auto suficiência, o autocultivo, a autodependência. (DEAN, 2021, p.30) A saber, o individualismo. Nas palavras de Pereira (2012. p. 731): “as políticas sociais enredaram-se na engrenagem da competitividade capitalista mundial, que têm como linha-mestra as regras antissociais do mercado”.

Behring e Boschetti (2021) ainda enfatizam que a luta pelas políticas sociais não se caracteriza o horizonte máximo e nem pode ser o objetivo final, mas faz parte da resistência, assim, é uma mediação importante, na perspectiva de não mais expropriações de direitos da classe trabalhadora. Desse modo, as políticas sociais não podem se tornar instrumentos de mero repasse direto de verbas e programas focalizados para os usuários, bem como, sustentando novas formas de lucratividade por meio desses sistemas de repasses bancários. Diante disto, é legítima a luta social pelo direcionamento do fundo público para a existência de mais políticas sociais e a resistência para a manutenção de muitas delas, apesar do capitalismo se auto beneficiar com esses movimentos. É o máximo que a classe trabalhadora poderá alcançar no âmbito da emancipação política, enquanto não se alcança a emancipação humana.

2.2 A política social na Contemporaneidade Brasileira

Neste item, iremos discutir sobre a trajetória das políticas sociais mediante a análise sócio histórica do desenvolvimento capitalista, das lutas de classes e do antagonismo entre capital e trabalho e, posteriormente, sobre a política social nos principais governos que participaram da introdução/continuidade do neoliberalismo no Brasil.

É necessário destacar que cada país tem suas especificidades no que se refere à construção das políticas sociais, sendo assim, no Brasil, o processo de conquista das políticas sociais e dos direitos sociais se gestam a partir das lutas, a exemplo das greves no início do século XX, ou seja, as greves de 1917¹⁰ e 1919, que fomentaram o começo da institucionalização das políticas sociais no Brasil. Com isso, em 1923 destaca-se a lei Elói Chaves que marcou o início da previdência social no Brasil através das Caixas de

¹⁰A primeira greve geral da história do Brasil ocorreu em 1917, em São Paulo (SP), e as mulheres estavam na linha de frente. Elas eram a maioria da classe trabalhadora e reivindicavam melhores condições de trabalho, aumento salarial, fim do trabalho infantil e redução das cargas horárias exaustivas. (CAETANO, 2019). Para ver mais: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/01/mulheres-estavam-na-linha-de-frente-da-primeira-greve-geral-da-historia-do-brasil/>

Aposentadorias e Pensão (CAP's). As características principais dessas CAP's eram organizadas por empresas e não por categorias profissionais, além do mais, não eram universais, pois eram voltadas para o operariado urbano, especialmente os ferroviários. Ao longo do tempo, houve uma expansão dessas CAP's introduzindo outras categorias e se tornando, na era vargas, o que ficou conhecido como Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAP), ampliando a cobertura para todos os trabalhadores urbanos¹¹, ainda sendo excludente para as categorias de trabalhadores rurais, as empregadas domésticas e os autônomos.

Em 1939, ainda durante o governo varguista, foi regulamentada a justiça do trabalho e homologada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), tendo em vista o contrato capital-trabalho, evidenciando que, ao mesmo tempo em que houve ganhos no que diz respeito aos direitos sociais para a classe trabalhadora, também ocorreu uma cooptação dos sindicatos pelo Estado. A respeito do ano de 1960 foi promulgada a Lei Orgânica de Previdência Social, nº 3.807, que unificou a previdência social e expandiu para todos os trabalhadores do regime da CLT, salientando que ainda não passaram a ser de caráter universal.¹² Durante a ditadura empresarial militar¹³, no ano de 1965, avança a unificação da previdência, criando-se o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)¹⁴, de acordo com Norberto e Teixeira (2017). Ainda na ditadura, em 1977, foi criado o Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS) e dentro do SINPAS tinha-se o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), que era prestador de assistência médica, dando importância para a compra de serviços médico-hospitalares e especializados do setor privado.

Vale lembrar que nem todos tinham direito à saúde, pois o acesso à saúde estava atrelado à contribuição da previdência Social. Nos últimos anos da ditadura militar, com o

¹¹Os IAP's foram criados de acordo com a capacidade de organização, mobilização e importância da categoria profissional em questão. Assim, em 1933 foi criado o primeiro instituto, o de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), em 1934 o dos Comerciantes (IAPC) e dos Bancários (IAPB), em 1936 o dos Industriários (IAPI), e em 1938 o dos Estivadores e Transportadores de Cargas (IAPETEL). Segundo NICZ (1982), além de servir como importante mecanismo de controle social, os IAP's tinham, até meados da década de 50, papel fundamental no desenvolvimento econômico deste período, como "instrumento de captação de poupança forçada", através de seu regime de capitalização. (POLIGNANO, 2001. p.10)

¹²Os trabalhadores rurais só viriam a ser incorporados ao sistema 3 anos mais tarde, quando foi promulgada a lei 4.214 de 2/3/63 que instituiu o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). (POLIGNANO, 2001).

¹³A ditadura empresarial militar, para se consolidar na sociedade, demandou um processo de implantação de políticas sociais, visando justificar a sua vigência e continuidade durante os seus longos 21 anos.

¹⁴O processo de unificação previsto em 1960 se efetiva em 2 de janeiro de 1967, com a implantação do Instituto Nacional de Previdência social (INPS), reunindo os seis Institutos de Aposentadorias e Pensões, o Serviço de Assistência Médica e Domiciliar de Urgência (SAMDU) e a Superintendência dos Serviços de Reabilitação da Previdência Social. (POLIGNANO, 2001).

processo de perda da hegemonia política e econômica dos militares perante a sociedade brasileira, houve processos de efervescência das lutas sociais de vários setores, isto é, os movimentos dos trabalhadores, dos sindicatos, das mulheres, dos povos originários, do movimento estudantil, do movimento negro, entre outros. Sendo assim, essas lutas vão reverberar no processo das diretas já, na reforma sanitária da saúde e na Constituição de 1988, reformulando e construindo uma nova perspectiva das políticas sociais, tendo como o auge da conquista dos direitos sociais o tripé da seguridade social, ou seja, a saúde como direito de todos e dever do Estado, a assistência social para quem dela necessitar, independente de contribuição e da previdência social (POLIGNANO, 2001).

Em 1990, com a Lei nº 8.080, regulamentou-se o Sistema Único de Saúde (SUS), que dispõe sobre as condições de proteção e recuperação da saúde, tendo como princípios a universalidade, integralidade dos serviços e a equidade como justiça social. Em 1993, com a Lei 8.742, instituiu-se a Lei Orgânica de Assistência Social como política social, desvinculando-se do seu caráter historicamente filantrópico e de beneficência, garantindo os mínimos sociais, realizado através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.

Em 1993, o então presidente da república Fernando Collor de Mello, antes de sofrer o *impeachment*, deu as boas-vindas ao neoliberalismo ortodoxo, tomando várias medidas de desmonte dos direitos sociais conquistados, incluindo ataques à Constituição Federal, a saber: tratou a Seguridade Social como um simples seguro não reconhecendo a sua legitimidade perante a realidade do país, na fragmentação das três políticas da Lei Maior da Seguridade Social; reorientou o orçamento da Seguridade Social para outros fins; atrasou em um ano o Plano de Custeio da Previdência Social; vetou 25 itens da Lei Orgânica da saúde bem como a participação social e o financiamento do SUS. Não aceitava a Assistência Social como parte da Política de Seguridade Social, desviando recursos do Fundo de Assistência do Trabalhador (FAT) para financiamento do Banco do Brasil, como também para o Instituto de Assistência Médica da Previdência Social-Inamps, dentre outros retrocessos na recente Constituição Federal. (PEREIRA, 2012, p.742)

Segundo Pereira (2012, p.742), “a ofensiva neoliberal ganhou vigor nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso”. Efetivamente, nesse governo, o país foi aberto às ingerências neoliberais e regido pelas teses do Consenso de Washington. Verifica-se no Governo de Fernando Henrique Cardoso a continuação da agenda neoliberal no país implementando políticas monetárias introduzidas no Plano Real, aplicou-se também transferências das receitas da Seguridade por intermédio da DRU (Desvinculação dos

Recursos da União) desacelerando a sua plena função de acordo com os seus preceitos da Lei Maior, isto se exemplifica na Emenda Constitucional nº 20/98 (EC n. 20/98), a qual, em nome do ajuste fiscal, concebeu uma “reforma” na Previdência Social que praticamente destruiu os preceitos constitucionais sobre a aposentadoria.” que antes era efetivada através do tempo de serviço, não por tempo de contribuição.

Em decorrência disso, pode-se dizer que nesse governo prevaleceu uma política monetária aliada a uma ousada e desastrosa prática de privatização das empresas estatais, mediante a qual o setor privado da economia foi agraciado com renda, riqueza e patrimônio em detrimento do bem-estar social da população (PEREIRA, 2012. p.743)

É importante destacar que o Brasil, desde o seu processo de redemocratização, vem convivendo com um ajuste fiscal permanente (BEHRING, 2021), também, “com nuances diferentes entre os governos, mas que não alteraram significativamente a ideia de “estabilidade econômica a qualquer custo” (BEHRING et al, 2020, p.104). Isso se refere, tanto aos governos de Fernando Henrique Cardoso, bem como aos governos petistas, nas figuras de Lula e Dilma, além do contexto mais recente, isto é, no governo golpista de Michel Temer e, sobretudo, de Jair Bolsonaro.

A apropriação do fundo público, a condição do orçamento público destinado às políticas sociais, e o conjunto de direitos duramente conquistados e contidos na Constituição de 1988, “[...] padece de histórica submissão à política econômica, além de que, de forma geral, foram submetidos à lógica do ajuste fiscal” (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, pp. 220-226).

Em seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso aprofunda a política de cunho neoliberal e, sob a batuta de Luiz Carlos Bresser Pereira, “[...] formula aquele que pode ser considerado o documento orientador de período e talvez o mais forte elemento de continuidade pós-institucional: o Plano Diretor da Reforma do Estado. Esse projeto é caracterizado como uma contrarreforma do Estado. O discurso governamental predominante na época, amplamente divulgado pela mídia, era de que [...] as razões da crise estariam localizadas no Estado” (BEHRING, 2021. p.168). Com toda a campanha mistificadora da mídia, acabou-se por desencadear e criar “uma subjetividade antipública” (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, p. 211). indubitavelmente o neoliberalismo aprofunda as relações de dependência (BRETTAS, 2017). E nesse cenário,

[...] chama a atenção a questão da privatização brasileira, houve a entrega de parcela significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro, bem como a não-obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial. Diga-se, o inverso de tudo o que foi anunciado: o combate à crise fiscal e o equilíbrio das contas públicas nacionais.[...] A prática da ‘reforma’, na verdade, era perfeitamente compatível com a política econômica, o que reforça a ideia de que seu discurso constituiu-se de pura ideologia e mistificação, num explícito cinismo intencional de classe. (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, p. 213).

Vislumbra-se, concretamente, uma política econômica fundada e apoiada nas privatizações, além disso, o sistema da dívida cumpre um papel central, pois tendo no horizonte de dar garantias aos credores, tem-se, na análise de Brettas (2017):

A criação do Fundo Social de Emergência em 1994 (denominado de Desvinculação de Receita da União - DRU, desde 2000), as metas de superávit primário - fruto de um acordo com o FMI em 1998 -, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2000, são algumas das principais alterações voltadas para priorizar o pagamento da dívida e da disponibilidade para, se necessário, sacrificar recursos destinados a outros fins, como as políticas sociais, por exemplo (BRETTAS, 2017, p. 64).

Para Behring (2021.S.p.) o Programa de Publicização fez com que houvesse um “espraçamento de novos entes jurídicos público-privados a exemplo das agências executivas e das organizações sociais”. Com isso, consta a regulamentação do chamado Terceiro Setor e a defesa de buscar apoio fora do aparato estatal para a execução das políticas públicas, com destaque para a política social e a prestação dos serviços públicos.

Nos governos petistas, apesar de alguns deslocamentos no que se refere às orientações mais duras do Consenso de Washington (como aconteceu, por exemplo, nos governos de FHC), ainda assim, não se pode considerar que aconteceram rupturas quanto ao essencial, quanto à base da agenda e dos elementos centrais do ajuste fiscal. Segundo Behring et al (2020, p.104), “diferente dos laudatórios discursos sobre um suposto neodesenvolvimentismo e uma mítica ‘nova classe média’, não ultrapassamos uma espécie de neoliberalismo de cooptação”.

Com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) o presidente e a população brasileira já se depararam com uma década de avanços do neoliberalismo dentro do país, seguido dos ataques à Constituição, pelo controle da inflação junto a uma recessão com uma grande dívida externa, em contraponto a isto, uma esperança da classe trabalhadora com a

eleição de um governante que lutava para que o Brasil se tornasse um país fora do mapa da fome e com menos desigualdade social. Diante disto, o então presidente deu continuidade ao neoliberalismo, porém atendendo uma boa parte das demandas das classes mais subalternas.

No seu primeiro mandato, Luiz Inácio Lula da Silva intensificou a política macroeconômica de FHC, executou uma minirreforma tributária elevando a receita da União e a Reforma da Previdência com o intuito de estabilizar o déficit do regime previdenciário dos servidores públicos, e “isso repercutiu desfavoravelmente nas políticas sociais e nas condições de vida da classe trabalhadora (e dos aposentados) porque, junto com essas medidas, a concentração de riquezas manteve-se intocada; ou melhor, a hegemonia do capital financeiro, o monopólio da terra e os fundos privados de pensão foram preservados e incentivados. (PEREIRA, 2012. p.745)

Outras medidas tomadas pelo governo foi a sua colaboração nas políticas de liberações para os transgênicos e a formação de superávit primário em favor da remuneração do capital financeiro, com isso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu um leque para os preceitos da direita brasileira, perdendo apoio de alguns líderes da esquerda, também se pode afirmar que em seu primeiro mandato, apesar do significativo crescimento econômico e seus programas sociais, a exemplo o Bolsa Família e o programa Fome Zero, o governo não apresentou políticas sociais significativas para as problemáticas do país. (PEREIRA, 2012. p.745)

Referenciada em dados oficiais do Ministério de Desenvolvimento Social do ano de 2011, Pereira (2012) demonstra que, no segundo mandato do governo Lula, com a expansão do programa Bolsa Família foi alcançado 12 milhões de famílias com baixa renda, 28 milhões de pessoas saíram da pobreza, reduziu-se 8,5% da pobreza extrema, 36 milhões alcançaram a classe média, houve a queda do desemprego de 12% para 5,7% no período de 2002 a 2010 e o crescimento de 59% de trabalhadores com carteira assinada. Segundo Pereira (2012. p.745), “[...] o governo Lula também incentivou a expansão de micro ou pequenas empresas e do trabalho autônomo regulamentado, com vista à geração alternativa de trabalho e renda.” Assim, para a autora citada (2012), há que considerar a visibilidade, os avanços e melhorias para as demandas da classe trabalhadora, mas, por outro lado, o capital financeiro obteve muito mais lucros comparado às melhorias sociais promovidas nesse período.

Para o governo Dilma (2011 a 2016), observa-se uma ultrafocalização das políticas sociais. De acordo com o seu “Plano Brasil Sem Miséria”, rebaixou os critérios de definição da pobreza no Brasil de acordo com a definição de pobreza pela Organização das Nações Unidas (ONU), considerando pobre a definição de família com renda mensal de até 120,00

reais e extrema pobreza a família que ganha mensalmente até 70,00 reais (1,25 dólares/dia) utilizando-se da assistência e do trabalho com geração de renda precária. Vale ressaltar que,

A partir de 2014, o governo federal, já sob o governo Dilma, não consegue mais se manter nesses deslocamentos, cujo aprofundamento era reivindicado nas manifestações de junho de 2013, mas Dilma não consegue manter, por exemplo, a política do superávit primário, e a partir daí começa os fortes ataques ao governo Dilma [...] ofensiva burguesas, especialmente na burguesia financeira, sobre o governo Dilma e com a acusação do desequilíbrio fiscal e da incompetência da política econômica, mesmo que ela tenha colocado à frente da política econômica o Joaquim Levy, e que tenha feito uma minicontrarreforma da previdência, no ano de 2015, atacando as pensões, o seguro desemprego [...] O PT já não conseguiu controlar os de baixo, como dizia o Florestan Fernandes, desde 2013, e em 2014-2015 começam a ter oscilações do ponto do superávit primário. Isso vai significar a conspiração, levando, assim, ao *impeachment* de Dilma” (BEHRING, 2021. YOUTUBE)

Sobre o ascenso da extrema direita no Brasil, Behring (2020. p.133) pontua: “Desde abril de 2016, acompanhamos os desdobramentos do golpe de Estado de novo tipo em andamento no Brasil, e que criaram as condições para o ascenso da extrema direita nas eleições de 2018.” Assim, foi instituído o governo do Vice Presidente Michel Temer, articulado por um golpe de Estado por meio de um documento de seu partido (MDB) intitulado *Uma Ponte para o Futuro*, lançado em outubro de 2015. Para Elaine Behring (2020), este documento já delineava as articulações para o Golpe, bem como para o Plano Diretor da Reforma de Estado, que teve apoio dos setores neoliberais da cena como, por exemplo, a grande mídia. A partir desse marco histórico “houve uma forte persistência do neoliberalismo e de suas políticas de ajuste fiscal, as quais atingem de forma deletéria a política social em seu financiamento e concepção.” (BEHRING, 2020. p.133).

A partir disso, foi injetado com o governo Temer o Novo Regime Fiscal ultraneoliberal, dando base ao novo cenário político, com o acirramento da questão social e a inflação. Ademais, no que se refere às ações do governo Temer, destacamos a Emenda Constitucional 95 (EC 95) que congelou os gastos públicos em 20 anos com a justificativa de retomar o crescimento econômico através de políticas para o saneamento básico por meio dos direitos previdenciários e trabalhistas,

A EC 95, portanto, foi de um aventureirismo irresponsável inimaginável, já que independentemente do desempenho econômico, congela-se os gastos primários do orçamento público brasileiro, no mesmo passo em que se libera a apropriação do fundo público pelo capital portador de juros e pelos especuladores. Em caso de descumprimento da EC 95, estão previstas

sanções. Aqui há uma conexão direta entre a EC 95 e a contrarreforma da previdência, pois uma dessas sanções é não poder elevar as despesas obrigatórias, o que atropela a recomposição do salário mínimo, indexadora de benefícios previdenciários e assistenciais, como o BPC. Temos, portanto, as razões da dura contrarreforma da previdência de Bolsonaro/Guedes, em 2019, dando sequência ao baile, na ironia de Demier (2017). (BEHRING, 2020. p.135)

Para a supramencionada autora (2020), o governo de Jair Bolsonaro (eleito em 2019), desencadeou uma ofensiva conservadora econômica, social e cultural, que dividiu o país entre as pessoas que defendiam as concepções de direita e a de esquerda, bem como prometendo, através do ultraneoliberalismo e das privatizações, a retomada do crescimento do país nos moldes dos Estados Unidos, desconsiderando a história Latino Americana brasileira, marcada pela dependência dos países do norte e pelo subdesenvolvimento. Além disso, promoveu o discurso de autoproteção por meio do armamento para as famílias brasileiras, reforçando o conservadorismo enraizado na sociedade, mediante o apoio de líderes religiosos contra as conquistas da diversidade de gênero e com a promessa do fim da corrupção no país.

Somando-se a isto, o governo enfrentou a crise sanitária, que expressou os resultados das medidas contrarreformistas na saúde pública, desde 2016, que afetou o SUS, ou seja, o congelamento em seu orçamento em 20 anos, na falta de equipamentos hospitalares e da contratação dos recursos humanos da área da saúde, aliado ao negacionismo científico e fatalista. Além do mais, presenciou-se um neofascismo genocida, que prejudicou a compra de vacinas em tempo hábil, causando uma potencialização do pico da pandemia e um grande número de óbitos. Referindo-se aos primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, Behring destaca:

[...] do ponto de vista econômico, o que vínhamos acompanhando até antes da pandemia era um retumbante fracasso: mesmo com a contrarreforma do trabalho e da previdência não houve a prometida retomada econômica e nem crescimento de empregos formais, e 2019 fechou com um medíocre “pibinho” de 1,1% e 11,6% de desemprego, uma medíocre redução face aos 12,7% de 2017, provocada tão somente pelo crescimento do trabalho sem carteira e por conta própria, resultado das contrarreformas. E, na sequência, a inflexão pandêmica se encontrou de forma explosiva com esse Brasil já dilacerado. (2020. p.144)

Neste contexto, com o acirramento da questão social, vislumbramos a grande procura pelo auxílio emergencial através da liberação do *orçamento de guerra*¹⁵ para os usuários do bolsa família e de trabalhadores informais, lançado pelo governo Bolsonaro mediante a situação de calamidade pública. Para Behring (2020), esse período escancarou a tamanha realidade da desigualdade social brasileira, pois uma grande maioria da população relatou que estes meses de pagamento do auxílio emergencial foi o seu primeiro contato com uma renda fixa para manter a família, apesar do valor abaixo do salário mínimo. Ademais, ao mesmo tempo que essa política emergencial assegura a condição de existência da classe trabalhadora, ela nos coloca à mercê de mais justificativas para as contrarreformas e para a certeza de mais lucros ao capital financeiro. Nas palavras de Behring:

Um dado nos parece de extrema relevância sobre este programa de transferência monetária: ao analisarmos suas fontes de financiamento, vemos que 52% dos recursos advêm de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional. Isto significa que o Auxílio Emergencial está sendo financiado com recursos da emissão de dívida. E quanto maior a contração e volume total da dívida, mais contrarreformas para reduzir gasto social. Deste modo o programa criado em meio a maior crise sanitária já vivenciada, para atenuar (sem grande sucesso) os efeitos deletérios da crise econômica dela decorrente, remunera direta e indiretamente o capital portador de juros, imediatamente (já que a Caixa ao operá-lo recebe para tal); e a médio e longo prazo, garante mais dívida e mais fundo público para seu pagamento. (BEHRING, 2020. p.145)

Não há como negar, a partir da análise e apreensão da realidade brasileira, o quanto que, de fato, houve uma “forte tendência de desresponsabilização pela política social - em nome da qual se justifica a ‘reforma’ “(BEHRING, 2021). A tendência geral, portanto, tem sido, reiteradamente, de cortes orçamentários, de contingenciamento de políticas e direitos sociais decisivos. Assim, o que se pode analisar, sob o manto da responsabilidade e ajuste fiscal, é a “transformação de políticas sociais — a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classes e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países — em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise” (BEHRING; BOSCHETTI, 2017. p. 215).

¹⁵“O chamado “orçamento de guerra” de 2020 ofertou a migalha de R\$13,8 bilhões de reais para a saúde ao lado do lastro de R\$1,2 trilhão para operações de crédito pelos bancos e abrindo a possibilidade de compra de títulos podres com recursos do tesouro nacional! Então, não estamos falando de guerra contra o vírus, mas de salvamento das empresas no contexto da crise.” (BEHRING, 2020. p.146).

Assim, pois, não se trata de uma ausência da política social, mas uma crescente subsunção das políticas sociais à lógica mercadológica. Políticas de educação, saúde, habitação, previdência social, assistência social, vêm funcionando como espaços para garantir a rentabilidade do capital. Dessa forma, o avanço do capitalismo maduro e vampiresco sobre o fundo público, levando em consideração todo o sistema da lógica da financeirização, tem levado a conversão do fundo público em espaços de valorização e ampliação do capital em detrimento das respostas para a questão social, que se mantém focalizada, precarizada e com um baixo custo para o seu custeamento.

2.3 Política de educação e a contrarreforma do ensino superior no Brasil

Marx e Engels assinalavam, não por acaso, que “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classes” (1948, [2018], p.8-9). Além disso, a sociedade burguesa não aboliu as contradições de classes, na verdade, “colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas”¹⁶. Assim, é com esses pressupostos marxiano que, ao falarmos sobre a política de educação, faz-se necessário considerar as distintas e contraditórias disputas vinculadas aos projetos societários e dessa forma, aos projetos educacionais. Isto é, na sociedade fundada no princípio da propriedade privada dos meios de produção, o confronto entre as classes e as suas frações, produziu e produz projetos antagônicos e radicais no que se refere à educação.

É importante que se diga que há diferentes concepções de educação presentes no solo do modo de produção capitalista. Portanto, não faz sentido analisar a educação abstratamente. Lombardi afirma que há um consenso no marxismo de que Marx e Engels, no conjunto de sua obra, por exemplo, não elaboraram uma teoria da educação, ou seja, não fizeram uma exposição sistemática sobre a educação. Entretanto, “as posições que foram desenvolvendo encontram-se diluídas ao longo de toda a vasta obra que produziram” (2010, p. 29), desde obras como Manuscritos Econômicos e Filosóficos, A ideologia Alemã, o próprio Manifesto Comunista, A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, bem como O Capital. Com isso, para aqueles que estudam educação a partir da obra desses grandes autores, fica claro que a “problemática educacional é indissociavelmente articulada às diferentes questões sobre as

¹⁶(MARX; ENGELS, 1948, [2018], p.8-9).

quais se debruçaram” (LOMBARDI, 2010, p.29). Para o autor, a discussão sobre a educação em Marx e Engels possibilita, dessa forma:

1º Uma profunda crítica do ensino burguês; 2º Traz à tona como, sob as condições contraditórias desse modo de produção, se dá a educação do proletariado, abrindo perspectivas para uma educação diferenciada, ainda sob a hegemonia burguesa; 3º Contraditoriamente, a crítica do ensino burguês e o desvelamento da educação realizada para o proletariado torna possível delinear as premissas gerais da educação do futuro; não como utopia, mas como projeto estratégico em processo de construção pelo proletariado (LOMBARDI, 2010, p. 26).

A partir desse entendimento, Lombardi (2010.SP) afirma que a educação “[...] é uma dimensão da vida dos homens que, tal qual qualquer outro aspecto da vida e do mundo existente, se transforma historicamente, acompanhando e articulando-se às transformações do modo como os homens produzem a sua existência”. Como o capital tem a necessidade incessante de sua hegemonia, firmado numa concepção de mundo mistificadora, a educação é instrumentalizada no sentido de internalizar a lógica da acumulação do lucro, da “sociedade livre”, e “[...] da crença na absoluta inalterabilidade de suas determinações estruturais fundamentais” (MÉSZÁROS, 2008, p.82).

O ensino superior não pode ser entendido e analisado a partir dele mesmo, de maneira endógena, ou seja, não é um mundo em si mesmo, apartado do próprio desenvolvimento e da realidade sócio histórica da sociabilidade burguesa, ele é profundamente tensionado no quadro das transformações que passa a sociedade brasileira.

O ensino superior, ainda, expressa e vivencia os movimentos contraditórios que se inscrevem no processo de luta. Como diz Mézáros (2008, p.50), “a dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer, e sim, uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha da manutenção e/ou mudança”. Porém, como ressalta o autor (2008), o que se está vivenciando, no fardo do tempo histórico da crise estrutural do capital, do neoliberalismo, é muito mais além da manutenção do *status quo* do que de mudança. Em suas palavras:

Quanto mais 'avançada' a sociedade capitalista, mas unilateralmente centrada na produção da riqueza reificada como um fim em si mesma e na exploração das instituições educacionais em todos os níveis, desde as escolas preparatórias até as universidades - também na forma da “privatização” promovida com suposto zelo ideológico pelo Estado - para a perpetuação da sociedade de mercadorias (MÉSZÁROS, 2008, p. 80).

A tendência da alienação desumanizadora, do domínio ideológico do capital sobre um todo, nos desafia a enfrentar criticamente e criativamente os desafios impostos ao ensino superior brasileiro, pois como salientamos anteriormente, na sociedade brasileira, os direitos sociais e as políticas sociais padecem de histórica submissão à política econômica. Portanto, com as políticas educacionais não seriam diferentes.

Segundo Lusa et al. (2019), no Brasil, é tardia a instalação das Universidades. No país, essa instalação acontece apenas no século XX, a saber, a partir da criação da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1934¹⁷. Os supracitados autores observam que os objetivos são claros, tendo em vista que “[...] a formação deveria estar voltada para a formação da elite e para a seleção dos mais capazes” (2019, p.538).

Ainda segundo Lusa et al (2019), a incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos e da educação superior como direito de todo o cidadão e dever do Estado vai ocorrer nos marcos do esgotamento da autocracia burguesa e da redemocratização. Nos anos 1980, a Constituição de 1988 é um marco importante de todo esse processo. É possível localizar no ‘Título VIII, DA ORDEM SOCIAL’, mais especificamente no capítulo III, SEÇÃO I, Art. 205. ao Art. 214, o direito à educação. Entretanto, destacamos abaixo, os Artigos 205, 206 e 207 da referida Constituição Federal.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

¹⁷De acordo com o ‘Jornal da USP’, “A escolha da data para oficializar a criação da nova instituição foi precisamente um 25 de janeiro, quando se comemora o aniversário da capital paulista no ano de 1934. O “presente” em formato de decreto (nº 6.283) do então interventor estadual, Armando de Salles Oliveira, não seria apenas para os paulistas”. Para ver mais: 85 anos de criação da melhor universidade da América Latina – #Jornal da USP.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica (BRASIL, 1988).

Entretanto, desde a década de 1980 delinea-se todo um projeto para refrear o processo de lutas que se gestaram ainda no interior da ditadura empresarial militar, depois, no processo de redemocratização, com o ressurgimento dos movimentos sociais, sindicais e a criação de partidos políticos, na qual, “[...] para a classe dominante e suas frações um projeto de universidade pública autônoma não estava em questão” (LÉDA; SOUSA, 2018, p. 153). Nessa direção, Lima (2007, p.130) entende que “[...] a privatização da educação brasileira não é um elemento político exclusivo do projeto neoliberal”; todavia, nos anos de “contrarrevolução neoliberal, essa privatização ganhou novos contornos”.

No que tange às transformações no modelo de educação brasileira, iremos discorrer sobre alguns acontecimentos históricos que proporcionaram essas novas reformulações das contrarreformas, diante da entrada do neoliberalismo que atende às demandas do capital, em específico o modo de fazer educação no Brasil.

Iniciemos com a Reforma Universitária de 1968¹⁸, essa foi um marco no que se refere à superação das matrículas das IES privadas em relação às públicas nesse contexto da Ditadura Empresarial Militar que, por sua vez, prometia a expansão do ensino público superior, mas que também abriu as portas para a mercantilização do ensino privado¹⁹. Sendo assim, as Universidades Federais não conseguiram manter o ritmo das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas que, atualmente, totalizam 75,6% das matrículas no país, conforme observa Seki (2020), referenciado nos dados do Censo da Educação Superior.

Tendo como fonte o relatório técnico do Censo de 2014, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Anísio Teixeira et al. (2020) evidencia que o número de instituições privadas superam, de maneira assustadora, o número de instituições públicas de educação superior. As instituições privadas são 84,4% do total. Além disso, os

¹⁸Lembremos que o ano de 1968 é o ano do Ato Institucional nº 5. O AI-5 é entendido como o marco que inaugurou o período mais sombrio da ditadura, é nesse período que houve uma maior perseguição aos estudantes e professores, a saber, prenderam os estudantes que participavam do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna (SP). "No dia 12 de outubro de 1968, em um sítio em Ibiúna, interior de São Paulo, 720 estudantes foram presos pela Força Pública Estadual por realizarem o 30º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), que, desde o início do regime militar, encontrava-se na ilegalidade"(VERMELHO A ESQUERDA BEM INFORMADA Ano de 2010). Para ver mais: <https://vermelho.org.br/2010/03/19/ibiuna-tera-monumento-a-estudantes-presos-no-30-congresso-da-une/>

¹⁹Em 1969, pela primeira vez na história da educação brasileira, as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas superaram as públicas quanto ao número de matrículas. Esse dado reflete a estreita vinculação entre aquelas instituições e o regime empresarial-militar, estabelecido com o golpe de 1964 [...]. (SEKI, 2020. p.21).

pesquisadores demonstram o quanto essa expansão de instituições privadas de ensino superior vem acompanhada, não por acaso, pela modalidade de ensino à distância.

A partir do Censo da Educação Superior de 2017 e de acordo com os principais resultados do INEP e do MEC, “[...] a proporção do número de matrículas em cursos de graduação em instituições públicas, [...] representava 24,7% do total em 2017, e privadas, [...] correspondia a 75,3% do total no mesmo ano” (TUMOLO et al, 2020, p.130). Quanto ao ensino à distância, os autores detalham:

As matrículas para a graduação, por meio da educação à distância, passaram de 7%, em 2007, para 21,2% em 2017. Houve um aumento do ensino à distância de mais de 300% em relação ao presencial em apenas 10 anos, de tal forma que em 2017 mais de 1,7 milhão de alunos eram atendidos pela modalidade à distância (TUMOLO et al., 2021, p.131)

Porém, a contrarreforma Universitária ganha realmente forças e se aprofunda a partir de 1990. Ainda de acordo com Séki (2020, S.p.), jornais da mídia hegemônica, dando destaque para a Folha de São Paulo, e o empresariado, vêm a público para anunciar, na virada dos anos 1990 para os anos 2000, “a crise do ensino superior brasileiro”.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a extinção do Conselho Federal de Educação (CFE) e a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), aproveitou para acelerar e facilitar “[...] os processos de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições do setor privado, por parte do CNE” (FERREIRA, 2012, p. 458). Houve um processo de contingenciamento sistemático, ao longo de toda a década de 1990, sobretudo no que se refere aos repasses à rede federal, ou seja, seguindo todo o preceito e lógica liberal de contenção dos gastos públicos para o social. Em vista disso, podemos dizer que o período de FHC frente ao executivo nacional:

[...] desenhou-se um novo projeto pedagógico para a educação superior brasileira, consonante com as novas demandas do capital internacional e com as recomendações de organismos multilaterais” [...] No governo de FHC, as diretrizes políticas passaram pela tentativa da caracterização da educação superior como um serviço público não estatal; da diminuição significativa do financiamento estatal na manutenção das universidades federais; da mudança do papel do Estado, de financiador para regulador; da privatização; do incentivo de fontes alternativas de financiamento; das parcerias público-privadas; da diferenciação e competitividade entre instituições; da expansão de baixo custo; do ensino a distância; dos sistemas de avaliação; da formação para atender ao mercado de trabalho. Nessa perspectiva, as universidades passaram a ser vistas a partir de uma visão mais pragmática e

utilitária dos seus serviços, seja na formação profissional, seja na produção da ciência e da tecnologia, modificando expressivamente os referenciais da sua finalidade e relevância social. (FERREIRA, 2012, p. 459-461)

Outra medida, tendo em vista a desconstrução e reestruturação para o ensino superior e para as universidades públicas, concerne ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES), que “possibilitou, indiretamente, a alocação de verbas públicas para as instituições privadas, com avaliação considerada positiva, assegurando o preenchimento de parte das vagas do setor privado” (FERREIRA, 2012, p. 460).

O projeto privatista que se contrapõe a uma Universidade estatal, pública, laica, baseia-se no discurso da ideologia dominante de que é necessário haver uma "democratização" ao acesso do ensino superior, atacando, ainda, o modelo universitário baseado no tripé ensino-pesquisa-extensão. Além disso, dissemina que o ensino superior público é elitista e excludente, e na perspectiva de tornar o acesso mais “democrático”, defende-se a flexibilização das instituições de ensino superior, e as estratégias que são postas na ordem do dia que estão conectadas às demandas do mercado, tal como, “o ensino EaD, certificação por módulos, certificação por competências, bacharelados interdisciplinares, cursos sequenciais, dentre outros” (LÉDA; SOUSA, 2018, p. 154). Nas palavras das autoras, o ensino superior público é considerado:

Caro e insustentável a longo prazo pelo fundo público, já que absorve recursos que poderiam ser destinados a outros níveis de ensino. Assim, tal argumento justifica que a educação superior não pode se expandir somente a cargo do Estado, a participação da sociedade civil e do setor privado torna-se indispensável (LÉDA; SOUSA, 2018, p. 153).

Vemos claramente que o discurso²⁰ de quem se encontra na Universidade Pública “[...] se limita a um segmento que, supostamente, poderia custear seus estudos”(LÉDA; SOUSA, 2018, p.155) não é novo, assim, se reatualiza de tempos em tempos, e isso tendo em vista o privilegiamento da expansão do setor privado. Outra crítica feita dos ideólogos neoliberais, tendo em vista o ataque à Universidade pública e gratuita, se refere ao chamado “modelo único” do ensino superior, e essa crítica, mais uma vez, vai no sentido de que não pode existir somente o público gerindo a educação, ou seja, um sistema universitário amplo e de massas.

Segundo Léda; Sousa (2018), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é um marco na chamada diversificação e flexibilização institucional das instituições de ensino superior, além disso, regulamentada, também, pelos decretos nº 2.207/97, 2.306/97 e 3.860/01. Esses dispositivos postulam a ‘modernização’. O que se observou, na época, foi a proliferação de instituições não-universitárias, que não tinham interesse no tripé ensino-pesquisa-extensão. Dessa maneira, vem se consolidando a tendência de expansão do setor privado-mercantil do ensino superior em detrimento das Universidades Públicas. Com a diversificação e diferenciação institucional, as

IES organizadas como universidades estariam obrigadas à observância desse dispositivo constitucional e aos demais perfis de organização criados a partir desta legislação (faculdades isoladas, faculdades integradas, institutos superiores de educação e centros de educação tecnológicas) seria facultado o desenvolvimento da pesquisa e da extensão e teriam prerrogativas de autonomia reduzidas (LÉDA; SOUSA, 2018, p. 156)

²⁰Muitos querem retirar a gratuidade do ensino superior. Tem-se, desde 1995, a Proposta de Emenda à Constituição nº 123, do político brasileiro Luiz Carlos Hauly e outros. A referida PEC tem a proposta de “dá nova redação ao inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal (1988). Na justificativa da PEC, destaca-se: “No ensino universitário, a gratuidade nos estabelecimentos tem funcionado como barreira para os alunos carentes de recursos em face da desigualdade”. Para mais, reafirma a “[...] cobrança de mensalidade, compatível com a renda familiar, no nível universitário”. Muito recentemente, coincidentemente próximo ao momento que as alunas começaram a escrever este trabalho, observamos ser pautada, mais uma vez, a PEC 206/2019. A PEC é de autoria do deputado federal e militar General Peternelli. De acordo com a Agência Câmara de Notícias, 2020, “A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 206/19 determina que as universidades públicas deverão cobrar mensalidades dos alunos”. O referido deputado: “citou um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017, que recomendou a cobrança de mensalidade nas universidades públicas como forma de diminuir as desigualdades sociais no País”. Desde o final do ano de 2021, a proposta tem como relator o Deputado Kim Kataguiri (UNIÃO/SP), e neste ano de 2022, mais especificamente no dia 18/05/2022, tem-se a apresentação do Parecer do Relator n.2, por esse deputado citado anteriormente. De acordo com Kim Kataguiri: “A PEC nº 206/2019, de autoria do deputado general Peternelli, altera os arts. 206, IV e 207 §3º da Constituição Federal, a fim de permitir que as instituições públicas de ensino possam cobrar mensalidades dos alunos. Os recursos seriam destinados ao custeio das instituições e seria garantida a gratuidade aos alunos que são economicamente desfavorecidos”. Fonte: Agência Câmara de Notícias (2020. SP).

É consenso entre os autores²¹ que estudam os projetos educacionais que as políticas de educação no que se refere ao período petista à frente do executivo federal, tiveram um percurso de extrema contraditoriedade, sobretudo no que diz respeito à expansão das políticas educacionais para o ensino superior. Sendo assim, essa contradição se revela na medida em que, no período, tem-se a expansão das Universidades e Institutos Federais de Ensino Superior, técnico e médio públicos, bem como houve a maior concentração do alunado em instituições privadas. O que percebemos é mais uma continuidade do que um processo de ruptura com os governos do FHC. Sendo assim, no período compreendido entre 2003 a 2012, a expansão do ensino superior deu-se a partir de um projeto que,

[...] Descaracteriza a Universidade pública como instituição produtora de conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, adotando a perspectiva neoliberal de Educação Terciária e através de uma expansão precarizada que limita o aspecto progressista dessa política. Por outro lado, fomentou o crescimento exponencial do setor privado-mercantil, favorecendo o aprofundamento da mercantilização e do empresariamento do setor, enfraquecendo o caráter da educação superior como direito público e universal e legitimando a concepção privatista de educação como mercadoria de alto valor e como um investimento privado. (LÉDA; SOUSA, 2018, p. 152)

Outro acontecimento importante, na primeira gestão do governo Lula, foi o fenômeno da primeira grande fusão de instituições na educação superior brasileira, das fusões das IES privadas como a exemplo a corporação *Lauteare International Universities*²² que obteve o controle de 51% do grupo Anhembi-Morumbi, através da fusão de ativos bursáteis, como também fusões de outras corporações como o grupo *Apollo International* da faculdade Pitágoras. Assim, com esses movimentos de fusões, houve o crescimento nos investimentos internacionais da educação privada brasileira, dando abertura para a precarização das condições de trabalho dos professores quanto à carga horária de trabalho e a redução em massa dos contratos de trabalho beneficiando o capital com a retirada de direitos e rebaixamento dos salários da categoria de professores de instituições privadas, além de fomentar o mercado da privatização da educação, que é muito onerosa para a classe

²¹Conferir Ferreira (2012), Léda; Sousa (2018), Lima (2019), Seki (2020)

²²“No final de 2005, a corporação americana Lauteare International Universities obteve o controle majoritário, de 51%, do grupo Anhembi-Morumbi, realizando a primeira fusão através de ativos bursáteis na educação superior brasileira (GOIS & TAKAHASHI, 2005). A fusão tornou-se um marco também por representar a primeira participação majoritária de um grupo estrangeiro nesse nível de ensino” (SEKI, 2020. p.03).

trabalhadora que pretende conquistar um diploma, mediante a desigualdade social que impede o acesso da mesma a uma educação de qualidade no país. (SEKI, 2020)

O governo do Partido dos Trabalhadores fortaleceu essa dinâmica por meio do discurso da educação para todos. No entanto, houve um fortalecimento, expansão e flexibilização das diversas modalidades de ensino e formatos institucionais, ou seja, faculdades, centros universitários, escolas isoladas, institutos de educação e universidades e o crescimento da modalidade em Ensino a Distância (EAD), precarizando o processo de formação. Além disso, “o setor privado é favorecido através da criação e ampliação de políticas e de programas de transferência direta de recursos públicos ou de renúncia fiscal para as instituições privadas” (LÉDA; SOUSA, 2018. p.162). Podemos exemplificar essas transferências e flexibilizações citando alguns “mecanismos legais”, que contribuem para a desestruturação e desconstrução da universidade, que se caracteriza nas privatizações clássicas e não clássicas²³, a saber:

[...] o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES (Lei 10.861/04); A Lei dos incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo (Lei 10.973/04); As Parcerias Público Privada (PPP), no âmbito da administração pública (Lei 10.973/04); o Programa Universidade Para Todos – PROUNI (Lei 11.096/05); Criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB (Decreto nº. 5.800/2006); o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto nº 6.069/2007); [...] dentre outras. Tais medidas incidem sobre a autonomia universitária, fomentam a reestruturação e a expansão precarizadas das instituições públicas e o fortalecimento do setor privado/mercantil. (LÉDA; SOUSA, 2018, p. 162)

Vale lembrar que, no ano de 2004, foi publicada a Portaria nº 4.059, de 10 de Dezembro de 2004, a qual permitiu a educação à distância nos cursos regulares. No ano de 2005, a partir de um Decreto Presidencial, o de nº 5.622, se normaliza a educação à distância, e isso acaba por fortalecer a abertura do mercado educacional ao capital estrangeiro

²³Farage (2021, S.p.) chama o que tem acontecido nas Universidades Públicas de privatização não-clássica. Aliado a isso, a professora e pesquisadora Sara Granemann, autora que, diga-se de passagem, criou essa categoria, tem considerado a hipótese, para explicar a realidade, que ao falar de privatizações, precisamos falar de privatizações clássicas e privatizações não-clássicas. A clássica é aquela que leiloa na bolsa valores, por exemplo, empresas como a Vale do Rio Doce. Essa privatização é visível e mais fácil de compreender, pois venderam, entregaram, e perdemos mais um patrimônio público, com vista na justificativa de é que deficitária, é ‘muito pesada’ para o Estado, todas essas mistificações. Pode-se dizer que as clássicas, por serem ‘visíveis’, oferecem mais resistência. Entretanto, se desenvolveu outra forma de privatização, ou seja, por falta de melhor nome, não clássica. Segundo a supracitada autora (2018. S.p.), “a privatização não clássica não é uma venda comum, pois é mais sofisticada, e não no sentido bom da sofisticação, pois facilita, na verdade, a transferência dos recursos públicos para o privado”.

(FERREIRA, 2012, p. 463). A autora (2012) ainda sinaliza para o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O objetivo do REUNI²⁴ é o de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007). Além disso, destaca-se que a criação do programa tem articulação com o Plano Nacional de Educação²⁵, vigente no decênio 2001-2010, com isso, observa-se nos objetivos e metas do plano: “Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos; Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País” (BRASIL, 2001).

Algumas críticas ao REUNI²⁶ vão em direção ao seu enfoque na racionalização, eficiência e a otimização dos custos, apesar do seu significativo financiamento para a expansão, levando em consideração o governo de FHC, a performance de desempenho exigida foi mantida.

Por outro lado, muitos autores visualizam os benefícios do REUNI no que diz respeito à ampliação de novos *Campis* interioranos com vagas e cursos oferecidos nas diversas regiões do Brasil, além da possibilidade do acesso ao ensino superior pelos grupos historicamente alijados dele, ou seja, a população negra, indígena quilombola, ribeirinha, aproximando, dessa forma, às universidades mais houve das populações existentes nos diversos territórios. De

²⁴As metas globais elencadas pelo programa previam: elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; aumento da relação aluno/professor de dezoito para um; crescimento mínimo de 20% nas matrículas dos cursos de graduação; e, prazo de cinco anos, a partir de 2007, para o cumprimento destas metas (BRASIL, 2007; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009). As metas foram estipuladas visando garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, assegurando a qualidade por meio de inovações acadêmicas, como também promovendo a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica. Além disso, o programa visou a otimização do aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das IFES já existentes (VICENTE; DIAS; SANO, 2018, p.12).

²⁵Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam à: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 2001). Disponível em: (planalto.gov.br). Acesso em: 09/09/2022

²⁶Para Ferreira (2012, p. 465) “Vale dizer que as proposições do Reuni em relação ao aumento de vagas no noturno, à redução da evasão, à ocupação de vagas ociosas, à reestruturação acadêmica foram medidas já preconizadas no governo de FHC (1995-2002) e recomendadas pelo Banco Mundial (19

acordo com os autores Vicente; Dias; Sano, (2018, p.14), apoiados em dados do INEP, no ano de 2002, apenas 11,9% das vagas no ensino superior equivalia ao ensino superior público no país, por isso, os governos do PT, mais especificamente o governo de Luís Inácio Lula da Silva, visou a expansão e o fortalecimento do ensino superior público e de qualidade, tendo em vista que a expansão e o acesso ao ensino superior engendrou com maior intensidade entre os anos de 2005 e 2007. Ainda, é importante destacar, a partir dos anos 2000, levando em consideração a preocupação²⁷ com a interiorização e com aberturas de vagas fora do eixo Sudeste, das capitais e das regiões metropolitanas:

Desenvolveu-se uma série de políticas públicas com o intuito de ampliar as vagas nas Instituições de Ensino Superior. Esse crescimento se materializou através dos programas de expansão: a) quantitativa, incidindo diretamente sobre a oferta de vagas; b) geográfica, com a fixação de universidades e de campi em espaços fora das regiões metropolitanas; c) de acesso, impulsionada sobretudo pelas políticas de Ações Afirmativas; e d) de funções, com o objetivo de promover o desenvolvimento através dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), da integração com os conhecimentos e a cultura tradicional e da valorização das identidades de grupos locais (VICENTE et al, 2018, p.10)

Com base nos dados do Censo do Ensino Superior (INEP -2006), todas as regiões do Brasil, com a exceção da região Sudeste, “possuíam suas universidades federais concentradas nas capitais. Por essa razão, uma das metas elencadas pelo Reuni foi a expansão para o interior dos Estados brasileiros” (VICENTE et al, 2018, p.13). No período se refere aos governos do PT, além da ampliação das universidades já existentes, tem-se, ainda, a criação de novas universidades, tais como: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade da Integração Nacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNESSPA), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Para Vicente et al, (2018, p.13), no período de 2003 a 2010, é possível observar um aumento de 45 para 59 IFES (ampliação de 31%), de 148 campi para 274 campi/unidades (crescimento de 85%), de 114 para 272 municípios atendidos por Universidades Federais

²⁷É importante que se diga, também, que a “preocupação” com a interiorização e com aberturas de novas vagas no ensino superior veio acompanhada de inúmeras defesas e o adensamento da educação à distância. Lembremos, por exemplo, do decreto Nº 5.800, de 08 de junho de 2006, que dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. (planalto.gov.br) (BRASIL, 2006). Disponível em: (planalto.gov.br). Acesso em: 20/09/2022

(aumento de 138%). Entre 2011 e 2014, 47 novos *campis* foram criados. Segundo os supracitados autores (2018), o REUNI expandiu a cobertura de ensino tanto para regiões fronteiriças internacionais e regionais, como é o caso da UFFS, criada no ano de 2009, abrangendo mais de 400 municípios da mesorregião da Grande Fronteira SUL. Para mais, a UNILA, criada em 2010, está localizada na cidade de Foz do Iguaçu - PR, uma região de fronteira entre o Brasil, Argentina e Paraguai, e é uma importante universidade no que concerne uma maior integração e articulação internacional, bem como regional, com os demais países latino-americanos e das populações dos territórios vizinhos. Das Universidades criadas concentradas na região Nordeste, a UNILAB, também criada no ano de 2010, “tem como objetivo integrar o Brasil e os demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial os africanos” (VICENTE et al, 2018, p. 14). Nesse cenário, há todo um processo de inversão e naturalização da alocação do fundo público e das verbas públicas para as instituições privadas e o financiamento privado para as IES públicas, levando em consideração, no que se refere às IES públicas, do setor privado, trazendo ares de “inovação”, “modernização”, como se apenas o privado pudesse garantir esses processos, e com isso justifica-se as Parcerias Público-Privadas (PPP).

Quanto ao setor privado, esse vem direcionando o desenvolvimento de pesquisas na perspectiva da ideologia dominante. Apropriando-se de muitos resultados dessas pesquisas realizadas nas Universidades Públicas. Utilizando, ainda, “[...] espaços e profissionais da Universidade, o que tende a reduzir sua autonomia, a exemplo da Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973/04)” (LÉDA; SOUSA, 2018, p. 163).

Em seus estudos, SEKI (2020) revela que as universidades públicas são as principais responsáveis pela pesquisa no país, e a contradição se coloca justamente no quanto o setor privado tem se aproveitado disso. Para além da complexidade do ensino universitário e do aporte do Estado nas IES privadas em detrimento do ensino público, teremos a exemplo dos investimentos do capital neste setor o grupo Kroton, sob direção de Altamiro Galindo como presidente do grupo. Esse, a partir de 2011, adquire por meio das fusões no centro oeste do país, formando a maior empresa de educação à distância (EAD) do mundo, com as fusões entre a Associação Educacional Leonardo da Vinci (UNIASSSELVI), a Anhanguera e a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

Além das fusões e aquisições realizadas pelo grupo Laureate e Kroton, outras empresas atuantes na educação superior seguiram o mesmo caminho. Na BM & FBovespa há três outros grandes grupos de educação superior: Estácio de Sá Participações, GAEC Educação e SER Educacional; juntos

esses grupos possuem R\$23.095 bilhões em ativos totais. A educação superior brasileira ganhou novo matiz a partir da intensificação de concentração desses capitais, na forma de empresas educacionais, nas quais as fusões e aquisições se tornaram a norma operacional. (SEKI, 2020. p.05)

No ano de 2016, foi posto para a sociedade o fim da política de conciliação de classes que os governos do PT proporcionaram, pela via de apaziguamento das lutas sociais e da contrarrevolução neoliberal. De acordo com Lima (2019. p.517), “As frações da burguesia brasileira, conduzidas especialmente pelas empreiteiras e pelo agronegócio e comandadas pelo capital financeiro operaram a forma clássica de enfrentamento do capital às crises” o *impeachment* de Dilma Rousseff. Diante disto, e com uma intensa crise política no país, o capital internacional e as frações da burguesia brasileira trataram de redirecionar quem estava mais hábil para o enfrentamento da crise de consequências prejudiciais à classe trabalhadora, dessa forma o golpista Michel Temer, em seu primeiro pronunciamento como ‘Presidente’, no ano de 2016, já deixava bastante claro para quem ele iria governar e como iria governar²⁸:

Assumo a Presidência do Brasil, após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança do Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira. Tenho consciência do tamanho e do peso da responsabilidade que carrego nos ombros. E digo isso porque recebemos o país mergulhado em uma grave crise econômica, são quase 12 milhões de desempregados e mais de 170 bilhões de déficit nas contas públicas. Meu compromisso é resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos. Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país. O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limites para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é apenas gastar o dinheiro que será arrecadado [...] Para garantir o pagamento das aposentadorias, teremos que reformar a previdência social [,,] Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios [...] Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica.

²⁸Para ter acesso ao discurso completo, ver: Michel Temer faz primeiro pronunciamento à nação como presidente efetivo - YouTube:

https://www.youtube.com/watch?v=sYjckKmpUxY&ab_channel=Not%C3%ADciasPol%C3%ADticasTV

Partiu-se, então, para uma ofensiva ultraneoliberal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que visava à recuperação das taxas de lucros e todo o processo que vislumbramos atualmente, uma contrarrevolução preventiva comandada pela parcela conservadora mais agressiva e do então partido PMDB, sob o norte do ajuste fiscal e permanente como a priorização do pagamento de juros e amortizações da dívida pública em detrimento dos aspectos sociais. Destarte, a redução dos financiamentos das políticas públicas, levando em consideração o programa *Uma Ponte para o Futuro (2015)*, se coloca enquanto instrumento para a retirada progressiva de direitos e que rebate na Política de Educação até os dias atuais. Sendo assim, no ano de 2016, tivemos a Emenda Constitucional (EC) nº 95, que impactou profundamente nas Universidades Federais, comumente apelidada de “PEC da morte e dos sonhos”, junto com a Emenda Constitucional nº 93²⁹, de 8 de Setembro de 2016. Sobre o ‘programa uma ponte para o futuro’³⁰, esse foi um documento elaborado para a retomada do desenvolvimento da economia brasileira, sob o enfrentamento das crises fiscais e pela paralisação do investimento dos setores públicos, na ótica do equilíbrio das contas públicas e dos investimentos corretos nos setores privados.

O documento critica as despesas públicas aprovadas com a Constituição Federal de 1988, especialmente as despesas obrigatórias ou vinculações constitucionais e os benefícios previdenciários. Neste sentido, o texto anuncia a pauta política do governo Michel Temer: I) o aprofundamento da política de pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, em detrimento do financiamento público das políticas públicas; II) as desvinculações das receitas da União, especialmente dos gastos com saúde e educação públicas; e III) a contrarreforma da Previdência Social (LIMA, 2019. p.517)

Dessa forma, o documento tratou de garantir o ajuste fiscal, pela autonomia absoluta do Governo Federal quanto ao Orçamento Anual da União, proporcionando o enxugamento dos gastos com políticas como de educação e saúde, bem como na previdência social com a eliminação de ajustes positivos no salário da aposentadoria e o aumento da idade mínima para aposentadoria. Lima (2019, p.518) observa que “A atuação do Estado deverá orientar-se,

²⁹De acordo com a EC nº 93 “São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais [...]” (BRASIL, 2016).

³⁰Elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães e PMDB em outubro de 2015. “As políticas apresentadas no documento Uma Ponte para o Futuro, divulgado em outubro de 2015, foram materializadas pela aprovação pelo Senado Federal, em 13 de dezembro de 2016, da PEC 55 (PEC dos Gastos Públicos), atual Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, [2016a]) e pelo documento intitulado A Travessia Social: uma ponte para o futuro.” (LIMA, 2019. p.518)

segundo o Programa, por ações que priorizem a privatização de áreas estratégicas do País; a redução de tarifas para o setor privado e o estabelecimento de parcerias público privadas, complementando a oferta de serviços públicos”.

Assim, o programa de governo intitulado “Uma ponte para o futuro”, visava ajustar três fatores no país: a falta de equilíbrio fiscal do Estado, a retomada do crescimento econômico e frear os investimentos nas políticas públicas. Dessa maneira, o que se observa para o fundo público da economia brasileira é a priorização do ajuste fiscal para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e o congelamento do financiamento para as políticas sociais, reverberando na focalização intensa das políticas sociais para o atendimento das demandas dos mais necessitados. (LIMA, 2019)

Na instituição da Emenda Constitucional nº 95 foi estimado o limite do teto dos gastos públicos por vinte anos, conseqüentemente, causando o congelamento no investimento das políticas públicas, desprezando a realidade da população e o crescimento das demandas sociais no país, em priorização ao pagamento da dívida e à retomada dos lucros financeiros do capital. Além disso, há um ataque ao ajuste dos salários dos funcionários públicos e da diminuição de concursos públicos, fomentando, assim, a contratação por tempo limitado e a precarização dos salários de servidores públicos, em especial dos servidores da educação, profissão que culturalmente é desvalorizada no país. Em reação a tais medidas, houve diversas resistências de vários setores da educação e de outros setores da sociedade contra a instituição da PEC 241/ EC nº 95, porém, houve a vitória dos setores da burguesia culminando no atual contexto de precarização das políticas de saúde e da educação brasileira. Nesse sentido:

Para as universidades públicas, a EC nº 95/2016 (BRASIL, 2016) é a que mais produz efeitos deletérios, comprometendo seriamente a concepção da educação superior como direito constitucional e dever do Estado, pois, através da limitação orçamentária, ela afeta diretamente a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento de pesquisas e de produção de conhecimento socialmente referenciada, o financiamento para ciência e tecnologia (C&T), o desenvolvimento da pós-graduação, a assistência estudantil e todos investimentos para o acesso e a permanência nas universidades, a educação permanente do quadro de servidores das universidades, entre outros (LUSA et al., 2019, p.541)

Assim, pois, ao nos debruçarmos sobre as políticas educacionais no Brasil, fica claro que a temática da educação dos governos de FHC ao governo Temer, é um projeto em disputa. Um projeto em disputa, onde o projeto privatista tem avançado. Daí a importância e a necessidade de se reafirmar o movimento da universidade multifuncional, uma universidade,

segundo Roberto Leher (2020), indissociável da luta contra a ordem do capital.

No terceiro capítulo, iremos discorrer sobre o governo Bolsonaro, buscando responder a seguinte indagação: qual a tendência e os desafios da política de educação superior, no governo Jair Messias Bolsonaro?

3. SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO JAIR MESSIAS BOLSONARO

O movimento ultraconservador que emergiu no Brasil após a perda da hegemonia de poder do governo do Partido dos Trabalhadores, captando as massas populacionais, culminaram na eleição de Jair Messias Bolsonaro. Assim, se tratou do papel e importância do funcionalismo de grandes intelectuais orgânicos que influenciam diariamente a população, os grandes grupos do capital midiático³¹, os veículos de televisão como as grandes empresas consolidadas, citando o caso da TV Record, SBT, Globo, dentre outras influências regionais. Segundo Cavalcante (2020. p.216), o método utilizado por esses intelectuais orgânicos para exercer poder de hegemonia se atravessa por meio da [...] comunicação³² monopolizada no Brasil, dessa forma, exerce com excelência o papel antes desempenhado pelos jesuítas. Contemporaneamente, ela é o principal mecanismo de coesão ideológica do bloco social dominante. Por outro lado, podemos observar que além desse poder nas mãos da mídia, também tivemos a ascensão do fenômeno das *Fake News*, que objetiva difamar pessoas ou instituições, turbinadas por meios de comunicação popular como *WhatsApp*, *Instagram*, *YouTube*, *Twitter* e *Facebook*, para tal, disseminando *Fake News* com um maior êxito dentro da sociedade brasileira. Para além, houve ataques aos temas sobre a diversidade, o aborto, a legalização do uso da maconha, temáticas polêmicas que necessitam de discussão e uma maior compreensão da sociedade, mas que no contexto da onda neoliberal fascista foi utilizada para arrochar o conservadorismo, conseqüentemente partidos de esquerda, professores, sindicatos, movimentos sociais e as políticas públicas se tornaram alvos de ataques do governo Bolsonaro sob o meio do fundamentalismo religioso.

³¹ De acordo com Cavalcante et al, para Gramsci (2004) “Organicamente, ela se coloca e exerce um papel de intelectual, à medida que elabora princípios e problemas os quais as massas colocam como sua atividade prática”.

³² No Brasil, a mídia exerce o papel de intelectual, de corpo dirigente e organizador da ação da classe dominante. Não como “sujeito” principal, mas como “colaborador” essencial dos setores aos quais se vincula para organizar a intervenção na realidade concreta, na cultura hegemônica dominante.(CAVALCANTE et al, p.316)

Para Virgínia Fontes (2019), o governo de Jair Bolsonaro tem nitidamente um viés profascista³³, além de apregoar a economia ultraneoliberal, seu bordão ‘Brasil acima de tudo, Deus acima de todos’, demonstra a sua familiaridade ‘com formas históricas assumidas pelo fascismo no Brasil’. Na análise da autora, Bolsonaro elegeu o inimigo principal a eliminar, ou seja, “comunismo, socialismo e petismo, iguados, a serem punidos de todas as formas (desqualificação, desemprego, criminalização, desterro, prisão ou assassinato)” (2019, p.03). Saudoso da ditadura militar, em seus discursos, Bolsonaro tece infinitos elogios ao golpe e aos golpistas, além de que, no seu governo, o saudosismo e o revisionismo histórico é, nas palavras de Felipe Demier (2019), “[...] institucionalizado, na medida em que o líder máximo do Estado ordena a comemoração do Golpe de 1964 e exalta a ‘revolução redentora”.

Bolsonaro elegeu a educação como um de seus principais inimigos. Destarte, o seu programa de governo nas eleições de 2018 para a educação superior delinea sua agenda conservadora, segundo Vieira (2019), caracterizando-se por um simplismo e um desconhecimento da magnitude política e importância social da política de educação. O programa de governo, disponibilizado no site do TSE, por meio de um *powerpoint*, contém 9 páginas referentes à educação. Diante disto, não podemos minimizar as reais intenções por trás de cada simplismo de seu conteúdo, tendo em vista os rumos da educação superior brasileira e as ofensivas neoliberais no fundo público, direcionados aos investimentos das políticas sociais. Assim, encontramos alguns eixos importantes e alarmantes do programa do então presidente da república. Ele propõe como primeiro eixo a lógica do empreendedorismo como uma nova via para a comunidade acadêmica, o segundo eixo são as tendências de controle de conteúdo, o terceiro eixo se trata do direcionamento das verbas do fundo público.

Quanto ao eixo do empreendedorismo³⁴, para Vieira (2019. p.92), seria o “empreendedorismo”, articulado centralmente a uma percepção que vê as universidades como peça chave da produção de conhecimento voltado para o desenvolvimento capitalista. Logo, esta temática se daria no efeito da generalização da forma empresarial na esfera social, incidindo sobre o sujeito como empreendedor da própria vida. Sendo assim, todos os sujeitos estariam numa competição de mercado em busca de autovalorização e, conseqüentemente,

³³Para os autores, não há consenso ao nomear o governo Jair Bolsonaro profascista, fascista, nazifascista.

³⁴A noção de empreendedorismo é mobilizada tendo em vista uma concepção do sujeito que se pretende formar nas universidades – no caso, o estudante. O sujeito é visto como uma empresa de si mesmo e a educação, como provedora de capital humano (VIEIRA, 2019 apud LEHER, 2018, p. 33 e p. 49).

diante do esforço de cada sujeito os resultados viriam nas suas ações individuais³⁵. Esta noção de empreendedorismo se consolida na concepção de sujeito formado nas universidades, por isso os ataques de Jair Bolsonaro às ciências sociais e o enaltecimento das profissões com grandes *status* sociais, tal como a medicina e às engenharias, vinculando-se também com as falas do ministro da educação Ricardo Vélez³⁶. —De acordo com o mesmo, a lógica disseminada pela esquerda sobre a "Universidade para todos" não se passaria por uma grande utopia, sendo assim, a volta do pensamento conservador de uma universidade elitizada e conservadora. Sobre o pensamento desta elite conservadora:

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa (PARTIDO SOCIAL LIBERAL, 2018, p. 46).

A concepção que abarca o programa de Jair Bolsonaro é tecnicista, instrumental e visa à formação técnica da força de trabalho, desvalorizando aquelas profissões que, na sua perspectiva, não retornam ganhos materiais ao capital³⁷, gerando uma alienação sob o lucro e, conseqüentemente, uma sociedade à mercê das desigualdades sociais e desastres ambientais. Outro ponto a ser mencionado é a importância da pesquisa, ciência e tecnologia, vistas como áreas da economia moderna, e na visão da extrema direita, estas áreas estariam defasadas pelo atual modelo educacional vigente nas universidades, por serem custeadas apenas pelos recursos públicos. Assim, a solução seria submeter essas áreas a imperativos econômicos que visem à lucratividade³⁸, bem como o seu custeio. Desta forma, os pesquisadores, professores e alunos brasileiros das universidades públicas estariam submetidos à iniciativa privada da

³⁵Em outras palavras, o sujeito/empresário-de-si se insere na concorrência mercantil movido pelo desejo de acumular. Nesse sentido, formam-se sujeitos para o mercado, carregando o mercado, e a forma-empresa que concorre nele, como um traço de sua própria auto constituição. (VIEIRA, p.92).

³⁶Para ler a fala do ministro na íntegra, acesso em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/universidade-nao-e-para-todos-mas-somente-para-algumas-pessoas-diz-ministro-da-educacao/>

³⁷Salientamos que não podemos simplesmente eliminar as ciências humanas, pois são basilares do estudo da sociedade. O seu cerceamento das ciências humanas se configura cerceamento do pensamento de liberdade.

³⁸A hegemonia do capital fictício tem um de seus pilares na busca pela criação incessante de novos mercados destinados a dar vazão aos capitais acumulados. E a produção de tecnologia é um elemento essencial nesse tipo de lógica social. Por isso, as universidades são vistas como um terreno fértil para “parcerias” com a iniciativa privada. (VIEIRA, p.92).

mesma forma como nos país do capital central (Estados Unidos, Israel, Coreia do Sul e Japão, submetidos a um processo de “*hubs tecnológicos*”)³⁹. O programa visa que "o jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia entre outros, em produtos, negócios, riqueza e oportunidades” (PLANO DE GOVERNO, 2018, p. 49). Dito isto, é notório a grande problemática e carga emocional para a comunidade acadêmica, pois a lógica pautada é a de que o seu sucesso depende de um esforço meramente individual.

O que diz respeito ao eixo do Controle de Conteúdo, vale ressaltar que ele se refere ao que se denomina de movimento anti doutrinação⁴⁰, sendo este caracterizado por qualquer ação que impeça a troca de conhecimentos que questione a ordem vigente. Podemos citar o programa Escola sem partido, que tem como um dos seus pilares o ataque à liberdade de cátedra, em prol à censura das discussões sobre a diversidade de gênero, submetendo professores e alunos a um processo de delação. Para a extrema direita, abordar essas temáticas sobre classe, raça, gênero e sexualidade é uma ameaça aos valores da família tradicional brasileira.

Quanto aos ataques aos grandes nomes, Bolsonaro evoca Paulo Freire, e evoca o educador na intenção de, mais uma vez, amordaçá-lo. Seu plano diz com todas as palavras que é preciso “expurgar a ideologia de Paulo Freire” da educação, pois considera um dos maiores males da educação, a “forte doutrinação” (PLANO DE GOVERNO, 2018, p. 46). A violência do tempo histórico presente professada e propagada pelo governo de Jair Messias Bolsonaro e sua cúpula ao educador Paulo Freire nos faz lembrar e desentrelaçar os fios da história brasileira.

A partir do documentário 40 Horas na Memória (2016), os alunos relatam: “Nós não queremos ser massa, nós queremos ser povo”, quando, em 1963, Paulo Freire encampou, em Angicos⁴¹, no Rio Grande do Norte, uma experiência pioneira de alfabetização de jovens e

³⁹“hubs tecnológicos onde jovens pesquisadores e cientistas das universidades locais são estimulados a buscar parcerias com empresas privadas para transformar ideias em produtos” (PARTIDO SOCIAL LIBERAL, 2018, p. 48).

⁴⁰Seus apoiadores mais ferrenhos, no espaço universitário e fora dele, se caracterizam por uma cruzada contra autores como Karl Marx, Judith Butler, Paulo Freire e Antônio Gramsci, dentre outros e outras. (VIEIRA, 2019 p.95).

⁴¹Assim, 50 anos após a experiência de Angicos, nas palavras daquelas pessoas que participaram do projeto: “Ele só queria que as pessoas conhecessem os seus direitos, mas estávamos no tempo da ditadura militar, e os militares não queriam que ninguém soubesse sobre os seus direitos, de jeito nenhum. [...] Na época que ele [Paulo Freire] foi exilado, disseram que todo mundo que conhecia ele iria ser preso, então o povo queimou e enterrou os seus cadernos, os papéis, todos tiveram medo. [...] O povo queimou tudo, mas a palavra ficou. A palavra já havia sido plantada, germinou. [...] O projeto se chamou ‘40 horas em Angicos’ Aprendi a escrever, a ler, a votar, tirei meus documentos. [...] Muita gente se desenvolveu. Nunca me falaram em povo, eu não sabia o

adultos, trabalho desenvolvido com a equipe do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade de Recife. Ainda de acordo com o documentário, essa experiência, amplamente divulgada, fez com que o presidente da época, João Goulart, ficasse sabendo e, dessa forma, comparecesse na aula de encerramento do projeto, além de Freire ter sido convidado pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC) a estender o trabalho para todo território brasileiro⁴². Paulo Freire e seu trabalho foram duramente acusados durante a ditadura empresarial militar, entretanto, não é a primeira vez na história brasileira que, de acordo com um dos seus biógrafos, Sérgio Haddad, o educador é perseguido politicamente, apontado como ‘contrário’ aos interesses da nação brasileira e acusado de “querer implantar o comunismo no país” (p. 10). Chegaram a acusar Freire de “lavador de cérebros”. De acordo com Haddad:

Na Câmara dos Deputados, políticos conservadores se revezavam na condenação permanente de seu método de alfabetização. Em 18 de abril, o deputado Emival Caiado, do partido conservador União Democrática Nacional (UDN), denunciou Mauro Borges, então governador de Goiás e aliado do ex-presidente Jango, de implantar o comunismo no estado: “O método comunizante do Sr. Paulo Freire teve entusiástica acolhida do governo goiano. O Sr. Mauro Borges deu total e completa cobertura a órgãos estudantis dominados por comunistas”. Caiado concluiu, aos brados: “Não creio que em nenhum outro estado o comunismo tenha se infiltrado tanto!” (HADDAD, 2021, p.10)

O modelo de programa do governo Bolsonaro e todo o seu ataque ferrenho a nomes como Paulo Freire também se assemelha ao modelo MOBREAL de educação da ditadura empresarial militar, que torna a classe trabalhadora como mero executor e consumidor do mercado. Um dos fatos mais comentados ao início de seu governo foi a mudança no documento Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que define os rumos da educação básica, onde houve a desobrigação das redes de ensino básico e público a ofertarem as disciplinas de cunho social como filosofia e sociologia, além de atingir a toda uma sociedade que necessita deste contato com as ciências humanas, com isso, há todo um direcionamento

que era povo, mas fiquei sabendo na escola de Paulo Freire, povo somos nós, pessoas. Paulo Freire batia muito em terra, que os ricos cercam as terras, tomavam conta, e o agricultor não tinha como plantar seu feijão, o milho. Acesso em: (Documentário "40 Horas na Memória" - YouTube).

⁴²Os analfabetos só vão ter direito ao voto a partir da Constituição Cidadã (1988), então o Programa Nacional de Alfabetização, do governo Goulart, previsto para o dia 13 de maio, foi duramente extinto apenas 13 dias após o golpe, isto é, no dia 14 de abril de 1964. Ainda, o programa colocava em pauta o voto das pessoas analfabetas, e isso se mostrava uma ameaça aos militares e aos redutos políticos nas eleições seguintes, levando em consideração que poderia alterar a correlação de forças no país. Não por acaso, para Bolsonaro, “o pobre só tem uma utilidade no país: votar”

de ataques ao pensamento crítico visando sempre a lucratividade e a competição capitalista dos dias atuais.

No eixo “verbas e organização educacional”, para o programa as universidades federais brasileiras recebem mais verbas do que a educação básica, além de estarem totalmente desvinculadas ao contexto educacional das outras esferas de ensino, ou seja, municipal e estadual. Dessa forma, o plano mistifica-se e mascara ao mencionar que não há uma precarização e sucateamento no ensino superior, e sim a possibilidade de alcançar mais êxitos a partir do que já tem como investimento. Nos excertos do plano: “Precisamos inverter a pirâmide: o maior esforço tem que ocorrer cedo, com a educação infantil, fundamental e média. Quanto antes nossas crianças aprenderem a gostar de estudar, maior será seu sucesso” (PLANO DE GOVERNO, 2018, p.45).

Além disso, o programa menciona a valorização do Ensino a Distância (EAD), ampliando-o não apenas para a rede universitária, como também ao ensino médio, com a perspectiva de baratear os custos da educação de forma presencial e do monitoramento das aulas, considerando como uma medida que fortalece o combate ao marxismo. Nesta ótica, podemos considerar o programa como uma proposta de intensificação do ajuste fiscal, e nas palavras de Vieira (2019, p.98), há “dois aspectos presentes em seu programa: o aprofundamento da austeridade e o controle de conteúdo”. Para tanto, não podemos perder de vista as consequências do ensino a distância, como a má qualidade do processo de ensino aprendizagem e a desmotivação da construção ou manutenção dos espaços físicos das instituições de ensino. O programa de educação de Jair Bolsonaro visa à qualificação precária e a novas formas contemporâneas de aumento da lucratividade neoliberal, sob a tomada do fundo público e sob a precarização da força de trabalho a ser formada pelo ensino médio e superior. Além disso, tivemos por meio de seu governo as tentativas de mercantilização das universidades, visando torná-las instituições pública-privadas, com a perspectiva de cobrança de mensalidades e *vouchers* para o futuro da educação superior.

Chediak (2022) ao analisar alguns documentos legislativos produzidos durante o Governo Bolsonaro, destaca dois, ainda do ano de 2019, e são eles: o Decreto 9.794/19 e a MP nº 914/19, que versa sobre a autonomia universitária. O decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019⁴³, “Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o

⁴³“O referido decreto sofreu quatro mudanças posteriores, duas delas ainda no mesmo ano, em 2019, e outras duas em 2020 e 2021, por meio dos Decretos nº 9.989/19, nº 10.031/19, nº 10.486/20 e nº 10.789/2” (2022, p. 85).

Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - SINC no âmbito da administração pública federal” (BRASIL, 2019). O decreto encontra-se em vigência, e para o Sindicato Nacional dos Docentes Das Instituições de Ensino superior (ANDES)⁴⁴, em nota da diretoria, publicada no dia 17 de maio de 2019, que repudia o mesmo. “Trata-se de um nítido ataque à autonomia universitária e à Constituição Federal, pois viola os Artigos 5, 37 e 207 da CF, assim como as Leis nº 5.540/68 e nº 8.112/90” (ANDES, 2019). Como a elaboração de uma lei resulta em um processo mais lento, a escolha do decreto se torna mais viável, levando em conta seu processo mais simples e acelerado. Dessa forma, “o conteúdo legislativo apresenta contradição desde o conteúdo até a forma pela qual foi elaborado, uma vez que o assunto tratado é de caráter constitucional; portanto uma norma infraconstitucional, incorretamente, altera um princípio hierarquicamente superior” (CHEDIAK, 2022, p. 89).

Além do decreto citado, em mais um desrespeito às universidades e institutos federais, no dia 24 de dezembro de 2019, na véspera do natal, o governo Bolsonaro divulga a Medida Provisória⁴⁵ nº 914, que dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do colégio Pedro II. A medida provisória não está mais em vigência, entretanto, observamos a tentativa reiterada do governo de aumentar o seu poder sobre a escolha dos reitores. Sobre as principais legislações que tratam da escolha de dirigentes nas Universidades Federais, sinalizando, em especial, para aquelas legislações pós-redemocratização, tem-se a Lei Federal 9.192, de 21 de dezembro de 1995, promulgada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. De acordo com o ANDES (2021), a lei instituiu “a lista tríplice em substituição à lista sêxtupla; Determina que a escolha será entre os professores dos níveis mais elevados da carreira; Cria a possibilidade de consulta prévia à comunidade acadêmica, porém com peso de 70% para o voto dos professores; iv) Designa ao

⁴⁴Ainda no mês de abril de 2019, o ANDES mobilizou diversas ações levando em consideração o selo ‘Liberdade de Ensinar e Aprender: Por Educação, Ciência e Tecnologia Públicas’. Além disso, o Sindicato lembra dos inúmeros ataques do governo de Jair Messias Bolsonaro à autonomia universitária e a democracia, por exemplo, com a nomeação do “Diretor-Geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Circular nº 09/19), o desrespeito à decisão da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Circular nº 09/19), ataques contra a educação superior e a Universidade Federal de Sergipe (Circular nº 171/19)”. Além disso, houve ataque “à decisão da consulta realizada à comunidade acadêmica da UNIRIO ou violações às liberdades democráticas como, por exemplo, a perseguição ao professor Pedro Mara e a prisão da professora Camila Marques”. Para saber mais, disponível em: ANDES-SN inicia ações multimídia em defesa da liberdade de ensinar e aprender; NOTA DA DIRETORIA DO ANDES-SN SOBRE O DECRETO Nº 9.794/19 E EM DEFESA DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

⁴⁵É importante salientar que uma medida provisória (MP) tem força de lei de forma imediata. De acordo com Thiago Zandoná (2020): “Esse instrumento de lei unilateral é similar ao decreto-lei — instrumento jurídico usado durante a ditadura empresarial-militar brasileira”.

reitor a nomeação dos diretores de unidade; v) Possibilita a recondução ao cargo” (p.33). Para mais, de acordo com Braga (2019, S.p.).

“[...] é preciso deixar explícito, o faz sobre as bases de uma legislação que já se interpunha sobre a autonomia: a definição pelo presidente da república a partir da lista tríplice. Esta forma é definida pelo decreto 1.916 de 1995, editado pela presidência de Fernando Henrique Cardoso e sob o ministério de Paulo Renato. O decreto ficou intacto até agora, passando pelos governos de Lula, Dilma e Temer. Bolsonaro aprofundou uma legislação anti-democrática e anti-universitária que já estava presente”

A intensa intervenção do Governo Bolsonaro nas instituições federais⁴⁶ deve ser analisada e resgatada das ruínas do entulho da ditadura brasileira. À vista disso, no dossiê elaborado pelo ANDES, intitulado “Militarização do Governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino”, apesar da redemocratização, elementos autoritários da ditadura empresarial militar persistem, e as críticas do sindicato vão no sentido de que nenhum governo de fato se empenhou em ampliar os processos de autonomia das IFES. Sendo assim, as propostas do ANDES caminham na direção de que as eleições para os gestores sejam paritária entre os segmentos da comunidade acadêmica, ou seja, docentes, discentes e técnicos administrativos, além disso, o sindicato faz a crítica no que tange a não delimitação que os processos encerrem-se no interior das próprias instituições de ensino, respeitando, dessa maneira, a eleição realizada pela comunidade acadêmica (ANDES, 2021, p. 37).

Braga (2019) relembra, ainda, do Decreto nº 10.185⁴⁷, de 20 de dezembro de 2019, ainda em vigência, que dispõe sobre a extinção de “cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica” (BRASIL, 2019).

Todas essas medidas provisórias e decretos não eram por acaso, pois estavam vis-a-vis com o programa future-se, o qual será desdobrado e analisado no próximo subitem, na

⁴⁶ “[...] entre janeiro de 2019 e novembro de 2020, o presidente Bolsonaro escolheu o primeiro colocado da lista tríplice para ocupar o cargo de reitor em apenas 11 universidades; em oito casos, optou pelo candidato menos votado; em outros três casos, optou pelo segundo colocado; em sete outros casos, nomeou reitores pró-tempore, ou seja, temporários, que sequer tinham concorrido nas eleições. Assim, ao nomear reitores que não foram eleitos por votação, o governo Bolsonaro seguiu com a adoção de medidas que desestruturaram a organização, o funcionamento e a autonomia das universidades e institutos federais (2022, p.90).

⁴⁷ Disponível em: Bolsonaro ataca novamente as universidades e o serviço público com a Medida Provisória 914/19 e o Decreto 10.185/19 - Universidade à Esquerda (universidadeaesquerda.com.br)

intenção que a gestão e os reitores nomeados pelo presidente aderissem a mais essa barbaridade.

3.1 “Balbúrdia”?... O descaminho do ensino superior no governo de Jair Messias Bolsonaro

Evidenciamos que, desde 2019, há uma cruzada cultural contra as universidades brasileiras. Essa cruzada cultural desenrola-se, necessariamente, pelas escolhas dos ministros de Bolsonaro. De acordo com Roberto Leher (2020), a área de educação, no governo Bolsonaro, é um dos seus principais terrenos de operação, e nesse bojo encontra-se a tentativa incessante de silenciamento das universidades e dos institutos de pesquisa desejando, a qualquer custo, refuncionalizar a educação como organizações de serviços destinada, principalmente e prioritariamente, para a formação de capital humano de trabalho simples.

Após os três meses da gestão de Ricardo Vélez Rodríguez⁴⁸, quem entrou no seu lugar foi Abraham Weintraub, que sempre se gabou por ter trabalhado muitos anos em empresas privadas, apesar de atualmente se encontrar no cargo de professor universitário. Na sua fala, Weintraub diz⁴⁹: “Sou um técnico. Minha missão é cumprir o que foi escrito no programa de governo de forma serena, tranquila e eficiente, de forma a gerar bem-estar ao cidadão”. Weintraub afirmou que está pronto para assumir o posto. “Fui uma das pessoas que elaborou o plano de governo do presidente. Participei do debate sobre diversas áreas, inclusive das discussões sobre educação. Sinto-me preparado para o cargo”, disse. Para o ministro da educação, as universidades federais promovem ‘balbúrdia’, e a sua gestão foi marcada por cortes na educação. Em abril de 2019,⁵⁰ cortou 30% do orçamento das universidades, mais especificamente, de início, cortes do orçamento da UFF, UNB e UFBA, mas logo o corte se

⁴⁸Vélez, na sua gestão, alterou o edital do Programa Nacional do Livro Didático, os livros didáticos poderiam ter publicidade, as revisões bibliográficas não seriam obrigatórias e também sumiu do edital a exigência de que a obra fosse “isenta de erros”. O MEC voltou atrás. Além disso, suspendeu a avaliação de alfabetização, extinguiu a Secadi, uma secretaria do MEC responsável por ações de diversidade que foi criada em 2004 para dar atenção a grupos historicamente excluídos da escolarização. Sob sua gestão, o MEC pediu às escolas que filmassem as crianças executando o hino nacional e lendo uma carta de autoria do próprio ministro, apresentando o *slogan* da campanha de Bolsonaro. Diga-se de passagem, proposta totalmente inconstitucional. Para ver mais: O desmonte da educação no governo Bolsonaro | BdF Explica - YouTube

⁴⁹Disponível em: Aluno de Olavo de Carvalho, novo ministro da Educação promete gestão técnica - ISTOÉ Independente (istoe.com.br)

⁵⁰De acordo com Weintraub, universidades têm permitido que aconteçam em suas instalações eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente universitário. "A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo", disse. Ele deu exemplos do que considera bagunça: "Sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus". Disponível em: MEC mira universidades por 'balbúrdia' e corta 30% de verba da UnB (correiobrasiliense.com.br)

generalizou para todas as universidades. Tratar aqueles que lutam pela educação como inimigos, para o governo de Bolsonaro, é central, a exemplo disso é ter chamado as movimentações e resistências em prol da educação e os manifestantes de “imbecis” e “idiotas inúteis⁵¹”.

Política e economia estão imbricadas e, portanto, pensar nos ataques às universidades, é pensar, necessariamente, na indissociabilidade da totalidade do projeto de sociedade de Bolsonaro, isto é, um projeto do capital para redefinir o sistema de acumulação, perpassado pelas contrarreformas, pelo ultraneoliberalismo, os ataques aos direitos da classe trabalhadora que, como já sinalizamos em diversos momentos deste trabalho, estavam em curso, mas se aprofundaram abismalmente. Nessa perspectiva, fundamentalismo e ultraneoliberalismo são dois lados de uma mesma moeda (LEHER, 2020).

A partir dos seus estudos do intelectual Florestan Fernandes, Leher (2020) advoga que é possível falar em um ‘novo contexto de aprofundamento da autocracia burguesa no Brasil’, e suas expressões são encontradas tanto no aprofundamento do militarismo, o reforço da segurança tendo em vista a criminalização da pobreza, quanto no domínio da educação, saúde, cultura, meio ambiente, previdência social, ataques às empresas públicas, o estrangulamento do orçamento através da EC 95, o ultraneoliberalismo draconiano, totalmente incompatível com as bases da educação universal, laica, 100% pública e referenciada.

Nesse ínterim, retomamos para a Ditadura Empresarial Militar, neste período houve uma maior expansão das universidades particulares, conseqüentemente na atualidade “82,3% das matrículas em 2016 foram em instituições privadas de ensino, demonstrando a grandiosa mercadoria em que a educação superior se transformou.” (FILHO et al, p.41). Assim, nesta perspectiva mercadológica, impulsionada pela ditadura, o governo Bolsonaro retoma os mesmos moldes do conservadorismo e da expansão do mercado educacional, com o projeto de contrarreforma que foi lançado em 17 de julho de 2019, o “Future-se” (Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras). O Future-se foi apresentado para os reitores de forma sorrateira e por debaixo dos panos, propondo a autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior e Institutos Federais, por meio da captação de recursos próprios através de parcerias. Para eles, no Brasil não existe nenhuma universidade “séria”, e o Future-se seria uma operação na tentativa de uma reforma universitária, levando em consideração seu caráter liberal e, com isso, defronte ao modelo econômico em curso no Brasil. O objetivo do PL, nas palavras de Leher, “é instituir um

⁵¹Disponível em: Bolsonaro chama manifestantes de "imbecis" e "idiotas inúteis" (terra.com.br)

choque de neoliberalismo nas universidades e IFs' (p. 131). O que está em xeque, para mais, é a crença e a mistificação de que existe uma forte demanda por inovação por parte das empresas, acarretando, com isso, recursos para as universidades. Apesar de todo o discurso da 'inovação', na verdade, o que temos é a investida de silenciamento dos docentes, discentes, pesquisadores, e de suas pesquisas que colocam em pauta as desigualdades sociais, as relações étnicos-raciais, o machismo, a misoginia, a população originária. Com isso:

O PL não enfrenta o problema da inovação no capitalismo dependente, um padrão de acumulação cada vez mais associado aos arcaicos circuitos das commodities (vide o modus operandi de suas empresas líderes, como a Vale) e não encara as contradições entre, de um lado, o proclamado apoio à inovação e, de outro, as ações do governo em prol da mineração em terras indígenas, os ataques governamentais aos institutos de pesquisa que denunciam os efeitos perniciosos do modelo em curso, como o INPE, o desmatamento da Amazônia, os indicadores de desemprego pelo IBGE, a problemática das drogas pela FIOCRUZ, o negacionismo das mudanças climáticas pelo Ministério do Meio Ambiente. Em suma, falar em P&D nesse ambiente soa como ideias fora do lugar e do tempo atual (LEHER, 2020, p. 136).

Esse projeto explicita a desresponsabilização do Governo Federal com o ensino superior, assim o mercado e as parcerias seriam capazes de substituir o papel do Estado. O projeto se estrutura em três eixos, que são: 1) gestão, governança e empreendedorismo; 2) pesquisa e inovação; e 3) internacionalização (BRASIL, 2019). O projeto é dividido entre 45 artigos que necessitam de alteração de 17 leis⁵², sendo este projeto a reestruturação do setor público do ensino superior a partir de parcerias com as organizações sociais (OS) e os fundos de investimentos, tornando a educação puramente mercadoria.

Também fora apresentada no mesmo ano a MP 914 de 2019, que já desdobramos no subitem anterior, como forma de ataque aos reitores de forma a retirar o papel dos conselhos superiores, estratégia lançada pelo fato dos conselhos barrarem a proposta do future-se, sob a condição de perda de recursos e bolsas de pesquisas. Tal projeto ao longo do passar dos tempos trouxe algo ainda mais preocupante, ou seja, a possibilidade da cobrança de mensalidades e multas para os discentes:

⁵²O Future-se se pretende grande, colocando-se desde sua apresentação como uma profunda reformulação do ensino superior público e questionando tudo o que até agora foi construído, com impacto, inclusive, no ensino básico. É ousado, já que pretende, com sua aprovação, alterar e/ ou regulamentar 17 leis. (FILHO, et al. p.43).

recuperava força a ideia de que não era possível o Estado arcar com o gasto da educação superior pública. Em junho de 2019, o IPEA realizou um evento sobre o financiamento do ensino superior. Uma das propostas apresentadas/debatidas por pesquisadores do IPEA foi ECR (empréstimo com amortização condicionada à renda) – modelo utilizado na Austrália – e que consiste no pagamento pelos estudantes por meio de recolhimento na fonte (WEGNER. p.5 apud. NASCIMENTO, 2018).

Paralelo a isso, observamos que dentre os países da América Latina o Brasil se destaca em suas políticas públicas e pela resistência ao acesso à educação pública, tendo em vista que a realidade que enxergamos nos demais países é que muitos deles não possuem dedicação exclusiva como a nossa, pois a dedicação exclusiva visa o tripé ensino-pesquisa-extensão⁵³. O Future-se, portanto, é mais uma tentativa de golpear a autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial, tornando-a apenas letra morta o artigo 207 da Constituição. Nas palavras de Leher 2020: “Cientes de seu papel civilizatório histórico na vida dos povos, as universidades resistem. Daí a avaliação do governo de que é preciso mudar as regras de nomeação de reitores” (p. 118).

O que se depreende, ao analisar o Future-se, é a ofensiva ao Regime Jurídico único, levando em consideração que novos trabalhadores das universidades possam ser contratados via terceirização e por Organizações Sociais (OS). Nesse ínterim:

Escudados pela dita crise fiscal, as autoridades governamentais sustentam que o crescimento da folha de pagamento das universidades, alcançando cerca de 85% dos seus orçamentos, estaria caminhando para o desastre e, por isso, os novos contratos deveriam se dar não mais pelo Regime Jurídico Único Estatutário (RJU), mas pelo regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aplicável às relações de trabalho em geral (LEHER, 2020, p. 121).

Ainda é preciso lembrar que os ‘gastos’ com as universidades federais aconteceram notadamente após 2008, afirma Leher, e dessa maneira é muito recente se comparado aos países da OCDE, ou seja, que data de séculos. Para mais:

⁵³Sobre a dedicação exclusiva, Eblin lembra, que ao olhar a América Latina, sobretudo a Argentina, apenas 17% dos professores têm dedicação exclusiva. Se nós ainda temos a estrutura universitária presente, lembremos, deve-se muito aos movimentos de lutas pela educação e estudantil, pelos sindicatos, a exemplo do ANDES-SN (EBLIN, 2019). Disponível em: FUTURE SE Diretoras do ANDES-SN Eblin Farage e Raquel Dias falam sobre proposta - YouTube

O governo Federal oculta o fato de que o gasto *per capita* em ensino superior é muito baixo, 48º lugar entre 99 países; o percentual de gastos educacionais com a educação superior, 21%, situa o país em 58º lugar entre 128 países; o crescimento real dos gastos com a função educação é negativo desde 2015. Em relação ao gasto com pessoal, o orçamento primário do MEC de 2018 aplicado com pessoal e encargos sociais é de 55%, o mesmo de 2002, embora desde então o número de estudantes tenha mais do que dobrado e desde 2014 os gastos com os servidores ativos encontram-se estabilizados, na ordem de R\$ 22 a 23 bilhões. O orçamento das universidades representa apenas 36% do orçamento total do MEC em 2019 (DWECK, 2019). O caminho do desastre não está nas universidades, mas está sendo pavimentado pela medida autodestrutiva do Estado brasileiro instituída pela EC nº 95/2016, tida como um dogma pelo governo, pois blinda o aumento dos gastos financeiros. (LEHER, 2020. p.121)

O projeto, nas suas diversas tentativas de implementação, tentou cobrar taxas, anuidades e mensalidades dentro dos espaços públicos, além de propor a não existência do corpo docente e técnico-administrativo com carreira pública, em outras palavras, mais uma forma de precarização do trabalho. “Nesse sentido, a luta sindical, autônoma, independente de governos, partidos e administrações, deve ser considerada, junto com a resistência e luta dos movimentos sociais, a responsável pela manutenção da atual estrutura pública existente.” (FILHO, et al. p.42). Para o autor, o projeto de lei proposto com o Future-se se assemelha ao MEC-Usaid, implementado na época da ditadura, que foi de acordo entre os militares brasileiros com o governo dos Estados Unidos para implementação do modelo educacional dos EUA abrangendo o nível superior da educação, bem como a sua fragmentação, reduzindo o tempo de ensino, eliminando matérias como educação política e filosofia, e substituindo pela matéria de educação moral e cívica, sem haver nenhum diálogo com a comunidade acadêmica e a população. Desta forma, as estratégias do modelo MEC-Usaid se assemelham ao projeto de governo atual, indicando a privatização da educação, a precarização do trabalho dos profissionais e a mera formação profissional para atender às expectativas do mercado mundial. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), na sua proposta de reforma do Estado, já havia também propostas para a privatização da educação através de Bresser Pereira⁵⁴ no comando do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare). As demonstrações das ofensivas neoliberais no conjunto da seguridade social:

⁵⁴Leher (2020) acentua que houve tentativas de instituir a autonomia financeira no governo do FHC, à exemplo da PEC 370/1996, entretanto a resistência foi maior, o que levou o governo a abandoná-la.

Trata-se de mais uma privatização, no formato não clássico, assim como foi a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e a Funpresp, já que não se pretende leiloar as instituições de ensino, mas sim vender ou subordinar ao mercado algumas de suas partes, colocando a capacidade de produzir das instituições públicas de ensino e o “selo” da gestão federal para produzir para a iniciativa privada. Um explícito exemplo é o artigo 42, parágrafo 4º, do projeto de lei do Future-se, que permite o atendimento aos planos de saúde nos hospitais universitários gerenciados pela EBSERH, afirmando ‘os hospitais universitários poderão aceitar convênios de planos privados de assistência à saúde’ (FILHO, et al, apud, BRASIL, 2019).

O eixo “Gestão de Pessoal” está articulado com o anúncio da suspensão de concursos públicos, junto ao decreto n. 9.739/2019, que prevê que todos os concursos a serem realizados passam a ser vistoriados pelo ministro da economia. Também podemos observar que para a categoria dos professores, o projeto visa o estímulo ao professor empreendedor [...] se envolver na criação e desenvolvimento de “parques e polos tecnológicos, incubadoras e *startups*” ou criar uma “Sociedade de Propósito Específico-SPE” (FILHO, 2019, et al. p.45). Neste sentido, docentes e alunos estariam dentro de uma competição que substituiria o tripé ensino-pesquisa-extensão para fins mais “modernos” no mercado.

No eixo de “Formação”, o future-se prevê a máxima formação para o atendimento do mercado lucrativo, seus maiores desdobramentos seriam a diminuição do investimento para a assistência estudantil, as pesquisas terão que ser atraentes para os investidores causando a perda de diversas produções, conseqüentemente atingindo o tripé ensino-pesquisa-extensão, dessa forma, professores e alunos seria empreendedores⁵⁵ de suas ideias. Além disso, a educação passaria por processos de avaliações que ao final geram recursos e prêmios, medida esta que acabaria por desvalorizar cursos e instituições pelo fato dessas avaliações serem um método raso de medir a realidade e as necessidades sociais do ensino brasileiro. “Deixa-se a entender que essas instituições nunca passaram por qualquer tipo de avaliação ou que nunca precisaram cumprir com determinados indicadores.” (WEGNER, 2020, p.3). Assim, a educação se submete aos indicadores de desempenho do mercado, dessa forma o MEC criaria o “risco Brasil” utilizando os fundos públicos na condição de dar uma necessária segurança ao mercado.

⁵⁵Essa perspectiva de formação atravessa todo o projeto do Future-se, com destaque para os artigos que colocam os alunos como empreendedores, fundadores de “start-ups”. A facilitação na incorporação de disciplinas realizadas a distância, em plataformas tecnológicas (artigo 20, inciso III), e o artigo 44, que institui “o Dia do Estudante Empreendedor”, também revelam a perspectiva aligeirada que se pretende dar à formação.(FILHO, et al. p.45).

No eixo “Acesso e permanência de estudantes” o future-se visa a volta da invisibilidade de povos e populações, como negros, indígenas, a comunidade *LGBTQIA+*. Vale lembrar que nos últimos dez anos tivemos algumas mudanças positivas, com a maior diversidade de pessoas nas universidades e ao debate aberto sobre problemáticas sociais, sendo assim, este projeto visa o retorno de uma cultura elitizada e da história dos colonizadores homens, brancos e héteros. Além disso, como previsto no artigo 14, inciso VII, os alunos que não conseguissem empreender seriam contratados pelas OS para substituição de profissionais técnico-administrativos e do trabalhador terceirizado.

A partir da resistência, recusa e rejeição por parte da comunidade universitária do Future-se, circulou uma segunda e terceira versão. O que podemos nos atentar para a segunda versão, nesse caso, é o reposicionamento das OS, deslocando tanto o contrato de gestão, bem como o controle do patrimônio das universidades para o Ministério da Educação (MEC). Entretanto, a base do programa foi mantido, ou seja, minar a autonomia universitária, a refuncionalização das universidades e de seu patrimônio, o estrangulamento orçamentário, levando as instituições ao constrangimento de “empreender”, deixando de lado os projetos de extensão, com isso, o desmonte do tripé ensino-pesquisa-extensão⁵⁶, a assistência estudantil, os restaurantes universitários. Leher (2020) relembra que quando o Future-se 2 foi divulgado no bojo da proposta orçamentária ao Congresso que deteriora ainda mais as universidades e as instituições de fomento, como a CAPES e o CNPq. Na terceira versão, que data do ano de 2020, apesar do pretenso ar de ‘democrático’, pois o Future-se estava aberto à consulta, foi propagada incessantemente por uma custosa campanha publicitária, que vem no cerne com a MP 914, também, a Portaria nº 2.227, que tem intuito de cercear a participação de servidores das universidades em congressos e eventos e “a PEC nº 186/2019 que revoga os fundos que asseguram os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a principal fonte de recursos de pesquisa para a FINEP e para o CNPq” (LEHER, 2020, p. 142).

Em síntese, o governo Bolsonaro chegou para desconstruir, e não construir nada⁵⁷, e o que percebemos com as três versões do Future-se aqui citadas é que no lugar do discurso da

⁵⁶Segundo Leher “Os corolários disso são a hipertrofia da razão utilitarista com o abandono progressivo da ética na produção do conhecimento e tectônicos retrocessos no processo de democratização das universidades e institutos federais: a assistência estudantil é, de fato, um alvo muito fundamental para o governo – descapitalizada, contribuiria para debilitar as cotas que, na ótica governamental, alimentam o “coitadismo”, e, sobretudo, para afastar os estudantes pobres que, no futuro, atrapalhariam o pretendido fim da gratuidade, objetivo sistematicamente acalentado por Guedes, ecoando os organismos internacionais” (LEHER, 2020, p. 141).

⁵⁷Bolsonaro diz que chegou para desconstruir, e não para construir - Brasil 247

autonomia universitária, defesa feita por aqueles empenhados em uma educação pública, gratuita e referenciada, que tem basilariedade no tripé ensino, pesquisa e extensão, o governo atual, para tentar convencer que é um bom projeto, defende a denominada ‘autonomia financeira’. Defendemos, entretanto, a autonomia universitária, não a autonomia financeira das universidades, a defesa é na perspectiva da verba 100% pública para as universidades públicas. O Future-se não é apresentado no vácuo, é preciso entendê-lo a partir da crise internacional do capital, da recuperação de suas taxas de lucros, isto é, a partir da tentativa de transformar tudo aquilo que for possível em mercadoria. A privatização é considerada, nessa perspectiva, como um princípio. O Future-se é a interdição do futuro das universidades, na verdade, é um: “discentes, docentes e pesquisadores: venda-se”, e o conjunto das ações disseminadas pelo governo não é apenas uma questão de discurso e “narrativas”, mas, sobretudo, das vidas concretas e objetivas. Quem fez balbúrdia, portanto, foi o governo de Jair Messias Bolsonaro, ao mobilizar um projeto de sociedade racista, machista, misógino, lgbtfóbico, que tem em estudantes, professores e pesquisadores inimigos.

3.2 “É só uma gripezinha?": a pandemia do Covid-19 e as formas de enfrentamento no governo de Jair Messias Bolsonaro.

Nos dias atuais, não podemos desvincular a relação da lógica capitalista com a produção de pandemias, para Viana (2019), existem duas proposições: a primeira se gesta na produção de pandemias, a segunda o seu combate, ou seja, ao mesmo tempo em que o modo de produção capitalista gera suas consequências nefastas, ele também se vê obrigado ao enfrentamento de tais consequências. Vale aqui destacar os efeitos que a pandemia reproduz, apesar de sabermos que mesmo antes da constituição do capitalismo, já existiam doenças que devastaram regiões, porém o destaque se apresenta como o seu diferencial, a questão da mundialização, a expansão dos mercados e o tráfego de pessoas entre países. Além dos avanços tecnológicos, econômicos e a interação social com outros povos, se faz oportuno a disseminação de doenças produzindo epidemias, pandemias, surtos etc. Porém, as doenças e aquelas de grandes proporções, como as pandemias, acabam por escancarar as divisões sociais de trabalho e de classes sociais, desta forma as classes mais subalternas sofrem muito mais do que as classes abastadas. “Assim, o capitalismo é um produtor de pandemias, embora isso não apareça imediatamente na consciência das pessoas, pois o imediato é mais visível,

enquanto que as mediações/determinações são menos perceptíveis.” (VIANA. 2019. p.2)

Não se pode limitar a análise da pandemia do coronavírus às chaves de explicação simplesmente biológica ou da natureza. De acordo com Mascaros (2020), trata-se, também, de uma crise social e histórica. A dinâmica dessa crise social e histórica refere-se, principalmente, ao modelo de relação social, ou seja, um modelo de relação social baseado na apreensão dos meios de produção nas mãos de uma pequena parcela de pessoas do planeta terra e, conseqüentemente, pela exclusão de grande parte da população de se apropriar dos frutos da venda de sua força de trabalho, com isso, ficando à mercê da submissão e coerção do capital. Ao destacar que a pandemia é uma crise social e histórica, enfatizamos o flagelo do desemprego, as habitações precárias para realização da quarentena, as contaminações em transportes públicos lotados, a fragilidade do sistema de saúde, que por anos vem sendo sucateado, subfinanciado e, por fim, desfinanciado, na tentativa recorrente de sua privatização tendo em vista os ganhos da burguesia interna e imperialista. Nas palavras de Alysso Mascaros (2020), não se trata apenas da crise do neoliberalismo, mas da crise do capitalismo como um todo, dessa forma:

Não se pode localizar a crítica da atual crise apenas no plano do neoliberalismo. No imediato, a desarticulação dos mecanismos de saúde pública e de produção industrial e provimento institucional para urgência é obra de um modelo político neoliberal, que espelha um regime de acumulação e um modo de regulação de matriz pós-fordista [...] A orientação à acumulação, mediante extração de mais-valor e realização do lucro, é tanto a base do fordismo - das sociedades que viveram circuitos de desenvolvimentismo e bem-estar social relativos - quanto do pós-fordismo. A fraqueza neoliberal ao lidar com a saúde coletiva, o desemprego em massa e a crise econômica correspondente é sintoma de um modo de produção todo ele calcado na forma-mercadoria (p. 8-9).

Retomando o ponto ao combate das pandemias, mesmo o Estado tendo a obrigação de investir em qualidade de vida e saúde pública, por meio de serviços de saúde e assistência social, ele tende a não fazê-lo no cotidiano, priorizando os interesses das classes dominantes. Por outro lado, em situações de extrema calamidade, como as pandemias, teremos o Estado sendo pressionado a lidar com essas tensões por meio do descontentamento geral e pela questão econômica que o atinge. Nesse ínterim, na pandemia de COVID-19⁵⁸, após os

⁵⁸A pandemia de COVID-19 surge no Mercado Atacadista de Wuhan, na China, no final de 2019, disseminada para o mundo inteiro no início do primeiro semestre de 2020, paralisou o mundo diante da velocidade de seu contágio e do desconhecimento dos seus efeitos, causando momentos de desespero, mortes em massa, paralisação da economia, fechou estabelecimentos e o mundo se viu forçado a fazer o lockdown.

diversos países assumirem as medidas contra a pandemia, no que se refere ao Brasil, as ações foram voltadas para a economia, pois a justificativa era que o *Lockdown* e o isolamento social iam desacelerar a lucratividade.

No início da pandemia, havia uma falsa ideia de que todos nós estávamos no mesmo barco. Entretanto, podemos dizer que não estávamos no mesmo barco como, também, não estávamos no mesmo mar. Falamos isso ao lembrar, por exemplo, da primeira morte da covid-19 no Estado do Rio de Janeiro, confirmada no dia 19 de março de 2020⁵⁹, se tratava de uma mulher, 63 anos, e que trabalhava como empregada doméstica⁶⁰, e não foi dispensada do trabalho, no bairro do Leblon. A patroa tinha viajado para passar o carnaval na Itália, e ao voltar para o Brasil, não avisou que estava com sintomas e que talvez tivesse sido contaminada pelo vírus. Além disso, durante a pandemia, os ricos aumentaram⁶¹ suas fortunas, enquanto a população foi assolada pelo desemprego, a insegurança alimentar, a fome, a precariedade da moradia e a falta de saneamento básico. Dessa forma, era mais fácil conter uma pandemia com um Estado intervencionista, pois haveria menos burocracia e mais intervenção, contudo, com a presença do Estado neoliberal, ele tende a não priorizar investimentos na saúde, na educação, enfim, nas políticas públicas. Porém, o que observamos, durante a pandemia, é uma recomposição em termos de uma ainda maior dominância neoliberal.

Observando o desenrolar de uma pandemia, os primeiros a se contaminarem são as pessoas com mais poderio econômico, pelo fato de conseguirem viajar entre países, em consequência tende a se alastrar pelas áreas suburbanas atingindo na sua maioria os pobres e a população negra, foi o caso do que aconteceu no Rio Janeiro, como já citamos, o caso da empregada doméstica, que veio a falecer, ou seja, ao invés das pessoas mais pobres estarem seguras em suas casas mesmo diante de uma pandemia, elas tiveram que se submeter ao

⁵⁹Primeira morte do Rio por coronavírus, doméstica não foi informada de risco de contágio pela “patroa” - Agência Pública (apublica.org)

⁶⁰De acordo com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, durante a pandemia, as empregadas domésticas estavam sendo obrigadas a trabalhar e sendo ameaçadas de demissão. Patrões e patroas obrigando a dormir no trabalho. Disponível em: Trabalhadoras domésticas enfrentam coação de patrões durante pandemia (apublica.org)

⁶¹Em reportagem da esquerda online, do dia 27 de abril de 2020; “Além das vidas perdidas, 13 meses de pandemia fizeram explodir dois graves problemas presentes historicamente na sociedade brasileira: a insegurança alimentar e a gritante concentração de renda. A maioria da população brasileira encontra-se hoje em situação de insegurança alimentar, ou seja, sem acesso garantido a recursos que garantam alimentos suficientes para atender suas necessidades. Ao mesmo tempo, a concentração de renda aumentou, e as maiores fortunas do Brasil cresceram em quase R\$ 50 bilhões”. Disponível em: Mais ricos aumentaram fortunas durante a pandemia, enquanto fome assola 20 milhões de pessoas - Esquerda Online

trabalho de risco em prol de seus empregadores, assim se escancara a desigualdade social, pois quem tem melhores condições terá uma maior assistência à saúde. Dessa forma, o capitalismo tende a criar pandemias e ao mesmo tempo a tentativa de contê-las no seu estágio mais grave, conseqüentemente geram-se ações lentas ou incompetentes diante da falta de um Estado interventista e do fortalecimento do neoliberalismo.

As ações de contenção do vírus foram rápidas no que se refere ao âmbito da lucratividade do capital, ou seja, os reforços econômicos aos bancos e aos grandes empresários. Por outro lado, no que se refere à população, a resposta do Estado com a ampliação dos gastos estatais para assistência e saúde só foi possível por conta da demanda da sociedade civil. Neste caso, as vidas não importavam, o que importava era salvar a economia, a racionalidade neoliberal, a lógica concorrencial que ceifava vidas em nome do amado capital da classe dominante e suas frações, e podemos constatar isso com falas ditas pelo ministro da economia, Paulo Guedes, bem como em falas do Rubem Novaes, ex-presidente do Banco do Brasil⁶². Para ele, “o vírus tem que ser balanceado com a atividade econômica”. Como sabemos, houve a implementação tardia de um programa de auxílio emergencial, além da sua suspensão por três meses no auge da pandemia e a redução de seu montante⁶³. Só foi possível o valor do auxílio de 600 reais para a população a partir de muita pressão do Congresso e da oposição, entidades sociais e da opinião pública, caso não fosse isso, o benefício poderia ter sido ainda mais irrisório, e o presidente e seus apoiadores se apropriaram disseminando que foram eles que estabeleceram os seiscentos reais, mas se dependesse do senhor Jair Messias Bolsonaro não existiria o auxílio, ou, no máximo, apenas duzentos reais. Para mais, o discurso era de que o auxílio emergencial e o isolamento social seriam os culpados pelos desempregos, a diminuição do consumo, as falências, entre outros. De acordo com VIANA (2019, p.6):

As chamadas medidas de contenção, no entanto, promovem várias críticas e isso tem sua razão de ser: são não liberais e, além disso, atingem o processo de produção e distribuição de mercadorias, que, em curto prazo, pode ser aceitável, mas sua extensão no tempo vai se tornando, para o capital, cada vez menos sustentável, bem como atinge os pequenos proprietários, trabalhadores autônomos, etc., e tende a gerar falências, desemprego, diminuição do consumo, etc. Essa é uma das razões para que muitos se coloquem contra as políticas de contenção via reclusão doméstica, ou “isolamento social”.

⁶²Presidente do Banco do Brasil diz em mensagem vazada que vida não tem "valor infinito" | Revista Fórum (revistaforum.com.br)

⁶³Disponível em:
<https://noticiapreta.com.br/apos-tres-meses-de-suspensao-auxilio-emergencial-volta-a-ser-pago-em-abril/>

Para Ricardo Antunes (2020), em hipóteses que levanta sobre a pandemia do coronavírus, a primeira é a de que a pandemia não é um problema em si mesma, mas resultado de toda a tragédia de desmonte que já se apresentava na realidade brasileira, porém, neste momento pandêmico se amplifica, visto que a pandemia tem sido um grande laboratório de experimentação para as grandes empresas, isto é, dessa nova morfologia do trabalho que vem se desenhando e que, de acordo com Ricardo, será intensificamente implementadas depois do chamado período pós pandêmico. A segunda hipótese é o capitalismo de plataforma, apesar de todo processo e implementação de alta tecnologia, todo o desmonte que ocorreu, sobretudo desde o golpe da Presidenta Dilma Rousseff, o que temos visto é a negação de direitos que remete à fase “primitiva” do capitalismo. Dessa forma, essas empresas de alta tecnologia utilizam de um léxico adulterado, que são próprios do modo de produção capitalista, mas dado cada momento histórico, esse léxico se atualiza, tal qual a palavra ‘colaborador’ e ‘empreendedor’.

Na pandemia, também temos observado a intensificação do desemprego e a demissão em massa, uma realidade de precarização e terceirização que já conhecíamos, mas que a ampliação do chamado trabalho uberizado escancara ainda mais a superexploração. Antunes (2020) nos explica que a uberização tem se expandido para diversas áreas do conhecimento, por exemplo, professores, engenheiros, advogados, assistentes sociais, entre outros. Para o autor (2020), outro ponto é a crise estrutural do capital e a enorme quantidade de força de trabalho sobrando, além do neoliberalismo e a hegemonia do capital financeiro. Na terceira hipótese, temos a indústria 4.0 e a automação, onde se encontra a subsunção real do trabalho e ampliação do trabalho morto, que tem como consequência não apenas a redução quantitativa da força e dos postos de trabalho, mas consequências qualitativas, pois a máquina terá controle em detrimento do trabalho vivo, e é um processo que vem ocorrendo não apenas nas empresas, mas no âmbito do Estado que a lógica empresarial vem ganhando cada vez mais terrenos (ANTUNES, 2020).

O pós-pandemia tende a fortalecer uma crise econômica que já existia e, conseqüentemente, turbinando a alta taxa de exploração de trabalhadores e da exploração internacional de países imperialistas aos países subordinados como, por exemplo, o Brasil, bem como os cortes na ciência, na tecnologia e nas políticas públicas. Assim, no capitalismo pós pandemia as classes subalternas tendem a sofrer mais pelas tentativas da retomada do crescimento da economia. Para além, a atual pandemia tem demonstrado a face mais destrutiva do sistema capitalista, revelando-se as contradições inerentes ao modo de produção que tem o lucro o seu fim último, mesmo que as consequências finais sejam a sua devastação,

a pandemia demonstra a insustentabilidade da sociedade capitalista com o caos que se alastrou por vias ambientais, tendo suas bases nas relações de mercado.

Mascaros (2020) ressalta que a pandemia em território brasileiro encontra o regressismo de direitos e racionalismo político e social neoliberal, e que “[...] sob o governo de Jair Messias Bolsonaro, majorou-se em relação às próprias experiências neoliberais precedentes, incluindo as de Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer, que já haviam sido exponenciais” (2020, p. 12).

Ao escrever este subitem do trabalho, de acordo com o Painel Coronavírus, atualizado no dia 08/12/2022⁶⁴, o Brasil conta com 35.531.716 milhões de casos confirmados, e o número de óbitos chega a quase 700 mil casos. No dia 26 de fevereiro de 2020⁶⁵, o Brasil confirmou o primeiro caso do novo coronavírus, e se referia a um homem de 61 anos, com histórico de viagem para a Itália. Para o Ministro da Saúde da época, Luiz Henrique Mandetta⁶⁶, o coronavírus se configurava como “[...] mais um tipo de gripe que a humanidade vai ter que atravessar. Das gripes históricas com letalidade maior, o coronavírus se comporta à menor e tem transmissibilidade similar a determinadas gripes que a humanidade já superou” (BRASIL, 2020, S.p.). Claramente, o ministro estava errado.

Em março de 2020, a União requisitou que os ventiladores pulmonares comprados por diversas prefeituras, como no caso da prefeitura de Recife, que comprou mais de 200 ventiladores pulmonares, levando o Tribunal Regional Federal a determinar que a União se abstivesse de requisitar os insumos comprados pelo município. Ainda, a portaria interministerial 5, que tratava sobre o descumprimento de medidas como o isolamento e a quarentena, poderia acarretar sanções penais para aqueles que infringissem a portaria, portanto, foi revogada ainda em maio de 2020 (p. 35).

Sabemos o quanto Bolsonaro tem ojeriza pelos países latino-americanos, sobretudo Cuba, Nicarágua e Venezuela, e isso transparece na Portaria Interministerial 120⁶⁷, publicada no dia 17 de março de 2020, que restringe apenas a entrada de Venezuelanos no país,

⁶⁴Disponível em: Coronavírus Brasil (saude.gov.br).

⁶⁵Disponível em: Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus — Português (Brasil) (www.gov.br)

⁶⁶Importante dizer que Henrique Mandetta, como deputado federal, articulou a aprovação da PEC da morte/teto de gastos/ EC95, foi crítico ferrenho e colocou todos os seus esforços pelo fim do Programa Mais Médicos, lobista de planos privados de saúde, em meio à pandemia, solicitou ao governo federal liberação de 10 bilhões aos planos de saúde.

⁶⁷Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Disponível em: Portaria nº 120-20-CCV (planalto.gov.br)

“somente em 29/04 o governo restringiria a entrada de estrangeiros de qualquer nacionalidade por via terrestre” (2021, p.36). Além disso, com seu discurso e ação anti-indígena, o governo Bolsonaro concedeu, através da portaria 419 da Fundação Nacional do Índio (Funai), autorização para atividades em comunidades indígenas isoladas. Entretanto, o Ministério Público Federal conseguiu modificar a portaria, tendo em vista que a portaria não tinha capacidade legal e técnica frente aos povos isolados, acarretando em uma exposição ao vírus, para mais, no dia 16/03 o Ministério da Saúde apresentou o “Plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) em povos indígenas”, diga-se de passagem, um plano que não contou com a colaboração e considerações com as comunidades indígenas.

Ao contrário da ineficiência e negligência propagadas, na verdade, o que se observa é a eficiência e o empenho da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional. A primeira vítima da covid-19 ocorreu em 12 de março de 2020⁶⁸, por conseguinte, separamos algumas falas de Bolsonaro e sua tentativa recorrente de negar a pandemia e sua letalidade⁶⁹.

Com isso, no dia 10/03/2020, Bolsonaro disse: "Obviamente, temos, no momento, uma crise, uma pequena crise, né. Ou, no meu entender, muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propala ou propaga pelo mundo todo. No dia 20/03, Bolsonaro diz que depois da facada, não será uma "gripezinha" que vai me derrubar, ok? Se o médico ou o ministro da saúde me recomendar o novo exame, eu farei, caso contrário me comportei como qualquer um de vocês aqui presente". No dia 24/03, no pronunciamento oficial do presidente em rede nacional, aos risos, fala mais uma vez que o vírus é apenas uma “gripezinha”. De acordo com ele: “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão. “Quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda toma tubaína”. No dia 10/12/2020: “Estamos vivendo o finalzinho da pandemia. O nosso governo, levando-se em conta outros países do mundo, foi aquele que melhor se saiu, ou um dos melhores que se saíram, no tocante à economia”, em 17/12/2020, sobre a vacina, ressalta: “se você virar um jacaré, problema seu, pô”. No dia que o Brasil tinha

⁶⁸Primeira morte por coronavírus no Brasil aconteceu em 12 de março, diz Ministério da Saúde | Coronavírus | G1 (globo.com)

⁶⁹Bolsonaro e o coronavírus - YouTube

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HL3kEmEK85c&ab_channel=Estad%C3%A3o

superado o número de mortes por coronavírus da China, totalizando 5.017 mortes, ao ser perguntado por uma jornalista sobre isso, Jair respondeu: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre⁷⁰”.

Destarte, no final de março e início de abril de 2020, o governo federal passou a promover a chamada ‘imunidade de rebanho’ e o isolamento vertical. Para o presidente da república, a redução da atividade econômica causaria prejuízo maior do que as mortes e sequelas causadas pelo Sars-Cov-2. Desde o início da pandemia, Margareth Dalcolmo⁷¹, médica pneumologista, pesquisadora e docente da FIOCRUZ, enfatizava que a única forma de impedir a transmissão era o isolamento social, e que o isolamento vertical proposto por Bolsonaro era ineficaz.

A imagem que pode definir o negacionismo científico da gestão de Bolsonaro frente à pandemia é o Presidente do país mostrando uma caixa de cloroquina para emas⁷² no palácio da alvorada, e tudo isso quando o Brasil passava da marca de 87 mil mortes, e até julho de 2020, o Brasil tinha contabilizado mais de mil mortes diárias e o segundo maior dia com números de casos novos. (UOU, 2020).

Fica clara a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, seja através do governo federal investindo recursos públicos no pagamento de influenciadores digitais para difusão do tratamento de comprovada ineficácia para COVID-19, isto é, do chamado tratamento precoce, seja da campanha “O Brasil não pode parar⁷³”, que defendia a flexibilização da quarentena e do isolamento social em prol da economia, ficando evidente, mais uma vez, o desrespeito ao distanciamento social e o uso de máscaras. Para mais, sob a gestão de Bolsonaro na pandemia, houve o atraso no repasse de recursos, tentativa de confisco de insumos de saúde adquiridos por estados e municípios e o atraso proposital no encaminhamento da vacinação, com o cancelamento de compra de vacinas produzidas pelo Instituto Butantan e a recusa de oferta de vacinas pela indústria farmacêutica, acarretando uma erosão da cultura de imunização da qual o Brasil se orgulhava, tudo isso com a conivência do Conselho Federal de Medicina (CFM). De acordo com Ventura et al:

⁷⁰‘E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?’, diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; ‘Sou Messias, mas não faço milagre’ | Política | G1 (globo.com)

⁷¹Disponível em: Isolamento vertical se mostrou ineficaz e arriscado em outros países, diz médica da Fiocruz (apublica.org)

⁷²Disponível em: Bolsonaro x ema: Presidente exhibe caixa de cloroquina para animais no Palácio da Alvorada (uol.com.br)

⁷³Bolsonaro lança a campanha "O Brasil não pode parar", que ameaça a vida de milhões de brasileiros - Brasil 247

Até março de 2021, o Brasil não possuía sequer formalmente uma coordenação nacional efetiva de resposta à pandemia, tampouco uma campanha nacional de prevenção que destacasse a gravidade da doença e disseminasse as medidas de prevenção de eficácia comprovada, como o uso de máscara e o distanciamento físico (2021, p.35).

A elaboração dos anos da pandemia, o luto, as múltiplas perdas, sem dúvidas, levará tempo para a totalidade de sua elaboração, mas para que essa elaboração seja possível para nós, enquanto sociedade, é necessário um pacto de não esquecimento coletivo, em busca de memória, verdade e justiça, e isso requer disputas políticas e luta de classes, pois o andar de cima, desde a ditadura empresarial militar, está satisfeito com o esquecimento da população em relação ao genocídio perpetrado e continuado deste lugar chamado Brasil.

3.3 A Política de Educação Superior no Governo de Jair Messias Bolsonaro: tendência e desafios

A Pandemia de COVID-19 corroborou para escancarar a crise orgânica do capital vivenciada por diferentes formas nos países capitalistas centrais, bem como nos países de economia dependente como o Brasil, cabe aqui salientarmos a crise política, social, cultural, ambiental e das relações trabalhistas. Enquanto isso, os segmentos da burguesia internacional e nacional zelam pela prioridade política para os superlucros em detrimento da vida humana. A realidade histórica brasileira de um país que carrega uma herança escravocrata, de ditaduras, do processo de desenvolvimentismo, da redemocratização, do projeto democrático popular nos governos do Partido dos Trabalhadores e da ascensão da extrema direita com o presidente Jair Messias Bolsonaro. Momentos estes que construíram um Brasil voltado aos ditames do capital, e o que se expressa nesses fatos: o sexismo, uma cultura patriarcal heteronormativa, o colonialismo branco, que contribuem para a atual sociabilidade capitalista. “Essa racionalidade burguesa espalha-se em todas as dimensões da vida e atinge, de forma estruturante, a organização do Estado e as políticas públicas e sociais.” (FARAGE, 2021, p.385)

Nesse ínterim, a aplicação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) decretado pelo Ministério da Educação (MEC) através da Portaria n.343, de 17 de março de 2020, devido a Pandemia de COVID-19, constituiu uma alternativa para que a educação nos tempos de

pandemia pudesse ter uma continuidade, entretanto, em seu interior há diversas problemáticas em questão, tendo em vista a sua aplicação e as suas consequências a longo prazo. Desta forma, o que se observou na introdução do ensino remoto dentro da comunidade acadêmica, se deu por uma abordagem sem um prévio preparo tanto dos docentes, discentes e dos profissionais da administração pública, sendo assim, não houve um debate para que fosse introduzido a modalidade remota, se gestando de uma forma aligeirada, excludente e elitista, sem medir as consequências e as dificuldades da realidade dos alunos e professores no Brasil, sendo importante uma análise do ERE, situando-o nas suas dimensões histórica, econômica, sociopolítica e cultural.

Pudemos constatar que a tecnologia apesar de estar muito presente no cotidiano social e ter seus benefícios para comunicação, conhecimento e disseminação de informações, nos trouxe prejuízos, para tanto: a não participação do aluno para ligar a câmera, o microfone e participar das aulas, pois houve um estranhamento quanto à exposição nos aplicativos de ensino. Com isso, as aulas eram prejudicadas, pois os professores necessitavam de interação. Outro fato prejudicial foi a garantia de uma internet de qualidade para acompanhar as aulas *online*, seguindo até mesmo a falta de aparelhos eletrônicos. Desta maneira as Universidades Federais se mobilizaram para que fossem sanadas a falta de aparelhos eletrônicos investindo em chips de internet, para que houvesse a continuidade das aulas. Para mais, constata-se que o ERE apresenta também uma grande carga da multitarefa doméstica e a participação do ambiente familiar com as suas diversas problemáticas sociais, por outro lado, também há uma sobrecarga de conteúdo e de trabalho tanto para discentes como para os docentes. Essas são as primeiras impressões que podemos citar sobre a aplicação do ensino remoto.

Nesse ínterim é imprescindível reconhecermos esta modalidade de ensino como um fenômeno histórico e suas consequências para a educação alinhada aos interesses globais, com isso é preciso considerar todos os efeitos da desigualdade social combinados à crise sanitária e econômica. É nesta perspectiva que as grandes empresas privadas vêm se empenhando há muito tempo para o crescimento e expansão dos cursos de ensino à distância, com o objetivo da redução de custos e a aferição de lucros para o interesse do capital. Essa materialização da educação pela via do mercado se gesta por meio da desqualificação de conteúdos, redução de investimentos em todos os âmbitos da educação, na intensificação do trabalho docente e na má qualidade da formação.

A implantação do ERE não se deu por uma tranquilidade, houve uma notória mobilização entre professores e discentes que já alertavam sobre as consequências desta modalidade. Por outro lado, houve defensores dessas medidas fortalecendo a disputa entre os

projetos societários, mas o que é importante frisar é que esse tipo de método é sim uma alternativa emergencial, mas causa uma falsa idealização do EAD, consequentemente ganha forças para desqualificar ainda mais o ensino presencial, tornando-se puramente mercadológico, lucrativo e o aligeiramento da formação profissional, beneficiando ainda mais as instituições de ensino privado.

Destarte, a democratização do acesso à internet e as tecnologias no período do ERE se perdurou em contradições para a permanência da maioria dos discentes de baixa renda provenientes da classe trabalhadora. Além disso, promoveu a evasão e a elitização do ensino superior, pois muitos discentes tiveram que trabalhar e muitos deles não tiveram acesso a equipamentos eletrônicos, entre outros fatores, eram induzidos a trancarem suas matrículas. Assim:

Neste cenário, a disputa entre projetos estruturais se fortalece. Algumas das soluções propostas por gestores para a dificuldade de acesso de discentes ao ensino remoto é indicar que a/o estudante tranque sua matrícula e, quando houver o retorno presencial, volte a cursar a faculdade. De fato, essa indicação revela uma concepção de universidade. Quem pode participar do ensino remoto? Novamente, as pesquisas da TIC indicam que os setores com maior acesso estão no espaço urbano e nas classes A e B. Quem tem equipamento adequado, programas de dados excelentes, condição de infraestrutura para estar nas atividades virtuais. E quem são esses? Os cotistas? Ou aqueles a quem a estrutura familiar já permite acesso a tudo isso de maneira adequada? Para quem seria essa universidade moldada no ensino remoto? (ABEPSS, 2021, p. 14).

Evidencia-se que os alunos de baixa renda foram os mais prejudicados nesta modalidade, pois houve contradições e dificuldades, devido a desafios como: a falta de equipamentos eletrônicos como *notebook* e celulares, o compartilhamento de um único aparelho eletrônico pela família, a conexão de internet de má qualidade, a falta de dinheiro para o pagamento da mensalidade da internet, a falta de um espaço adequado para as aulas virtuais, o trabalho informal que compromete o rendimento acadêmico, as dificuldades para alunos com deficiências e as complexidades sociais das relações familiares. À vista disso, percebe-se que a realidade dos docentes gerou gastos com energia, equipamentos eletrônicos, internet, dificuldades para se familiarizar com os instrumentos da internet, sobrecarga de trabalho entre outros. Para mais, a exposição à tela de aparelhos eletrônicos amplia a possibilidade do adoecimento mental e físico atingindo o desenvolvimento acadêmico, além do mais se pode considerar um ensaio para a redução de recursos e não realização de concursos públicos, pelo fato da demanda de docentes serem supridas via realocação de profissionais e da grade curricular, também pode ser uma ameaça ao tripé

ensino-pesquisa-extensão, pois, como sabemos, os limites do ensino remoto acaba por reduzir-se apenas ao ensino.

Destacou-se a mobilização das Universidades Federais para suprir essa desigualdade social, tanto de equipamentos eletrônicos como *chips* de internet. Assim os alunos puderam adquirir a partir de x valor um equipamento eletrônico, além de *chips* de internet. Vale também considerar o quanto essas políticas emergenciais na perspectiva neoliberal, mesmo numa situação de calamidade, continuam se apresentando com características seletivas, excludentes e focalistas.

Diante dessas perspectivas, historicamente, a maioria das pessoas que são baixa renda, negros, indígenas e *LGBTQIA+* sofrem preconceitos, estigmas e falta de ascensão social, por isso se constitui expressão da questão social vinculado à permanência nas universidades. Com isto, pudemos constatar que a mudança para o ambiente virtual não possibilitou a alteração da situação que já estava colocada, mas a intensificou, pois os indivíduos ainda não possuíam condições para um pleno estudo, para isso se torna fundamental as ações do Estado por meios das políticas públicas e de inclusão social. Desta maneira:

Questões econômicas, sociais, de raça, são consideradas determinantes estruturais de saúde, pois geram estratificação social. Se a posição social das pessoas determina suas oportunidades de saúde, cabe à Universidade, que acolhe pessoas em posições sociais as mais diversas, garantir, pelo menos no que diz respeito a suas iniciativas, um acesso equânime de todas essas pessoas às suas iniciativas em prol da saúde (ACCORSI, 2015, p. 63).

A contrarreforma administrativa instituída em 03 de setembro de 2020 tramitou pelo Congresso Nacional como Projeto de Emenda Constitucional 32 (PEC 32/2020), que propõe a refuncionalização do Estado brasileiro, datada desde meados de 1990, com força maior a partir do governo de FHC quando o então presidente criou o Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado (MARE)⁷⁴, buscou adequar um modelo administrativo gerencial em substituição ao modelo burocrático implantado pela redemocratização, estruturado pelo modelo demandado pelo capitalismo. Assim, a reforma do Estado se estruturou com base no Consenso de Washington de 1989, por meio do receituário neoliberal:

⁷⁴O Plano Diretor de Reforma do Estado de 1995, gerenciado pelo então ministro da administração Luiz Carlos Bresser Pereira, foi aprovado pelo Congresso Nacional em 21 de setembro de 1995, tendo como eixos estruturantes uma nova forma de administração pública a partir: i) do redimensionamento das ações diretas sobre a responsabilidade do Estado divididas em “atividades exclusivas” e “serviços não exclusivos” (MARE, 1995); ii) da imposição de uma nova lógica gerencial do funcionalismo público através da diferenciação entre as carreiras típicas de Estado e os demais servidores públicos e iii) da mercantilização de determinadas áreas, consideradas serviços e que deveriam estar ao dispor do mercado (como previdência e educação) e não exclusivas do Estado (rumo à privatização de setores). (FARAGE, 2021, p.386)

i) disciplina fiscal; ii) reorientação dos gastos públicos; iii) reforma tributária; iv) liberalização financeira; v) taxas de câmbio unificadas; vi) taxas de câmbio competitivas; vii) liberalização do comércio; viii) abertura para o financiamento externo direto; ix) privatização e x) desregulamentação. (FARAGE, 2021, p.386)

Essas diretrizes do consenso de Washington estão alinhadas junto aos documentos dos organismos internacionais como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização para as Nações Unidas (UNESCO), nesta perspectiva as diretrizes para a América Latina estão expressas nos documentos:

[...] La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia, produzido pelo Banco Mundial em 1994; o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – O Estado num mundo em transformação, do Banco Mundial de 1997; a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, derivada da Conferência Mundial de Educação da UNESCO de 1998; o Documento Serviços de Educação, lançado pela OMC em 1998; o documento da UNESCO intitulado Educação superior: reforma, mudança e internacionalização, produzido em 2003 e o documento Um ajuste justo – análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil, organizado pelo Banco Mundial em 2017, [...] (FARAGE, 2021, p.386)

Desta forma, segundo Farage (2021, p.386), o Banco Mundial influenciou em importantes mudanças no ensino superior brasileiro, através de alterações na estrutura jurídica e incentivos à ampliação do setor privado. Como exemplos, podemos citar documentos, programas e projetos: O Fundo de Financiamento (Fies); a Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB); O Plano Nacional de Educação (PNE-2011); o programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI-2017); o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCT&I-2016), o Future-se (2019) (Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras); o Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES-2004) etc. Desta forma a educação superior caminha para o empresariamento da educação, a ampliação do setor educação privada com incentivo estatal, à formação aligeirada (redução dos currículos), o ensino em EAD, a terceirização das atividades, as parcerias público-privadas etc. Nesse sentido, a materialização do capital para a reforma administrativa do Estado brasileiro atravessou os governos de diversas formas, mas sempre assegurando seus objetivos. Segundo Farage (2021, p.387, apud BRASIL, 1995, p.9):

[...] Estão no bojo dessa análise as distintas e contínuas contrarreformas da previdência (iniciadas no governo Fernando Henrique Cardoso e também realizadas nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), já sinalizadas no Plano Diretor de Reforma do Estado que considerava a reforma do Estado um ‘instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia’.

Nesta perspectiva, em 1990, não se teve grandes avanços desta reforma administrativa, por conta dos grandes movimentos sociais em prol da redemocratização, mas pudemos observar que a partir da ascensão do partido dos trabalhadores em 2003 dividindo as entidades organizativas da classe trabalhadora, submeteu o Estado a implementar privatizações clássicas e não clássicas, a exemplo a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP) e a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).⁷⁵

Além disso, a criação das fundações de direito privados se torna a única forma de repasse de verbas públicas para a iniciativa privada, a facilitação das parcerias público-privadas, bem como a extinção de cargos públicos de agentes de limpeza, segurança e uma parte do setor técnico-administrativo. É nessa perspectiva que o BM estuda e já vem aplicando a redução do funcionalismo público, visando o fim dos concursos públicos de estabilidade e as carreiras dos trabalhadores. “Condição que pode significar a plena desvalorização da carreira docente e da Universidade Pública referenciada no tripé ensino-pesquisa-extensão como previsto no artigo 07 da Constituição Federal de 1988.” (FARAGE, 2021, p.389). Ainda segundo a autora (2021, p.389), “além da redução das carreiras a política de educação sofre com a redução de salários e verbas e com os projetos conservadores que cerceiam a crítica e a dialógica dos processos de ensino/aprendizagem, por uma perspectiva subalternizante e alienadora”.

Analisa-se que a partir dos anos 2000, em consonância com os rumos do capitalismo, ergue-se uma atualização do conservadorismo até a ascensão do governo de Jair Messias Bolsonaro, junto à política neoliberal, ao fundamentalismo religioso, ao neofacismo e à militarização da sociedade. Dito isto, neste governo, iremos nos aprofundar em retrocessos

⁷⁵Nos governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), a refuncionalização avançou de forma clássica, com a privatização direta (venda de patrimônio público), a terceirização de serviços públicos e a retirada de direitos do funcionalismo, em especial a partir da hierarquização entre as categorias do serviço público. Já nos governos de conciliação de classe do PT, tanto com Lula (2003-2006 e 2007-2010) como com Dilma (2011-2014 e 2015-2016), a refuncionalização passou, de maneira mais intensa, por formas não clássicas, da qual são exemplos os fundos de pensão e de previdência complementar, a criação de empresas públicas não estatais como a EBSERH, a ampliação da terceirização no interior dos equipamentos públicos, a incorporação das organizações sociais na gestão das políticas públicas e a desvalorização dos servidores públicos pela não atualização dos planos de carreira e pela corrosão salarial diante da ausência de reajustes reais. (FARAGE, p.388)

como a negação da ciência, bem como a desvalorização do processo do conhecimento, com impacto direto na compreensão do papel das Universidades Públicas.

Segundo Farage (2021), o Projeto Reuni Digital, lançado pelo MEC em maio de 2021, por meio da Secretaria de Educação Superior (SESU), pretendeu, com a experiência do EAD, elevar a taxa bruta de matrícula para 50% e da taxa líquida para 33% de estudantes entre 18 a 24 anos, para atender às metas de acesso à educação superior previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, em defesa da modalidade em EAD:

O principal desafio está em descobrir meios para que os profissionais da área educacional, bem como técnico-acadêmicos, consigam compreender que a EaD é fundamental para que o país consiga ofertar cursos de nível superior com qualidade e que ela não seja apenas um formato desvinculado das ações atuais das IFES, mas que faça parte do cotidiano destas instituições, atendendo demandas locais e regionais, o que nos remete ao cumprimento das missões em cada âmbito por meio de amplo diálogo entre as universidades e demais setores da sociedade. (MINUTA REUNI DIGITAL, 2021, p. 10)

Para a gestão da proposta do Reuni Digital, almeja-se uma reestruturação das Universidades Públicas, por meio da criação de documentos, que orientam a institucionalização do ensino remoto com a criação de marcos regulatórios e administrativos. Nessa perspectiva, o EAD passaria a ser uma diretriz curricular comum nacional para cursos superiores totalmente visada para um novo método de ensino obrigatório. Dessa forma, a proposta do Reuni Digital não condiz com um ensino seguro, de qualidade e crítico, novamente uma direção aligeirada da educação em prol a formação acrítica e tecnicista [...] “ou seja, nos resultados esperados também se evidencia a perspectiva da educação mercadoria, ensaiada de forma contundente no período da pandemia e que será demandada como a alternativa diante dos cortes de verbas e de contrarreforma da educação superior.” (FARAGE, p.405)

Assim, não se espera aqui negar os benefícios das tecnologias, mas sim chamar a atenção para a sua aplicação e debate que se deve arrolar diante da complexidade que é formar pessoas para a atuação profissional, pela lógica da racionalidade instrumental, bem como as articulações da ideologia neoliberal, desde 1990, em tornar o ensino superior uma expansão de mercados, a redução da intervenção do Estado nas políticas sociais, o desfinanciamento e as parcerias público-privadas que colaboram para a privatização interior das universidades públicas.

Nessa perspectiva, a tendência das universidades é de adequação aos ditames do capital por via das políticas de austeridade, tais como: a redução do tempo de ensino/aprendizagem, cada vez menos a inclusão da classe trabalhadora, a focalização das políticas de permanência como por exemplo o projeto ‘Escola Sem Partido’ que pretende cercear os debates de gênero nas instituições, pois eles alegam que se trata de uma doutrinação para ideologia de gênero, bem como o Projeto de Lei 3262/2019 uma proposta de ‘educação domiciliar (*homeschooling*)’ que descriminaliza a educação domiciliar, a intervenção do Governo Federal nas instituições públicas como as Universidades que recupera umas das práticas da ditadura militar, a exemplo da retirada da democracia para a escolha de reitores e reitoras, bem como o projeto das escolas municipais se tornarem escolas cívico-militares/PECIM instituído pelo Decreto 10.004, de 5 de setembro de 2019 pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, o projeto de contrarreforma administrativa (PEC 32/2020)’ que apresentou, neste momento pandêmico, um ensaio da contrarreforma da educação por vias do ensino remoto. Para mais, é notório o aumento da onda conservadora pautada em *fake news*, medo e ódio que cerceia os debates do cotidiano, da criminalização das lutas sociais em defesa de uma educação pública, gratuita e laica.

É assim, em meio ao agravamento da conjuntura, que o governo federal, aproveitando-se da pandemia, que limita os atos e movimentos de rua e, portanto, a possibilidade de resistência da comunidade acadêmica e que defende o isolamento social, lança mão do ensino remoto emergencial, como uma estratégia para buscar a ‘naturalização’ da educação mediada pela tecnologia. Essa estratégia não pode ser considerada nova, mas certamente é ainda mais rebaixada do que a proposta da educação terciária do Banco Mundial e demais organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Unesco. (FARAGE, 2020, p. 53).

Portanto, a combinação das contrarreformas nas políticas de ensino superior junto às orientações dos organismos internacionais, irá acarretar no esvaziamento do modelo de Universidade Pública como, por exemplo, substituindo professores por tutores, alterando currículos entre outros fatores, bem como a destituição do debate crítico acadêmico voltado aos povos historicamente oprimidos, inviabilizando negros e negras, pessoas da comunidade *LGBTQIA+*, indígenas, pessoas com deficiência entre outros. Sendo assim, é necessário valorizar a importância do ERE para viabilizar o ensino a distância como um modelo emergencial, tendo como prioridade preservar o ensino presencial, pois só nele podemos construir trincheiras de luta coletiva.

Apesar de todos os debates sobre as diferenças entre o ensino remoto e o ensino à distância, os fios de conexão entre os dois formatos convergem bem mais do que divergem, pois o ensino remoto lança mão à consolidação do que já estava presente e em curso no país, ou seja, a tendência do ensino à distância, atentando que o ensino à distância é um projeto do capital, sendo receitado pelos organismos internacionais e multilaterais, à vista, sobretudo, do Banco Mundial, da Unesco e da OMC, dessa forma: “implementados pelos governos nacionais para a educação dos países da periferia do capital” (MELIM et al. 2021, p. 201). Para as autoras parafraseadas, o ensino remoto, durante a pandemia, foi apresentado como resposta pragmática excludente. Nesse ínterim:

Na realidade brasileira, podemos localizar a institucionalização e a expansão do ensino de graduação à distância a partir do processo histórico que ensejou na contrarreforma do Estado num cenário marcado pela mundialização, financeirização do capital e pela reestruturação produtiva. Dessa maneira, a defesa do ensino à distância se associa diretamente com a dinâmica atual do capital em crise que necessita expandir seus mercados, e, na particularidade brasileira, se adensa a redução do Estado na execução das políticas sociais, ao desfinanciamento e às parcerias público-privadas, impulsionando a privatização no interior das universidades públicas, o aprofundamento do empresariamento da educação superior e a lógica dominante de aligeiramento e massificação da formação. Esses processos atravessaram os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC - 1994-2002), bem como os governos petistas (Lula e Dilma, 2003-2016), que inclusive diversificaram e consolidaram o ensino de graduação à distância em todo país, projeto que seguiu no governo Temer (2016-2018) e, atualmente, com Bolsonaro (2019-atual) (MELIM et al. 2021, p. 201).

Os documentos publicados por esses organismos multilaterais têm a falsa pretensão de “democratizar” o ensino superior, mas a receita para os que eles chamam de “crise do ensino superior”, está pautada, por exemplo, na não priorização as características de uma instituição universitária, mas sim terciária ou pós-secundária (2021, p.202)⁷⁶.

No Brasil, até meados da década de 1990, a modalidade do ensino à distância era utilizada em cursos profissionalizantes e de complementação de estudos, com a ampliação da internet iniciou-se toda uma política nacional de educação superior à distância, além do que, essa modalidade de ensino vai se estruturando a partir dos intensos processos de sucateamento e de desfinanciamento da educação superior, e sendo assim, “concedendo ao EaD lugar de destaque no palco do triste espetáculo” (MELIM et al. 2021, p. 205). Para mais:

⁷⁶Segundo o Banco Mundial, qualquer curso pós-médio, curso de curta duração ou mesmo cursos à distância podem ser denominados como educação terciária (2021, p. 224).

Um marco fundamental para sua institucionalização foi, em 1996, a criação da Secretaria de Educação à Distância (SEED/MEC) e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com o Art. 80 formulado para incentivar ‘o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada’ (2021, p. 205).

Além disso, as autoras acentuam que o Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a modalidade de ensino à distância seja organizada segundo metodologia, precisando, ainda, dispor de estrutura em termos tecnológicos, previsão de momentos presenciais para avaliação dos/as estudantes, além disso, precisam dispor, para que os cursos possam ser reconhecidos pelo Ministério da Educação, de “polos presenciais, treinamento de professores para uso dos recursos, tutores que auxiliam no processo de aprendizagem, instalações físicas e infraestrutura tecnológica de suporte e atendimento remoto para estudantes e professores” (MELIM et al. 2021, p.207).

No caso da pandemia do coronavírus, e do fato de que o ensino remoto, diferentemente do ensino à distância, não havia regulamentação, Melim et al. 2021, p. 201, lançam mão da hipótese de que não há uma ausência de regulamentação do ensino remoto, mas sim uma regulamentação que define uma flexibilização, pois se pode observar inúmeras resoluções, orientações e instruções publicadas pelo Governo Federal, Ministério da Educação e Conselho Nacional da Educação, isto é,

todo um respaldo jurídico-normativo para a flexibilização do ensino quase que completa do processo de ensino e aprendizagem e dos quesitos didático-pedagógicos, situação que tem provocado impactos tanto no trabalho docente, quanto na formação profissional dos/as estudantes. Nossa hipótese é que estamos vivendo o momento mais adverso para a educação superior pública no Brasil, tendo o ensino remoto conectado ao projeto de consolidação do ensino à distância, como expressão mais amadurecida da precarização da formação em nível superior da força de trabalho. O crescimento do ensino à distância e a implementação do ensino remoto em praticamente todas as instituições durante a pandemia, acontecem no mesmo lapso temporal em que se processa o aumento do desemprego e a consolidação de um mercado de trabalho marcado por processos de intensa precarização. Uma formação flexibilizada será perfeita para um mercado de trabalho cada vez mais flexível e sem direitos ((MELIM et al. 2021, p. 208).

Pensando com Paulo Freire, ressaltamos que “não se trata de nenhuma arrancada falsamente humanista de negação da tecnologia⁷⁷, nem sua divinização nem sua diabolização, mas espreitando o momento histórico de forma criticamente curiosa, percebemos que o ensino remoto cumpre um papel de intensa propagação do ensino “bancário”, pois o ato de ensinar e aprender é complexo, e com isso: “tempos da excepcionalidade devido a pandemia, observamos que a formação em nível superior foi reduzida à concepção mais diminutiva de ensino - ao repasse de informações sob domínio dos/as docentes para os/as estudantes” (MELIM et al. 2021, p. 208). Ainda caminhando nas palavras de Freire (2019, p. 28).

É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no ‘tratamento’ do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores e inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo a experiência de produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos”.

Além da portaria Nº 343, revogada pela Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, que “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020” (BRASIL, 2020), destaca-se:

1) A Portaria nº 356 de 20 de março de 2020 (MEC): que autoriza os/as alunos/as regularmente matriculados nos dois últimos anos do curso de medicina, e do último ano dos cursos de enfermagem, farmácia e fisioterapia do sistema federal de ensino, definidos no art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, em caráter excepcional, a possibilidade de realizar o estágio curricular obrigatório em unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, rede hospitalar e comunidades a serem especificadas pelo Ministério da Saúde, enquanto durar a situação de emergência de saúde pública decorrente do Covid-19. 2) A Medida Provisória nº 934 de 1º de abril de 2020 (Presidência da República): tal Medida retirou a

⁷⁷Ao falarmos sobre tecnologia, é preciso que se diga, também, que a tecnologia não é neutra, e num momento histórico de imensa flexibilização, ela é supervalorizada e fetichizada como a grande solucionadora dos dilemas e complexidades dos problemas da totalidade do mundo. Á exemplo, quando falamos do ensino remoto nas instituições de ensino federais brasileiras, lembremos de todo uso do aparato tecnológico de grandes empresas capitalista, ou seja, Google, Microsoft, pensando na ocorrência e incidência da vigilância de professores, alunos, técnicos administrativos, além de inúmeros dados da classe trabalhadora a essas empresas. De acordo Melim et al. “Uma iniciativa de acadêmicos/as e organizações sociais chamada “Educação Viglada” tem analisado o avanço da lógica de monetização de grandes empresas intituladas pelo acrônimo GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft) sobre a educação pública brasileira” (2021, p. 216).

obrigatoriedade de cumprimento de 200 dias letivos no ensino fundamental e superior. Todavia, não houve nenhuma movimentação do Ministério da Educação para também alterar a exigência legal das 800 horas/aulas. Vejam, a manutenção das 800 horas/aulas possibilita que essas horas sejam realizadas de forma virtual. Sendo assim, seriam registradas e computadas como horas letivas.

A Portaria nº 572 de 1º de julho de 2020 (MEC) instituiu o protocolo de biossegurança para o retorno das atividades presenciais nas instituições federais de ensino superior bem como definiu parâmetros para o alcance de tais metas prezando pela segurança de alunos, professores e servidores. A Lei nº 14.040 de 18 de agosto de 2020 estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Além disso, há o Parecer nº 15 de 6 de outubro de 2020 (CNE): que estabelece diretrizes nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040/2020; A Instrução Normativa nº 109 de 03 de novembro de 2020 (Ministério da Economia): que definiu orientações para o retorno gradual e seguro ao trabalho presencial; Portaria nº 1.038 de 7 de dezembro de 2020 (MEC): que alterou a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus, e a Portaria MEC nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus. (MELIM; MORAES, 2021, p. 208-209).

O ensino remoto foi implementado nas universidades públicas brasileiras passando por cima de debates e das condições concretas de vida de docentes, discentes e técnicos administrativos. De acordo com Carolina Picchetti (2020), precisamos nos perguntar: a quem interessa o ensino remoto? Quais as condições para ocorrer de fato processos de ensino e aprendizagem em meio a uma pandemia, com milhares de mortes e enlutados? Além disso, toda a sobrecarga, sobretudo no que diz respeito às mulheres, que são as que fazem grande parte do trabalho doméstico e de cuidado, a falta de infraestrutura, o acesso à internet desigual, a linha invisível entre tempo de trabalho e tempo de descanso, “a quantidade de horas na frente da tela do computador e sentados/as, a sensação de solidão na sala *online* com estudantes de câmeras fechadas e em silêncio, a falta de estímulo e perspectiva de futuro são alguns dos percalços que o ensino remoto implicou” (MELIM et al. 2021, p. 214).

O ensino remoto foi naturalizado, durante a pandemia, como a única solução e saída possível, e a campanha do “O Brasil não pode parar” atingiu, também, as instituições públicas

de ensino superior. As autoras levantam outra hipótese de que o ensino remoto foi um vetor acelerador da efetivação de um projeto de apagamento dos professores, pois muitas das vezes os professores são vistos pelo capital como obstáculo na contrarreforma dos diferentes níveis de ensino.

Para os vilipendiadores dos direitos sociais e dos defensores do “capital humano”, a educação se pauta reduzidamente e unicamente na formação de “indivíduos” dóceis e eficientes para a sociabilidade burguesa e, com isso, o que irá servir são as avaliações, os resultados, bônus e gratificações por desempenho, gerenciamento empresarial e flexibilização dos currículos, e não professores e alunos pautados em uma práxis transformadora, se constituindo, assim, como sujeitos históricos. A desvalorização do professor(a) se dá, ainda, na perspectiva da supervalorização das metodologias ativas, ou então, dos vídeos e exercícios práticos em detrimento dos conteúdos e da teoria, um projeto do capital, diga-se de passagem, para os primeiros anos da infância até o ensino superior (MELIM et al, 2020, p. 212).

A hipervalorização e o fetiche da tecnologia, os quais abordamos anteriormente, se trata da constante tentativa de substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, isto é, a substituição dos trabalhadores por máquinas. E isso pode ser observado pela demissão em massa de professores durante a pandemia de todos os níveis de ensino, estatísticas de demissões sem precedentes no Brasil, à exemplo da Universidade Nove de Julho (Uninove)⁷⁸, sediada em São Paulo, que realizou uma demissão em massa de mais de 300 professores, e os professores só ficaram sabendo da demissão através de um aviso de *pop-up*, ao acessar o sistema de aulas. Ao menos 200 professores foram demitidos da universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul), outros 90 professores foram demitidos de instituições controladas pelo grupo Laureate – FMU, FIAM, FAAM e Anhebi-Morumbi.

Vários outros relatos encontrados vão no sentido de que um número cada vez menor de professores precisa ‘atender’ um número cada vez maior de alunos, isto é, salas virtuais lotadas, chegando a ter aulas com mais de 400 estudantes simultaneamente⁷⁹, além da redução da carga horária e, conseqüentemente, dos salários. Professores cuja remuneração é ‘hora/aula’, sentiram um impacto financeiro grande, muita precarização das vidas desses

⁷⁸Segundo os estudantes da instituição, no lugar das aulas de seus professores, estão sendo ministradas palestras motivacionais. A instituição fechou até mesmo a caixa de diálogos das *lives* promovidas para evitar críticas ou comentários por parte dos mesmos. As demissões tiveram bastante repercussão nas redes sociais e os estudantes da instituição criaram um abaixo-assinado pedindo o retorno de seus professores (CLARA FERNANDEZ, 2020). Disponível em: Uninove demite mais de 300 professores via pop-up-Universidade à Esquerda (universidadeaesquerda.com.br)

⁷⁹Disponível em: De olho no lucro, universidades demitem em massa professores e lotam salas virtuais - CUT - Central Única dos Trabalhadores

docentes, não conseguindo pagar as contas e enfrentando necessidades. Destarte, muitas instituições privadas demitiram os antigos professores para contratar novos professores com salários mais baixos⁸⁰.

⁸⁰Os empresários têm respondido a isto ameaçando ainda mais demissões e tratando a reivindicação como “irresponsável”. É isto o que tem respondido o diretor-executivo de um dos principais organismos de atuação política dos empresários, o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp). Rodrigo Capelato tem afirmado ainda que as demissões ocorridas durante a pandemia foram uma “precaução” (José Braga, 2020). Disponível em: Professores são demitidos de universidades privadas em plena pandemia - Universidade à Esquerda (universidadeaesquerda.com.br)

CONCLUSÃO

Como vimos, as políticas sociais passaram por uma intensa generalização após os eventos da Segunda Guerra Mundial e no chamado 30 anos gloriosos, na fase madura do capitalismo monopolista. Observando-as pelo viés histórico-crítico, é importante a análise das políticas sociais, pois elas se apresentam como umas das formas de aumento do potencial de lucratividade do capital, ao proporcionar as mínimas garantias da reprodução social, e gerar, inclusive, a conformação da classe trabalhadora.

Cabe aqui reiterar que a sua existência deve ser entendida e explicada à luz do binômio concessão e conquista, em um contexto de luta de classes. Como detalhado anteriormente, as primeiras formas de intervenções estatais na sociedade foram os seguros sociais de Bismarck, que se caracterizaram pelas primeiras formas de seguros aos trabalhadores, de forma não universal e, em seguida, o Welfare State, que durante o período dos 30 anos gloriosos configurou-se como umas das formas mais avançadas em países do capitalismo central.

No que tange ao Brasil contemporâneo, sabemos que não tivemos um Estado de Bem-Estar Social e que a classe trabalhadora, depois de conquistar importantes direitos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, torna-se alvo de uma política neoliberal que ganha forma e expressão no governo Collor de Melo, que adota conscientemente uma política neoliberal ortodoxa sob a batuta do FMI e Banco Mundial. A partir de então, a classe trabalhadora passou a conviver com um cenário de ajuste fiscal permanente, ou seja, maior exploração da classe trabalhadora e uma diminuição gradual dos direitos sociais, tendo em vista a redução permanente dos recursos obrigatórios do Estado com as políticas sociais.

Apesar dos antecedentes do governo Fernando Collor de Mello, foi possível constatar que a ofensiva neoliberal foi aprofundada no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), através do cumprimento das diretrizes dos organismos multilaterais delineadas no Consenso original, ou seja, no Consenso de Washington. Este governo ficou marcado pela privatização das empresas estatais, entregando nas mãos da iniciativa privada a renda, riqueza e o patrimônio público em detrimento do bem-estar social da população. Além disso, FHC promoveu o chamado “Plano Diretor da Reforma do Estado”, caracterizado pela contrarreforma do Estado e pela demonização do que é público, valorizando o capital externo, implementando, assim, uma política monetarista, aprofundando o desemprego e ocasionando o desequilíbrio da balança comercial. Como observa Leite (2015), a “abordagem” da ortodoxia convencional centrava-se nas reformas para reduzir o Estado e fortalecer o mercado, papel mínimo para o Estado no investimento e na política industrial, garantia de

propriedade e contratos, sem prioridades setoriais: o mercado resolveria, financiamento de investimento com poupança externa, abertura de conta de capitais e o não controle do câmbio.

Outras medidas desse governo foram o fortalecimento das agências executivas e das organizações sociais, desembocando na regulamentação do Terceiro Setor, defendendo a execução das políticas sociais pelos órgãos privados, desestimulando a ação do setor público. Proporcionou a extinção do Conselho Federal de Educação (CFE) e criou em substituição o Conselho Nacional de Educação (CNE). Com isto, acelerou e facilitou o reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições privadas.

A área da educação, especificamente a educação superior, foi tratada como um serviço não estatal, houve a diminuição do financiamento para as Universidades, a mudança do papel do Estado, de financiador para regulador, privatizações, incentivo das parcerias público-privadas e do ensino à distância, tais medidas compunham o mosaico da contrarreforma da educação superior. Houve, ainda, a alocação de verbas públicas para a iniciativa privada por meio do Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES), bem como, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em seu artigo 45, que foi um marco para a diversificação e flexibilização das instituições de ensino superior, juntamente com a regulamentação advindas dos decretos nº 2.207/97, 2.306/97 e 3.860/01.

Seguindo uma cronologia, vimos que no governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi dada continuidade à política macroeconômica de FHC, em sua primeira gestão, executando uma minirreforma tributária elevando a receita da União e a Reforma da Previdência com o intuito de estabilizar o déficit do regime previdenciário dos servidores públicos e isso foi desfavorável para as políticas sociais, pois se acumulou riquezas reverberando no monopólio da terra e do aumento dos fundos privados de pensão. Além do mais, neste governo, foram autorizadas as políticas de liberação para os transgênicos, bem como a formação de superávit primário, fortalecendo as políticas neoliberais. Em contraposição, foram estruturados alguns programas sociais, de cunho social-liberal, como o Bolsa Família e o Fome Zero. Mas apesar disto, não houve muitos ganhos para a classe trabalhadora. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva também incentivou a expansão de micro e pequenas empresas e o trabalho autônomo, com vista à geração alternativa de trabalho e renda. Não podemos negar os avanços e melhorias neste governo, mas, por outro lado, o capital estrangeiro obteve mais lucros que os ganhos da classe trabalhadora.

Vale destacar que, para a educação, o setor privado foi beneficiado através de políticas e de programas de transferência de recursos públicos para as instituições privadas. Um exemplo claro foram as privatizações clássicas e não clássicas, citadas por Eblin Farage

(2021), das instituições públicas e a expansão dos programas como a expansão das Universidades e Institutos Federais, PROUNI, FIES, entre outros. Para tanto, foram efetivadas algumas medidas que fomentaram a reestruturação e a expansão precarizadas das instituições públicas que reverberaram no fortalecimento do setor privado, tais como o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES (Lei 10.861/04); a Lei dos incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo (Lei 10.973/04); as Parcerias Público Privada (PPP), no âmbito da administração pública (Lei 10.973/04); o Programa Universidade Para Todos – PROUNI (Lei 11.096/05).

Na segunda gestão do governo Lula (2006-2010), ocorreu a Criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB (Decreto nº. 5.800/2006) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto nº 6.069/2007). Verifica-se que, já em 2004, houve a publicação da Portaria nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004, permitindo a modalidade de educação à distância nos cursos regulares bem como, no ano seguinte, o Decreto Presidencial de nº 5.622, que abriu a educação à distância para o capital estrangeiro fortalecendo ainda mais a mercantilização da educação.

Já no Governo de Dilma Rousseff, houve a intensificação da focalização das políticas sociais, a exemplo do seu “Plano Brasil Sem Miséria”, que rebaixou os critérios de definição da pobreza no Brasil de acordo com a definição de pobreza pela Organização das Nações Unidas (ONU), bem como, realizou uma mini contrarreforma da previdência, no ano de 2015, atingindo as pensões e os seguros desempregos.

O Governo de Michel Temer executou o programa intitulado *Uma Ponte para o Futuro*, lançado em outubro de 2015. No documento, já era possível enxergar os delineamentos do golpe de Estado contra Dilma Rousseff. Neste governo, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 95 (EC 95), que congelou os gastos públicos em 20 anos, bem como a Emenda Constitucional nº 93, que prorroga a desvinculação de receitas da União e estabelece a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Assim, se vislumbra o enxugamento dos gastos com políticas públicas a exemplo das políticas de educação, saúde e de previdência social.

Ainda, foi possível percebermos neste estudo, que o Governo Bolsonaro desencadeou uma ofensiva conservadora, econômica, social e cultural, dividindo o país em duas faces de uma moeda, aplicando os velhos preceitos do americanismo no Brasil⁸¹, que desconsidera os

⁸¹Outra característica própria ao neofascismo brasileiro é que, apesar de sua retórica ultranacionalista e patrioteira, ele é completamente subordinado ao imperialismo americano, do ponto de vista econômico, diplomático, político e militar”, o que se expressa, entre outras tantas ações, na proposta do governo Bolsonaro

níveis sociais e a história de dependência dos países da América Latina forçando, ainda mais, a acumulação de capital para o exterior. Na fase de calamidade pública da pandemia de COVID-19, a liberação do auxílio emergencial só foi possível diante da pressão e das fortes críticas da classe trabalhadora e da oposição ao governo Bolsonaro no Congresso Federal, apesar desse movimento de reivindicações, o valor aprovado foi abaixo do salário mínimo. Outro fator importante é que 52% dos recursos do financiamento do auxílio emergencial vieram de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, isto é, geração de mais dívida pública e, conseqüentemente, mais ajustes fiscais precarizando as políticas de assistência à população.

No cenário da educação, o governo ultraneoliberal, ultraconservador de Jair Messias Bolsonaro, fazia duras críticas aos professores e alunos das universidades públicas, aos partidos de esquerda e aos movimentos sociais. Observamos que na educação, antes mesmo de Bolsonaro assumir a presidência da república, tinha como preceitos para o ensino superior, partindo do seu programa de Governo nas eleições do ano de 2018, propostas guiadas por alguns eixos, tais como: o empreendedorismo, que enxergava as universidades brasileiras como peça chave de produção de conhecimento inteiramente voltado e vinculado ao sistema capitalista, em seu momento atual, ou seja, de novo ajuste fiscal, de ultraneoliberalismo, advogando, assim, uma perspectiva de universidade instrumental e tecnicista.

Outros eixos inseridos no Programa de Governo são: Controle de Conteúdo, atacando qualquer conhecimento crítico que questione a ordem vigente; No eixo denominado Verbas e Organização Educacional, o programa questiona o porquê as Universidades Federais brasileiras recebem mais verbas do que a educação básica, entretanto, o plano nada faz do que mascarar e mistificar a situação de todo o sistema educacional público brasileiro, como se as universidades não estivessem vinculadas às outras esferas de ensino e, para mais, como se as universidades brasileiras não passassem por todo um processo de sucateamento.

Destarte, vários documentos legislativos produzidos durante o Governo Bolsonaro versam sobre a autonomia universitária, mais especificamente, sobre o ataque à autonomia universitária, violando os Artigos 5, 37 e 207 da Constituição Federal, a exemplo do Decreto 9.794/19, como também a MP nº 914/19. Em diversas instituições federais, Bolsonaro escolheu o candidato menos votado da lista tríplice. Em alguns casos, observou-se que Bolsonaro nomeou reitores *pró-tempore*, ou seja, que sequer tinham concorrido nas eleições.

para as Universidades brasileiras, denominado FUTURE-SE. (FARAGE, 2021. p.392. apud LÖWY, 2020, online)

Assim, como salientamos anteriormente, o governo Bolsonaro seguiu com a adoção de medidas que desestruturaram a organização, o funcionamento e a autonomia das Universidades e Institutos Federais. Os documentos legislativos citados estavam vis-à-vis com o programa Future-se. Sendo assim, o “Future-se” (Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras), lançado em 17 de julho de 2019, foi apresentado para os reitores de forma sorrateira e por debaixo dos panos, propondo a autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior e Institutos Federais, tendo como objetivo instituir um choque de neoliberalismo nas universidades. Com isso, o programa pauta a mistificação da ideologia dominante de que existe uma forte demanda por inovação por parte das empresas, acarretando, com isso, recursos para as universidades. Vale lembrar que o projeto se estrutura em três eixos: 1) gestão, governança e empreendedorismo; 2) pesquisa e inovação; e 3) internacionalização.

Para mais, a primeira versão do future-se necessitava a alteração de 17 leis, entretanto, seja na primeira versão, bem como nas demais que explicitamos ao longo do trabalho, o projeto pautava-se claramente na reestruturação do setor público do ensino superior a partir de parcerias com as organizações sociais (OS) e os fundos de investimentos, tornando a educação puramente uma mercadoria, ademais, o projeto visa o estímulo ao professor e ao aluno “empreendedor” e, com isso, mais uma tentativa de golpear o tripé ensino-pesquisa-extensão e a autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial das universidades, tornando apenas letra morta o artigo 207 da Constituição Federal.

O *Future-se* visa o retorno da invisibilidade de povos e populações como: negros, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, a comunidade LGBTQIA+. Trata-se, portanto, de um projeto de sociedade e de educação machista, racista, dos ditames do capital, da contrarreforma do Estado e de todo processo de precarização de vida da classe trabalhadora que, portanto, não pode ser entendido no vácuo, é preciso entendê-lo a partir da crise internacional do capital e da recuperação de suas taxas de lucros.

Desde o plano de governo de Jair Messias Bolsonaro, observamos a valorização da Educação à distância (EAD), na perspectiva de baratear a educação presencial e, também, do monitoramento das aulas, considerando como uma medida que fortalece o combate ao chamado “marxismo cultural”. Durante a pandemia, houve um aprofundamento da austeridade e do ajuste fiscal permanente, ou seja, das desigualdades sociais que já estavam postas antes da pandemia de Covid-19, mas que se acentuaram. A implantação do Ensino

Remoto Emergencial (ERE) não se deu com tranquilidade, houve uma notória mobilização entre professores e discentes que já alertavam sobre as consequências desta modalidade.

Como salientamos, até meados da década de 1990, a modalidade do ensino à distância era utilizada em cursos profissionalizantes e de complementação de estudos, entretanto, com a falsa pretensão de "democratizar" o acesso ao ensino superior, iniciou-se toda uma política nacional de educação superior à distância. Com isso, essa modalidade de ensino vai se estruturando a partir dos intensos processos de sucateamento e de desfinanciamento do ensino superior público. Com o esvaziamento do ensino superior público e do modelo de Universidade estatal, laica e referenciada, tem-se, também, a substituição de professores por "tutores", alteração de currículos, a não realização de concursos públicos, a destituição do debate crítico acadêmico voltado aos povos historicamente oprimidos.

O ensino remoto foi naturalizado, durante a pandemia, como a única solução e saída possível. Apesar de todos os debates sobre as diferenças entre o ensino remoto e o ensino à distância, os fios de conexão entre os dois formatos convergem bem mais do que divergem, pois o ensino remoto lança mão à consolidação do que já estava presente e em curso no país, ou seja, a tendência do ensino à distância, atentando que o ensino à distância é um projeto do capital, sendo receitado pelos organismos internacionais e multilaterais, à vista, sobretudo, do Banco Mundial e da Unesco. Além disso, o ensino remoto foi um vetor acelerador da efetivação de um projeto de apagamento dos professores, pois muitas das vezes os professores são vistos pelo capital como obstáculo na contrarreforma dos diferentes níveis de ensino.

Pontuamos que, no caso da pandemia do coronavírus, dos argumentos postos de que o ensino remoto, diferentemente do ensino à distância, não havia regulamentação, percebemos que não há uma ausência de regulamentação do ensino remoto, mas sim, uma regulamentação que define uma flexibilização, pois se pode observar inúmeras resoluções, orientações e instruções publicadas pelo Governo Federal, Ministério da Educação e Conselho Nacional da Educação, tais como: portaria nº 343, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus; a Medida Provisória nº 934 de 1º de abril de 2020 (Presidência da República) que retirou a obrigatoriedade do cumprimento de 200 dias letivos no ensino fundamental e superior; a Instrução Normativa nº 109 de 03 de novembro de 2020 (Ministério da Economia), que definiu orientações para o retorno gradual e seguro ao trabalho presencial.

De acordo com Leher (2019), as afirmações de que as divisões de classe e as lutas de classes são coisas de um passado remoto, tornaram-se senso comum, incorporando-se, acriticamente, pelo campo científico. Em suas palavras: "Em certos círculos acadêmicos a

conexão à luta de classes e educação é um tema há muito armazenado no porão do ‘museu de antiguidades ideológicas’” (p. 21). Entretanto, a área da educação caracteriza-se como uma arena, um palco de lutas entre projetos de educação antagônicos, atrelados a projetos de sociedade antagônicos, é neste sentido que compreendemos que ela faz parte do campo estratégico das disputas do fundo público.

Apesar do entendimento de que a política social, especialmente as políticas educacionais, não irá resolver a desigualdade no capitalismo, a luta por uma concepção de política social universalista, com ampla cobertura e que seja capaz efetivamente de disputar o fundo público, torna-se uma mediação imprescindível para a classe trabalhadora. Assim, a política social é importante no tensionamento e na disputa do fundo público, pois há uma transferência de recursos da classe trabalhadora para o capital. Uma parte desses recursos que são extraídos da classe trabalhadora volta para segmentos da própria classe na forma das políticas sociais e da reprodução da força de trabalho, mas outra parte, por sinal muito significativa, irá pagar juros e encargos e amortizações da dívida pública, como aponta Behring (2021).

Assim, constatamos neste estudo que a tendência da política de educação superior brasileira, no contexto do ultraneoliberalismo, é de subsunção à lógica financeira do grande capital⁸², sendo submetida a um processo de precarização e mercantilização, com vista a uma educação elitista e excludente, que visa atender a uma parte da população que pode arcar com mensalidades, materiais de estudos, dentre outros. Por outro lado, busca baratear o ensino por meio da abertura da educação para o EAD, fenômeno histórico com consequências e efeitos que potencializam a desigualdade social. Nesta perspectiva, as grandes empresas privadas vêm investindo para o crescimento e expansão dos cursos de ensino à distância, com o objetivo de reduzir os custos e a aferição de lucros. Essa educação pela via do mercado se gesta por meio da desqualificação de conteúdos, redução de investimentos em todos os âmbitos da educação, na intensificação do trabalho docente e na má qualidade da formação.

Nesta perspectiva, os novos e consolidados investimentos das empresas internacionais, que cada vez mais se fortalecem em solo brasileiro, com o incentivo aos investimentos em instituições privadas de ensino, bem como a lógica de uma educação tecnicista que apenas

⁸²Podemos observar que o maior grupo de educação superior privada do país, com mais de mil polos de EaD em 700 municípios e uma “carteira” que ultrapassa 1 milhão de alunos, a *holding* mineira Yduqs anunciou em um comunicado aos acionistas, no começo de novembro, o resultado do terceiro trimestre: lucro líquido de 72,8 milhões. O grupo revelou que dispõe de R\$ 2 bilhões em caixa para aquisições de ativos de outras instituições para incrementar o seu ensino virtual e presencial. “Tem uma fila de pessoas oferecendo negócios, já que o momento de dificuldade é grande. Há muita coisa boa aparecendo”, afirma Eduardo Parente, CEO da companhia. Para mais, acesso em: [A expansão desenfreada do setor mercantilista de educação - Extra Classe](#)

visa qualificar profissionais exclusivamente para o mercado de trabalho, contrapõem-se ao tripé ensino-pesquisa e extensão e utiliza-se de um viés ideológico para pacificar a classe trabalhadora reverberando, também, para o ensino médio e técnico fortalecendo a lógica do imediatismo de mercado. Para isto, o grande capital espera modificar cada vez mais as grades curriculares de ambas as áreas educacionais, consolidando a tendência de expansão do setor privado-mercantil na área da educação.

Vale destacar que “[...] os efeitos do projeto do capital aparecem como desconexos, mas representam o conjunto das ações impostas para a educação superior com o objetivo de transformá-la em mercadoria” (FILHO, 2019, p.35). Para mais, com a ascensão do governo Bolsonaro, pudemos observar a sua urgência em submeter a educação a uma "modernização" cujo significado é um alinhamento internacional das políticas de educação superior, aos ditames dos sujeitos políticos do capital, a saber: Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em uma conjuntura neoliberal ortodoxa, as universidades brasileiras já vinham, ano após ano, tendo perdas no seu orçamento, por meio de contingenciamentos e cortes de recursos, e isso resultou na diminuição de concursos públicos, no aumento de contratações esporádicas que, de fato, não garantem uma carreira profissional e estável para os trabalhadores da educação. Também contribuiu para as paralisações do ensino devido à falta de salários compatíveis com as funções desenvolvidas pelos profissionais e a redução do suporte à permanência dos alunos, por meio das políticas de permanência.

Dessa forma, a tendência e o olhar da sociedade diante dessa fragilização do que é público foi e é duramente criticada. Diante disto, a intensificação e expansão do ensino privado por meio de fusões entre grandes empresas do ramo da educação e a modalidade de ensino a distância (EAD) cooperou para o enfraquecimento das universidades públicas. Dessa forma, como pudemos observar, os resultados dessa expansão do setor privado foi de precarização da classe trabalhadora, em especial os professores⁸³, que tiveram sua carga-horária de trabalho aumentada, rebaixamentos de salários e tendo que optar por mais jornadas de trabalho para complementar a sua renda. Por outro lado, as demais parcelas de profissionais estão fora do mercado de trabalho devido a essa tendência à precarização do ensino.

⁸³Na pandemia de Covid-19, observamos as demissões em massa de professores, no que se refere ao ensino superior, temos o exemplo da universidade 9 de julho, que realizou uma demissão em massa de mais de 300 professores, outros 90 professores foram demitidos de instituições controladas pelo grupo Laureate-FMU, FIAM, FAAM E Anhembi-Morumbi, como citamos no capítulo 3.3.

Nesse ínterim, fica claro a intencionalidade pelo investimento do fundo público na educação privada, à vista dos programas de incentivo às bolsas de estudos nas instituições privadas, tal como o PROUNI e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que proporcionam uma falsa conquista de direito para parcela de estudantes sem condições para arcar com sua profissionalização, em detrimento a um projeto de universidade pública, 100% estatal, laica e socialmente referenciada. Assim, pois, no governo de Jair Messias Bolsonaro ficaram visíveis os esforços para o sucateamento das instituições públicas e a abertura de espaços aos discursos de empreendedorismo nas instituições, tendo como pano de fundo ataques explícitos às universidades públicas federais consideradas pelo ministro da educação Abraham Weintraub como “lugar de Balbúrdia” e que a saída da educação estaria na iniciativa privada. No entanto, devemos enfatizar a grande contribuição das instituições públicas como o maior órgão de pesquisa e inovação de ciências e tecnologias, que contribui para o avanço de uma sociedade alinhada às necessidades das pessoas junto ao meio ambiente, medindo impactos ao longo prazo da ação humana sobre a natureza, que contribui para a sustentabilidade e a vida, cuidado este que na grande maioria da lógica capitalista não se medem e acabam por contribuir para as maiores catástrofes locais e mundiais já vistas em nossos tempos.

Assim, no cenário conservador tem-se uma destruição de direitos sociais, de sucateamento de Instituições Públicas, com ataques e censuras explícitas aos professores e estudantes em prol de um projeto “anti-doutrinação” implementado pela extrema direita, além da contrarreforma trabalhista, previdenciária e administrativa. Paralelo a isso, com a implementação do Programa "Future-se", surgiram debates sobre a cobrança de taxas e mensalidades nas Universidades Públicas, a fiscalização e diminuição dos concursos públicos, bem como a diminuição de investimentos na assistência estudantil E para o tripé ensino pesquisa e extensão só seriam aprovados e executados por meio de uma confirmação de retorno financeiro.

Esse tipo de projeto, por mais que se apresente sedutor para a sociedade, na verdade intenciona induzir professores e discentes à aderirem à lógica mercadológica, ao invés de priorizarem a produção de conhecimento, de novos saberes voltados à construção de uma nova sociedade pois, como ressalta a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES, em 2013, a resistência popular se caracteriza pela capacidade de garantir uma produção de conhecimento que seja inovadora e crítica, sendo respeitada a diversidade e o pluralismo, contribuindo efetivamente para a transformação da sociedade.

Nesse cenário, acima explicitado, o desafio é o fortalecimento da luta por uma educação superior como direito, sendo esta laica, gratuita, pública, de qualidade e socialmente referenciada. Neste horizonte, torna-se fundamental a organização e luta por meio dos movimentos das/os trabalhadoras/res da educação superior e do movimento estudantil universitário, em uma ampla frente de resistência contra as retiradas de direitos, precarização, desmonte e mercantilização da educação superior pública, decorrentes da ofensiva neoliberal, que ganha forma e expressão na década de 1990 e que se aprofunda no governo ultraneoliberal de Jair Messias Bolsonaro.

REFERÊNCIAS

- ACCARINI, André. **De olho no lucro, universidades demitem em massa professores e lotam salas virtuais**. CUT - Central Única dos Trabalhadores. 28 set. 2020. Disponível em: De olho no lucro, universidades demitem em massa professores e lotam salas virtuais - CUT - Central Única dos Trabalhadores. Acesso em: 03/01/2023.
- ACCORSI, Michela Ponzoni. **Atenção psicossocial no ambiente universitário: um estudo sobre a realidade dos estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 105 p., 2015.
- AFIUNE, Giulia. **Isolamento vertical se mostrou ineficaz e arriscado em outros países, diz médica da Fiocruz**. APública, 27 mar. 2020. Disponível em: Isolamento vertical se mostrou ineficaz e arriscado em outros países, diz médica da Fiocruz (apublica.org)
- ANDES. Dossiê: militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas Instituições Federais de Ensino. Brasília, 2021. Disponível em: ANDES-SN_Cartilha Militarização - PREVIEW.indd
- ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. (In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.). Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>
- ANTUNES, Ricardo; MOTA, Ana Elizabete. **Crise e Pandemia: Transformações no Trabalho e Desafios Profissionais**. Youtube, 19 de abril de 2021. Disponível em: Crise e Pandemia: Transformações no Trabalho e Desafios Profissionais - YouTube
- ARAÚJO, J. O. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no programa residência universitária alagoana**. 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial. Brasília, maio de 2021**. _____. Trabalho e Ensino Remoto Emergencial. Brasília, 2020.
- Agradecer é reconhecer que nada do que fizemos e conquistamos é um processo individual, mas fruto de uma coletividade. Por isso, agradecer se faz extremamente necessário, pois torna visíveis os sujeitos e as instituições que nutriram o sentimento de gratidão em nós.
- BEHRING, Elaine. **Fundamento de Política Social**. Pótere Social. Disponível em: Microsoft Word - ABEPSS_Coletanea Elaine behring.doc (poteresocial.com.br)
- BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. **Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: Impactos sobre o orçamento público e a política social**. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: LIVRO

POLÍTICAS SOCIAIS E ULTRANEOLIBERA | editoranavegando

BEHRING, Elaine Rossetti. **Ultraneoliberalismo e fundo público: Análise do orçamento das políticas sociais e do ajuste fiscal em tempos de pandemia. Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Paula-Vidal-7/publication/351496739_Neoliberalismo_trabajo_y_juventud_Una_critica_a_las_politicas_de_empleo_en_Chile/links/609ddc6392851cfdf32f5215/Neoliberalismo-trabajo-y-juventud-Una-critica-a-las-politicas-de-empleo-en-Chile.pdf#page=131

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social / Elaine Rossetti Behring.** – 1. ed. – São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Ajuste fiscal permanente, fundo público e política social no Brasil. IN: Fundo público, valor e política social / Elaine Rossetti Behring.** – 1. ed. – São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Emancipação, revolução permanente e política social. In: Fundo público, valor e política social / Elaine Rossetti Behring.** – 1. ed. – São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti & Boschetti, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** 9.ed. – São Paulo, 2011 – (Biblioteca Básica do Serviço Social;v.2).

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social [Livro Eletrônico]: fundamentos e história** – São Paulo: Cortez, 2017. – (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

BEHRING, Elaine Rossetti. **NEOLIBERALISMO, AJUSTE FISCAL PERMANENTE E CONTRARREFORMAS NO BRASIL DA REDEMOCRATIZAÇÃO** BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, Valor e Política Social.** Youtube, 26 de junho de 2021. Disponível em: [Fundo Público, Valor e Política Social - YouTube](#). Acesso em: 18 de junho.

BEZERRA, M. E.; ARAÚJO, W.; ANDRADE, P. S. **CRISE DO CAPITAL, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS: elementos para sua problematização.** JOINPP. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1014_1014612d2260bb2e4.pdf 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. **Curso Expro. de direitos e PS: Aula 2 Estado social capitalista, ajuste fiscal e expro. de direitos.** Youtube, 25 de abril de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vqtZhubN0Ws&ab_channel=IvaneteBoschetti

BOLSONARO, Jair Messias. **Bolsonaro e o Coronavírus.** Estadão. Youtube, 28 de fevereiro de 2021. Disponível em: [Bolsonaro e o coronavírus - YouTube](#)

BUSNELLO, Ronaldo. **Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas.** Revista Direito em Debate, v. 9, n. 14, p.25-45, 2000.

BRAGA, José. **Professores são demitidos de universidades privadas em plena pandemia.** Universidade à Esquerda. 31 jul. 2020. Disponível em: [Professores são demitidos de](#)

universidades privadas em plena pandemia - Universidade à Esquerda
(universidadeaesquerda.com.br) Acesso em 03/01/2023

BRAGA, José. Bolsonaro ataca novamente as universidades e o serviço público com a Medida Provisória 914/19 e o Decreto 10.185/19. Universidade à Esquerda. 30 dez. 2019. Disponível em: Bolsonaro ataca novamente as universidades e o serviço público com a Medida Provisória 914/19 e o Decreto 10.185/19 - Universidade à Esquerda (universidadeaesquerda.com.br)

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição PEC 123/1995 e seus apensados. Luiz Carlos Hauy (PP-PR). Câmara dos Deputados. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/14418>

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Planalto. Disponível em: L10172 (planalto.gov.br)

BRASIL. Sistema Universidade Aberta do Brasil. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Planalto. Disponível em: Decreto nº 5800 (planalto.gov.br)

BRASIL. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Decreto Nº 6.096, de 25 de abril de 2007. Planalto. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm#:~:text=1o%20Fica%20institu%C3%ADdo%20o,de%20recursos%20humanos%20existentes%20nas

BRASIL. Uma Ponte para o Futuro. Brasília, 29 de outubro de 2015. Fundação Ulysses Guimarães – PMDB. Disponível:
<https://conteudo.imguol.com.br/blogs/52/files/2015/11/PMDB-ponte-futuro-29out2015.pdf>

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 93, de 8 de Setembro de 2016. Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc93.htm

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Planalto. Disponível em: Emenda Constitucional nº 95 (planalto.gov.br)

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição PEC 206/2019. General Peternelli (PSL-SP). Câmara dos Deputados. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2231221>

BRASIL. PORTARIA Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020. Diário Oficial da União. Disponível em: PORTARIA Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020 - PORTARIA Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional (in.gov.br)

BRASIL247. Bolsonaro lança a campanha “O Brasil não pode parar”, que ameaça a vida de milhões de brasileiros. 27 mar. 2020. Disponível em: Bolsonaro lança a campanha "O Brasil não pode parar", que ameaça a vida de milhões de brasileiros - Brasil 247

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo Dependente, Neoliberalismo e Financeirização das Políticas Sociais no Brasil. Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

Disponível em: Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil | Temporalis (ufes.br)

CHEDIAK, Thalyta Karina Correia. O Estado de exceção e o Estado democrático de direito para além das aparências: uma análise das políticas do ensino superior público do governo Bolsonaro. Porto Velho, RO, 2022.

CÍCERO, José. Trabalhadoras domésticas enfrentam coação de patrões durante a pandemia. APública. 5 jun. 2020. Disponível em: Trabalhadoras domésticas enfrentam coação de patrões durante pandemia (apublica.org)

DEAN, Jodi. Camarada: um ensaio sobre pertencimento político / Jodi Dean: tradução Arthur Renzo. -1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

EVANGELISTA, Olinda; PICCHETTI, Carol. A quem interessa o ensino remoto nas universidades públicas? Youtube, 11 de julho de 2020. Disponível em: A quem interessa o ensino remoto nas universidades públicas? - YouTube

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n140/0101-6628-sssoc-140-0048.pdf>.

FARAGE, Eblin. Contrarreforma da educação superior: aproximações ao balão de ensaio do período pandêmico. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.21, n.2, p. 383-407, jul. / dez. 2021 ISSN 1980-8518. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/35253/23535>

FERNANDEZ, Clara. Uninove demite mais de 300 professores via pop-up. Universidade à Esquerda. 23 jun. 2020. Disponível em: Uninove demite mais de 300 professores via pop-up - Universidade à Esquerda (universidadeaesquerda.com.br). Acesso em: 03/01/2023.

FERREIRA, Suely. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). Linhas Críticas, Brasília, DF, n.36, p. 455-472, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193523808013.pdf>

FILHO, Antonio Gonçalves; FARAGE, Eblin. Educação superior pública e o Future-se: o projeto do capital em tempos de ascensão da extrema direita. EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2019 - n. 44, v. 17, p. 33 - 49. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FONTES, Virgínia. O núcleo central do governo Bolsonaro - O Proto-fascismo. Esquerda Online. 8 jan. 2019. Disponível em: [proto-fascismo.pdf](https://www.esquerdaonline.com.br/pt-br/2019/01/08/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo/) (grupodetrabalhoeorientacao.com.br)

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paulo Freire - 60^a ed - Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019.

Future-se [recurso eletrônico] : ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado / Jaime Giolo, Roberto Leher, Valdemar Sguissardi ; ilustrado por Rafael Leme. - São Carlos, SP : Diagrama Editorial, 2020.

G1. **Primeira morte por coronavírus no Brasil aconteceu em 12 de março, diz Ministério da Saúde.** 27 jun. 2020. Disponível: Primeira morte por coronavírus no Brasil aconteceu em 12 de março, diz Ministério da Saúde | Coronavírus | G1 (globo.com)

GARCIA, Gustavo; GOMES, Pedro Henrique; VIANA, Hamanda. **'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'.** G1. 28 abr. 2020. Disponível em: 'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre' | Política | G1 (globo.com)

GRANEMANN, Sara. **Auditoria Cidadã da Dívida. Professora explica como operam as privatizações clássicas e não clássicas.** Youtube, 04 de agosto de 2020. Disponível em: Professora explica como operam as privatizações clássicas e não clássicas - YouTube

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

LEHER, Roberto. **Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução? Atualidade de uma obra fundamental.** In: FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** –1.ed. – São Paulo: Expressão popular, 2020.

LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes / Roberto Leher** - Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LÉDA, D. B.; SOUSA, AP. R. **Políticas Educacionais Para o Ensino Superior de 2003 a 2012: expansão, precarização e privatização.** Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 5, n.8, p.150-178, jan./jun. 2018. Disponível em: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO SUPERIOR DE 2003 A 2012: expansão, precarização e privatização | Movimento-revista de educação (uff.br)

LIMA, J. A.; LEITÃO L. S. **Pauperismo da classe trabalhadora: Gênese e consolidação da política social no capitalismo.** Repositório UFAL, 2012.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Educação superior em tempos de ajustes neoliberais e regressão de direitos.** Revista Katálysis. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n3p513> 2019.

LIMA, K. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007**

LUSA, M. G.; MARTINELLI, T; MORAES, S. A.; ALMEIDA, T. P. **A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos** R. Katál., Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 536-547, set./dez. 2019 ISSN 1982-0259. Disponível em: SciELO - Brasil -

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e Ensino em Marx e Engels. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 2, n. 2, p. 20-42; ago. 2010.** Disponível em: Educação e ensino em Marx e Engels | Germinal: marxismo e educação em debate (ufba.br)

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e pandemia** [recurso eletrônico]/ Alysson Leandro Mascaro. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, Karl, 1818-1883. **Manifesto do partido comunista / Karl Marx, Friedrich Engels.** —1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELIM, Juliana Iglesias; MORAES, Lívia de Cássia Godoi. **Projeto neoliberal, Ensino remoto e Pandemia: Professores entre o luto e a luta.** *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v.13, n.1, p. 119-225, abr. 2021.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital / István Mészáros; [tradução Isa Tavares].** - 2.ed. - São Paulo: Boitempo, 2008. -(Mundo do trabalho).

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** *Revista Outubro*. Disponível em: out4#10 (outubrorevista.com.br)

MONTAÑO, CARLOS. **Estado, classe e movimento social / Carlos Montaña, Maria Lúcia Duriguetto.** - 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2010. - (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.5)

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal.** - 2. ed. – São Paulo: Cortez, 1995. - (Coleção questões da nossa época; v.20)

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **A acumulação capitalista e o movimento do capital. In: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução à crítica.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012– (Biblioteca Básica de Serviço Social;v.1).

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social / José Paulo Netto** - 8. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas Sobre a “Questão Social”.** In: *Capitalismo monopolista e serviço social / José Paulo Netto* - 8. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil.** Scielo, 2012. Acesso em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000400007>

POLIGNANO, Marcus Vinícius. **HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL Uma pequena revisão.** 2001. Disponível em: <http://www.nesbuc.ufc.br/downloads/historiapoliticassaudebrasil.pdf>

Projeto Reuni Digital: **Plano de expansão da EaD nas IES públicas federais (versão preliminar).** Brasília, MEC, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_G5ef7kiBDz4NzhM9QAtvFRWtQUI1PUC/view

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)** – São Paulo: Elefante, 2018.

SEKI, Alan Kenji. **Contribuições sobre a financeirização do ensino superior no Brasil. Serviço Social e educação.** In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de. (Orgs.) Serviço Social e Educação. Uberlândia, Navegando Publicações, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Allan-Kenji-Seki/publication/354445787_CONTRIBUICOES_SOBRE_A_FINANCEIRIZACAO_DO_ENSINO_SUPERIOR_NO_BRASIL/links/6138af7ca3a397270a8d9a5f/CONTRIBUICOES-SOBRE-A-FINANCEIRIZACAO-DO-ENSINO-SUPERIOR-NO-BRASIL.pdf#page=21

SIMÕES, Mariana. **Primeira morte do Rio por coronavírus, doméstica não foi informada de risco de contágio pela “patroa”.** APública. 19 mar. 2020. Disponível em: Primeira morte do Rio por coronavírus, doméstica não foi informada de risco de contágio pela “patroa” - Agência Pública (apublica.org)

TEMER, Michel. **Michel Temer faz primeiro pronunciamento à nação como presidente efetivo.** Youtube, 01 de setembro de 2016. Disponível: Michel Temer faz primeiro pronunciamento à nação como presidente efetivo - YouTube.

TUMOLO, P. S.; OLIVEIRA, A. R.; BUENO, J. Z. **Da educação pública à educação privada: os rumos do ensino superior no Brasil. Germinal: Marxismo e Educação em Debate,** Salvador, v.13, n.1, p.119- 137, abr. 2021. ISSN: 2175-5604. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43599/24606>

UOLNOTÍCIAS. **Bolsonaro exhibe caixa de cloroquina para emas no Palácio da Alvorada.** 27 jul. 2020. Disponível em: Bolsonaro x ema: Presidente exhibe caixa de cloroquina para animais no Palácio da Alvorada (uol.com.br)

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Mussa Abujamra; REIS, Rossana Rocha. **Bolsonaro Genocida** / organização de Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2021. p.320

VIEIRA, Rafael Barros. **O Programa para a educação superior de Jair Bolsonaro: Empreendedorismo, controle e ofensiva sobre o fundo público.** 2019. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/a452f279df0114a269920b82dd61b091_1563379753.pdf

VICENTE, M. S.; DIAS, S. O. M.; SANO, B. H. **Análise da ampliação do ensino superior no Brasil a partir do programa de reestruturação e expansão universitária:** as novas universidades federais. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 5, n.9, p.07-40, jul./dez. 2018. Disponível em: ANÁLISE DA AMPLIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA: as novas universidades federais | Movimento-revista de educação (uff.br)